



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GILBERTO ROMEIRO DE SOUZA JÚNIOR

**A REPRODUÇÃO DA PRECARIIDADE EM MEIO ÀS DINÂMICAS DE
TRABALHO NO COMÉRCIO POPULAR: ANÁLISE A PARTIR
DOS CAMELÔS DE RECIFE/PE**

JOÃO PESSOA

2025

GILBERTO ROMEIRO DE SOUZA JÚNIOR

**A REPRODUÇÃO DA PRECARIIDADE EM MEIO ÀS DINÂMICAS DE
TRABALHO NO COMÉRCIO POPULAR: ANÁLISE A PARTIR
DOS CAMELÔS DE RECIFE/PE**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Rombaldi

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

J95r Souza Júnior, Gilberto Romeiro de.

A reprodução da precariedade em meio às dinâmicas de trabalho no comércio popular : análise a partir dos camelôs de Recife/PE / Gilberto Romeiro de Souza Júnior. - João Pessoa, 2025.

167 f.

Orientação: Maurício Rombaldi.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Camelôs. 2. Comércio popular. 3. Informalidade.
4. Precariedade. I. Rombaldi, Maurício. II. Título.

UFPB/BC

CDU 339.177(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 28 / 2025 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 02 de Julho de 2025


**ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA
AVALIAR A(O) DISCENTE GILBERTO ROMEIRO DE SOUZA JÚNIOR**


Ao oitavo dia do mês de julho de 2025, às 13:30 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: **"A REPRODUÇÃO DA PRECARIÉDADE EM MEIO ÀS DINÂMICAS DE TRABALHO NO COMÉRCIO POPULAR: análise a partir dos camelôs de Recife/PE"**, apresentada pela(o) discente GILBERTO ROMEIRO DE SOUZA JÚNIOR, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: MAURÍCIO ROMBALDI (Orientação), MARIANA SHINOHARA RONCATO (PPGS/UFPB), REJANE GOMES CARVALHO (DE/UFPB), FELIPE RANGEL MARTINS (PPGS/UFSCAR) e DARCILENE CLÁUDIO GOMES (FUNDAJ). Dando início aos trabalhos, o Professor MAURÍCIO ROMBALDI, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra à(o) defendente para expor uma síntese de sua tese que, após, foi arguida pelos membros da comissão examinadora. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a tese, à qual foi atribuído o conceito de APROVADO. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, após o(a) discente cumprir todas as etapas e exigências do PPGS, de acordo com a lei, expedir o respectivo Diploma de DOUTOR(A) em SOCIOLOGIA.

(Assinado digitalmente em 02/07/2025 17:16)
MARIANA SHINOHARA RONCATO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1242609

(Assinado digitalmente em 02/07/2025 17:22)
MAURÍCIO ROMBALDI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2278902

(Assinado digitalmente em 02/07/2025 17:23)
REJANE GOMES CARVALHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1256633

Documento assinado digitalmente
 FELIPE RANGEL MARTINS
Data: 02/07/2025 17:23:00-0000
Verifique em: https://verificador.dfd.gov.br

Documento assinado digitalmente
 DARCILENE CLAUDIO GOMES
Data: 02/07/2025 17:24:11-0000
Verifique em: https://verificador.dfd.gov.br

Processo Associado: 23074.065026/2025-80

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sispao.ufpb.br/documentos/> Informando seu número: 28, ano: 2025, documento(espécie): ATA, data de emissão: 02/07/2025 e o código de verificação: **d38ada23f8**

Aos meus pais,
Gilberto Romeiro de Souza e Edite Ferreira da Silva.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese envolveu o incentivo, a colaboração, a parceria e a orientação de diferentes pessoas e instituições públicas. Todos deixaram, de alguma forma, suas marcas em minha formação acadêmica e na realização desta pesquisa.

Agradeço primeiramente a Deus por ser minha força maior e meu sustento.

Gratidão ao meu orientador Maurício Rombaldi, pelas orientações, dedicação e incentivo ao longo da minha trajetória. Desde o mestrado, tenho a honra de tê-lo como orientador, com a oportunidade de aprender e agregar conhecimentos e experiências ao longo da minha vida pessoal e profissional. Meu respeito e consideração não se encontra somente nesta tese, mas durante toda a minha trajetória acadêmica.

Obrigado, Maurício, pelo exemplo de pessoa e profissional, que sempre irá me inspirar.

Ao grupo de pesquisa LAEPT – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho, por oferecer oportunidades de participação na jornada coletiva de estudos e pesquisas multidisciplinares. Tive a honra de participar de atividades e eventos que contribuíram significativamente para minha formação, além da parceria e o apoio de amigos que estiveram juntos nessas vivências.

Aos professores, professoras, secretários e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba pelos diálogos, convívios e pelas trocas acadêmicas ao longo desse tempo que passei como discente.

Aos professores Roberto Vêras e Felipe Rangel pela disponibilidade, atenção e pelas contribuições valiosas ao meu exame de qualificação. Gratidão!

Aos professores Darcilene Gomes, Felipe Rangel, Mariana Roncato e Rejane Carvalho por terem aceito o convite para participar do meu exame final de doutoramento. Agradeço imensamente pelas contribuições, e por fazerem parte deste capítulo da minha trajetória.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela concessão da bolsa e possibilitar o financiamento dessa pesquisa.

Aos colegas da turma de doutorado 2021.1, pelo apoio coletivo, pelas trocas e, sobretudo, pelas amizades construídas nos últimos anos.

Aos meus familiares: minha mãe Edite Ferreira e meu pai Gilberto Souza, por serem meus exemplos de força e dedicação; também a meus irmãos, tios, minhas estimadas tias, primos, por todo apoio e incentivo. Sua presença nesses anos foi fundamental. Gratidão pelos incentivos e pelo apoio na superação de desafios e dificuldades.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Camelódromo Calçada dos Mascates por me acolher e participar dessa pesquisa.

RESUMO

O principal objetivo da pesquisa é analisar a relação entre a incorporação de disposições, a constituição das trajetórias de trabalhadores e a reprodução da precariedade laboral em meio ao mercado de trabalho brasileiro. Para tanto, o presente estudo analisa o trabalho informal desempenhado no comércio popular de Recife/PE a partir do caso do Camelódromo Calçada dos Mascates para compreender as dinâmicas da informalidade e da precariedade e apreender as distintas formas de se experimentar a atividade no comércio popular. Adota-se, para este trabalho, entrevistas em profundidade, observações sistemáticas por meio de uma abordagem etnográfica, registros fotográficos e pesquisa bibliográfica. Toma-se como marco a análise das trajetórias de trabalhadores/as para compreender a constituição de inclinações para perceber, avaliar e agir diante da experiência de relações de trabalho desprotegidas, bem como das estratégias de sobrevivência adotadas. Com isso, busca-se analisar a constituição de esquemas de percepção dos camelôs e seus efeitos sobre o trabalho no comércio informal.

Palavras-chave: camelôs; comércio popular; experiências; informalidade; precariedade; trajetórias.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the relationship between the incorporation of dispositions, the constitution of workers' trajectories and the reproduction of precarious work in the Brazilian labor market. To this end, this study analyzes informal work in popular commerce in Recife/PE based on the case of the Camelódromo Calçada dos Mascates, in order to understand the dynamics of informality and precariousness and the different ways of experiencing activity in popular commerce. This work uses in-depth interviews, systematic observations using an ethnographic approach, photographic records and bibliographic research. The analysis of the trajectories of workers is taken as a framework for understanding the constitution of inclinations to perceive, evaluate and act in the face of the experience of unprotected working relationships, as well as the survival strategies adopted. The aim is to analyze the formation of perception schemes among street vendors and their effects on work in informal commerce.

Keywords: street vendors; popular commerce; experiences; informality; precariousness; trajectories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização da área central e centro histórico de Recife	41
Figura 2	Localização do bairro de São José no Recife	44
Figura 3	Abertura da Avenida Dantas Barreto nos anos 1970	45
Figura 4	Aspectos da Avenida Dantas Barreto utilizados pelos comerciantes de rua nos anos 1980	45
Figura 5	Aspectos da Avenida Dantas Barreto utilizados pelos comerciantes de rua nos anos 1990	46
Figura 6	Calçadão dos Mascates em 1994	47
Figura 7	Vista aérea dos módulos	49
Figura 8	Área interna/módulo 1	49
Figura 9	Organização do box/módulo1	50
Figura 10	Exposição dos produtos	50
Figura 11	Quiosques no Pátio do Carmo	52
Figura 12	Quiosques nas calçadas laterais	52
Figura 13	Formas de apropriação do espaço público por comerciantes informais	58
Figura 14	Momento de socialização dos camelôs	59
Figura 15	Pinturas e fachadas com a requalificação em andamento	61
Figura 16	Recuperação dos pavimentos e fachadas	61
Figura 17	Nova estrutura dos corredores e boxes do camelódromo	62
Figura 18	Instalação de novos boxes no módulo 2 do camelódromo	62
Figura 19	Localização das vias com maiores concentrações do comércio informal - área central	92
Figura 20	Outros pontos de comercialização nas calçadas do camelódromo	145
Figura 21	Tendas com vendas de produtos ao lado do camelódromo	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características dos trabalhos da gestão municipal do Recife entre 1986 e 1992	43
Quadro 2	Características gerais da precariedade do trabalho	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de pessoas ocupadas informalmente - Brasil	75
Gráfico 2	Quantidade de pessoas ocupadas informalmente - Nordeste	76
Gráfico 3	Quantidade de pessoas ocupadas informalmente - Pernambuco	77

LISTA DE SIGLAS

BND	Banco do Nordeste do Brasil
CBN	Central Brasileira de Notícias
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONVIVA	Autarquia responsável pelos Mercados Públicos e Feiras de Recife
CSURB	Autarquia de Serviços Urbanos do Recife
EMLURB	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAEPT	Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho
MEI	Microempreendedor Individual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PREALC	Programa Regional de Emprego para América Latina e o Caribe
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A FORMAÇÃO DO CAMELÓDROMO ATÉ A SUA CONFIGURAÇÃO RECENTE	23
2.1	A relação entre o capitalismo periférico e as novas formas de organização do trabalho	23
2.1.1	Considerações sobre a formação social e econômica do Nordeste do Brasil	30
2.2	O Camelódromo Calçadão dos Mascates em perspectiva histórica	38
2.3	Dimensões características do camelódromo: o mercado, os trabalhadores e o processo de trabalho	48
2.4	As configurações do espaço urbano em Recife e a relação com o desenvolvimento do comércio popular	53
3	INFORMALIDADE E PRECARIEDADE: UMA ANÁLISE DO TRABALHO NO NORDESTE DO BRASIL	64
3.1	Informalidade e precariedade enquanto parâmetros de análise do mercado de trabalho no Brasil e na região nordeste	65
3.1.1	Dimensões conceituais sobre informalidade do trabalho	65
3.1.2	Diferentes abordagens teóricas sobre a precariedade: um conceito em construção	78
3.2	O desenvolvimento do trabalho informal em Recife a partir das experiências dos comerciantes de rua	86
3.3	Desigualdades no trabalho: elementos para análise com base no camelódromo de Recife	93
4	DIMENSÕES DA PRECARIEDADE: AS TRAJETÓRIAS E AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES DO CENTRO DE RECIFE .	99
4.1	As disposições sociais no esquema teórico de Bourdieu	99
4.2	Contribuições e potencialidades dos estudos de trajetórias	104
4.3	Entre o formal e o informal: a trajetória de Djalma	108
4.4	Marcas da precariedade no percurso: a trajetória de Edson	114
4.5	Vida de batalhador no comércio: a trajetória de Everaldo	121
4.6	Ser camelô e a busca por novos projetos: a trajetória de Ester	125
4.7	Entre incertezas e vulnerabilidades: a trajetória de Elza	129
4.8	Velhas e novas experiências no comércio: a trajetória de Eunice	136
4.9	As experiências de precariedade à luz das trajetórias de trabalho	142
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
	REFERÊNCIAS	153
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE ...	162
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	166

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa visa aprofundar os estudos sociológicos sobre a temática da reprodução de precariedade em meio às dinâmicas de trabalho dos comerciantes informais em uma região periférica, bem como ampliar as análises e os debates sobre a temática a partir de novas questões de pesquisa. Para isso, selecionou-se como campo empírico o camelódromo Calçadão dos Mascates, localizado no centro de Recife. Trata-se de um espaço com grandes proporções físicas¹, que contém uma expressiva quantidade de trabalhadores informais, concentrando uma grande variedade de pontos voltados para a comercialização de produtos e de pequenas edificações conjugadas que servem como residências. É pela análise das configurações do comércio popular e informal que a pesquisa se propõe a investigar a constituição de subjetividades de trabalhadores socialmente condicionadas e a sua relação com as dinâmicas de trabalho.

O conceito de comércio informal, aplicado à pesquisa, refere-se a um tipo específico de comércio em que a venda e a troca de produtos e mercadorias se estabelecem sem o controle fiscal e afastadas da regulação do Estado. Assim, o foco da abordagem está nos comerciantes de camelódromo que atuam em pontos fixos conhecidos, como “box” ou “módulos”, e em edificações destinadas à venda de produtos. A fim de entender o surgimento do camelódromo, é necessário retomar o final da década de 1980, quando Recife enfrentava sérios problemas sociais que desafiavam o Poder Público Municipal, sendo o comércio informal um deles. Com o alto índice de desemprego, as ruas do centro da cidade foram tomadas por milhares de ambulantes que procuravam comercializar produtos de maneira informal para obter recursos financeiros. Em 1992, o Secretário Municipal de Infraestrutura, João Braga, acompanhando o cenário e as dificuldades vivenciadas pelos ambulantes, lançou, enquanto proposta de solução, a criação do camelódromo para abrigar os comerciantes (Costa, 2004).

Em 1994, foi inaugurado o Calçadão dos Mascates, obra de grande porte, que atribuiu novos sentidos e novas representações socioespaciais ao comércio popular da cidade. O contexto da denominação “mascates” remete à história da região. Esse elemento nomeou o outrora processo de lutas travadas no passado que envolveram as cidades de Recife e Olinda. Associados às cenas da contemporaneidade, os “mascates” são reconhecidos na imagem dos camelôs e ambulantes. Nesse caso, a comparação com os antigos “mascates”, que se

¹ O calçadão foi construído em uma área a partir do pátio da Igreja Nossa Senhora do Carmo à Praça Sérgio Loreto. Composto de várias divisões, foi projetado com uma capacidade para abrigar cerca de 1.400 comerciantes informais. Algumas dessas partes são grandes edificações chamadas de “módulos” e mais 168 quiosques distribuídos ao longo das calçadas da avenida Dantas Barreto (Costa, 2004, p. 60).

deslocavam à procura de seus consumidores, limita-se à diferença na forma de comercializar os produtos. Atualmente, os camelôs, de uma forma ou de outra, tentam se fixar no espaço urbano, em locais atrativos para venda dos produtos e onde há um intenso fluxo de pessoas.

Com base nos cenários de flexibilização e de desregulamentação dos mercados de trabalho nos 1970, levando ao aumento no desemprego, na informalidade e na precariedade nas relações de trabalho (Araújo; Lombardi, 2013), diversos estudos sociológicos foram desenvolvidos para analisar as implicações desses cenários sob as condições de vida e de trabalho dos indivíduos. Ao analisar aspectos referentes às novas configurações e tendências das ocupações no Brasil, Pochmann (2020) destaca o crescimento de 12% nas ocupações assalariadas informais entre 2014 e 2018. No mesmo período, o emprego assalariado formal sofreu redução de 9,5%, e o mesmo ocorreu com as ocupações por conta própria, as quais, no período analisado, aumentaram 9,6%. Em relação ao mercado de trabalho em 2024, a taxa média de desemprego no Brasil foi de 6,6 %, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Continua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Assim, a pesquisa contribui para o debate sobre a relação entre as mudanças no mercado de trabalho brasileiro no Nordeste e a sua relação com as diferentes experiências de trabalhadores.

Tratar de uma temática como a precariedade do trabalho em uma região periférica não seria exatamente uma novidade, senão pela opção de pesquisar e aprofundar as análises acerca da reprodução de precariedades e a sua invisibilidade associada às dinâmicas de trabalho dos camelôs no centro da cidade. Destaca-se, portanto, a pertinência de investigar a construção das subjetividades e as dimensões simbólicas interligadas às experiências de trabalho. Espera-se, por meio da análise das trajetórias sociais – entre elas, as ocupacionais –, compreender a constituição dos esquemas de percepção dos camelôs sobre o trabalho no comércio informal e a relação desses esquemas com os diferentes contextos socializadores ao longo de suas vivências laborais.

Dado que o termo “comércio popular” enfatiza um conjunto de situações de trabalho e processos de circulação e venda de produtos, destaca-se aqui o segmento específico de trabalhadores: são aqueles que estão inseridos em espaços fixos localizados em vias e avenidas dos centros urbanos. Tendo em vista a importância desse tipo de comércio para a geração de renda e trabalho, bem como sua difusão enquanto proposta de solução para o problema da organização dos ambulantes, a escolha desse recorte considera que o estudo dos trabalhadores nos *shoppings* populares e camelódromos merece ser desenvolvido por meio da análise das percepções que derivam de trajetórias e experiências específicas, que impactam na forma como as atividades são desempenhadas.

Com base no exposto, destacam-se as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- a) Como os comerciantes de camelódromo significam sua condição laboral e profissional?
- b) Que fatores influenciam na adaptabilidade e/ou inadaptabilidade dos trabalhadores ao comércio popular e informal?
- c) Quais os impactos que as experiências de trabalho dos camelôs têm gerado em suas relações laborais, bem como nas expectativas pessoais e profissionais?
- d) Como as distintas trajetórias sociais de trabalhadores informais do comércio popular influenciam na conformação de disposições sociais que implicam diferentes formas para lidar com a precariedade laboral?

A imagem dos comércios populares nos grandes centros urbanos sempre esteve associada à precariedade do trabalho e à má qualidade dos produtos negociados. De fato, essa é uma representação comum do espaço social, reproduzida historicamente nas conversas diárias e na imprensa, em que também são reiterados os problemas de “insegurança” e “desordem” – vinculadas às condições e organização espacial dos quiosques nas ruas e avenidas da cidade. Ao longo da pesquisa, pretende-se ampliar e complexificar os olhares acerca das múltiplas representações sociais, dos sentidos e significados atribuídos pelos camelôs ao trabalho desempenhado nesse tipo de comércio. Destaca-se, então, a importância de reconhecer os diferentes aspectos que permeiam o trabalho no camelódromo: as experiências com a precariedade laboral, a constituição, por meio das diferentes trajetórias sociais; de disposições para agir e julgar o desempenho de atividades laborais desprotegidas em razão da desregulação estatal; bem como as decorrentes adaptações e inaptações à informalidade.

O primeiro passo para análises mais elaboradas desse universo ocorreu pelo contato com um conjunto de estudos e pesquisas sociológicas desenvolvidas por pesquisadores sobre essa temática. Há alguns anos, a literatura no campo das Ciências Sociais tem apontado para as mudanças nas configurações e dinâmicas dos comércios populares em diferentes regiões do Brasil. Novos perfis de trabalhadores têm sido identificados (Durães, 2013; Mendes; Cavedon, 2012; Kopper, 2015; Rangel, 2015, 2019) e, cada vez mais, têm se verificado mudanças nas dinâmicas de trabalho e nas múltiplas conexões entre formal e informal.

Considerando essas questões, a presente pesquisa propõe discutir sobre as configurações do trabalho informal no comércio popular em Recife, uma atividade à margem do sistema de proteção social, ainda que, na contemporaneidade, ela tenha se mostrado enquanto possibilidade

de inserção econômica e para obtenção de renda. Leva-se em conta, como propõe Telles (2006), que, para a compreensão das mudanças e configurações do trabalho e seus significados atuais, faz-se necessário ter atenção para não se ater a referências que tendem a caracterizar o momento presente pela “falta”, as quais se constituiriam em relação à idealização de uma sociedade salarial nunca efetivada no cenário brasileiro.

O comércio informal não é uma peculiaridade na cidade de Recife, tendo em vista que outros centros urbanos do Brasil possuem nas ruas e avenidas da cidade esse tipo de comércio. Em Recife, o Calçadão dos Mascates é um caso exemplar, por se tratar de espaço requalificado na área central da cidade, que tem reunido parcelas significativas de comerciantes locais, os quais comercializam uma diversidade de produtos, atraindo clientes das mais diferentes regiões do estado. Trata-se do maior centro popular e de comercialização da cidade, situado na parte sul da Avenida Dantas Barreto. Sua magnitude pode ser vista, segundo Araújo (2012), como resultado de condicionantes geográficos, históricos e econômicos comumente associados à localização estratégica do Recife no contexto da Região Nordeste e à sua condição de cidade portuária.

O comércio popular se encontra inserido na paisagem urbana do Centro do Recife, sobressaindo-se no universo da informalidade, sendo um dos principais elementos caracterizadores da dinâmica local de trabalho na área central da cidade. As atividades dos trabalhadores informais da região se caracterizam pela venda de mercadorias ao longo das ruas, avenidas, praças e calçadas. Nos seus quiosques e módulos, eles vendem produtos diversificados, tais como: roupas, calçados, relógios, celulares, eletrônicos, alimentos, lanches e artigos de origens diversas, sendo-lhes imputada a responsabilidade pelas calçadas intransitáveis, pelas ruas sujas e mal cuidadas (Araújo, 2012, p. 33).

De fato, os camelôs estão imersos em uma luta cotidiana que envolve tanto a dimensão da formalidade quanto da informalidade. Por um lado, estão alinhados aos segmentos do setor formal para conseguir, por exemplo, ocupar um espaço físico ou guardar parte de seus artigos e produtos de trabalho e apelar para políticos locais em troca de apoio para as suas atividades. Por outro lado, muitos desses trabalhadores estão na atividade porque não encontraram outra opção para obtenção da renda e, conseqüentemente, precisam manter sua sobrevivência e da família; outros optaram por esse segmento pelo fato de que essa é uma “profissão de família” (Araújo, 2012). Em meio a essas questões que envolvem a luta cotidiana desses comerciantes, o centro da cidade se torna um local estratégico de sobrevivência desses indivíduos ou, aliado a isso, o local em que se pode vivenciar um jeito diferente de viver a vida e de construir vínculos sociais e laborais.

Tendo como parâmetro as formas específicas de organização dos camelôs nas áreas que compõem o comércio popular e os padrões estéticos que lhes são peculiares, as atividades desenvolvidas têm sido alvo de críticas por parte da população local, para a qual o centro da cidade tem outras representatividades: local de lazer, turismo e referência histórica. Entretanto, esses mesmos segmentos, em datas comemorativas como carnaval, São João e Natal, utilizam esse comércio em busca de artigos de época e com preços mais baratos e acessíveis. Nesse sentido, a pesquisa propõe a análise das distintas trajetórias e disposições dos trabalhadores para atividade informal e sua influência nas novas formas de relações sociais, bem como nas perspectivas de futuro. Nessa dimensão, busca também investigar como a realidade do camelódromo evidencia os elementos e as particularidades da chamada “nova informalidade”² (Araújo; Lombardi, 2013).

Essa ideia de “nova informalidade” permite compreender a dinâmica de deslocamento de trabalhadores que estavam na situação de formalidade (regulada e protegida) para situação de informal. Ela tem permitido captar as mudanças e nuances presentes nas atividades desreguladas que estimularam a construção de uma “nova cultura do trabalho”, marcada por uma maior insegurança e transitoriedade (Lima, 2013), implicando mudanças nas formas de percepção do trabalho por parte dos sujeitos. Mediante as atividades de comercialização dos camelôs, observa-se um processo de ressignificação das atividades sociais e econômicas da cidade por meio das ações de apropriação do espaço urbano para o desenvolvimento do trabalho no comércio popular, geralmente em áreas estratégicas de maiores fluxos e movimentações de pessoas. Dessa forma, destaca-se, dentre outros fatores, que a ressignificação no camelódromo tem se dado mediante mudanças ocorridas nos últimos anos nas estruturas físicas do espaço, em razão da execução do projeto de requalificação.

O percurso metodológico envolve um conjunto de experiências de pesquisa muito além da mera aplicação de métodos ou técnicas. Trata-se de confluência de procedimentos, práticas e sentidos que se modificam e ganham amplitudes no decorrer das etapas e descobertas de pesquisa. Por isso, recorrer-se-á a uma abordagem qualitativa, por possibilitar análises mais profundas acerca dos significados, sentidos e intencionalidades existentes nas relações e estruturas sociais. Esse tipo de abordagem não deve ser vista ou utilizada como mera oposição às quantitativas, mas pela maior abertura e profundidade na condução da pesquisa, tendo em

² Segundo Araújo e Lombardi (2013), o conceito de “nova informalidade” surge nos trabalhos de Juan Pablo Pérez Sainz (1989) e tem o potencial de captar o modo pelo qual a dinâmica da acumulação flexível interconecta atividades e relações de trabalho formais e informais e de desvendar a ampliação da precarização que caracteriza o novo modelo produtivo da globalização.

vista as vivências e outras questões de ordem subjetiva, envolvendo sujeitos imersos em contextos e realidades específicas do mundo social.

Trata-se, portanto, de abordagem que requer do pesquisador cuidado e zelo com os procedimentos teórico-metodológicos selecionados, além de uma postura reflexiva durante toda etapa de investigação, acompanhada de esforço contínuo, atentando-se à ênfase dada por Bourdieu (2008) de que as experiências de pesquisa são sempre relações de trocas entre pesquisador e informantes. A imersão nas análises das experiências adquire relevância nos estudos acadêmicos ao estabelecer a relação entre as trajetórias de vida dos sujeitos e as características mais gerais e objetivas acerca da problemática vivida. O trabalho de contextualização dessas trajetórias é passo fundamental, pois, segundo Bourdieu (2005), não se pode compreender uma trajetória sem associação à reconstrução do campo em que ela se desenvolveu, considerando-se um conjunto de relações que associaram o(s) agente(s) ao conjunto de outros envolvidos no mesmo campo.

A pesquisa foi dividida nos seguintes momentos. Primeiramente, elenca-se a fase de levantamento bibliográfico, mediante livros, artigos científicos, dissertações e teses. As referências bibliográficas deram subsídio para construção do marco teórico-conceitual da pesquisa e base das principais discussões envolvendo o campo empírico. No ato seguinte, dentro da primeira parte, foram levantados documentos e informações acerca do objeto de estudo presentes em arquivos da Prefeitura da cidade do Recife³, bem como os dados da PNAD Contínua do IBGE sobre aspectos relacionados ao mercado de trabalho.

A segunda etapa consistiu na pesquisa empírica e etnográfica e foi desenvolvida a partir da imersão no campo mediante observação do cotidiano, conversas e entrevistas com os comerciantes. Destaca-se, nesse processo, a importância de uma relação de escuta ativo-reflexiva, tentando antever os efeitos que poderão resultar dessa espécie de “intrusão”, sempre um pouco arbitrária que, muitas vezes, ocorre nas relações entre pesquisador e pesquisado, conforme apontado por Bourdieu (2008). É fundamental, portanto, estabelecer uma espécie de “vigilância epistemológica” (Bourdieu *et al.*, 2004), de forma que a construção de pre-noções anunciadas a respeito do fenômeno estudado não obscureça os aspectos e as dimensões estruturantes implicados sociologicamente no tema-objeto de pesquisa.

³ A Prefeitura do Recife, enquanto órgão idealizador e fiscalizador do espaço físico no qual está localizado o Calçadão dos Mascates, possui um conjunto significativo de dados, informações e documentações, no sentido de que são materiais que abordam desde o projeto inicial e o contexto histórico de criação do camelódromo até as situações atuais dos comerciantes (condições de trabalho, pautas de reivindicação, dentre outras). A Diretoria de Controle Urbano (Dircon) é o setor interno responsável por essas questões. No entanto, mediante buscas percebeu-se que muitos desses dados encontram-se desatualizados, sobretudo no tocante ao quantitativo de trabalhadores.

Considerando isso, essa pesquisa adotou como principal instrumental teórico-metodológico a sociologia das disposições sociais, mediante a apropriação do conceito de “*habitus*” e a abordagem de trajetórias para a análise da prática cotidiana laboral dos comerciantes considerando-se as posições que ocupam no mundo do trabalho atual. Nesse sentido, os conceitos mencionados são ferramentas de compreensão da realidade social, bem como das relações entre lógicas específicas da estrutura social com reflexos diretos nas experiências de trabalho (Joas; Knobl, 2017). Nesse sentido, os conceitos sociológicos não são utilizados e definidos isoladamente, mas sempre inseridos no contexto e sistema teórico que os constituem. No caso da pesquisa, isso implica, portanto, considerar a relação entre as condições sociais de existência e trajetórias individuais para a constituição de (pre)disposições a perceber, avaliar e agir frente à realidade social.

A fase empírica e etnográfica abrangeu duas etapas. A primeira consistiu nas observações em campo, as quais foram acompanhadas da realização de conversas informais e dos registros fotográficos, visando captar as cenas e vivências cotidianas dos comerciantes, com vistas a ampliar o escopo das discussões a serem levantadas, tanto na pesquisa bibliográfica, quanto nas entrevistas em profundidade. Nessa etapa de observação, segundo Richardson (1989), o pesquisador atua como espectador atento, procurando ver e registrar o máximo de cenas e ocorrências que interessam ao estudo⁴.

A etapa seguinte dessa fase consistiu na realização de entrevistas em profundidade⁵ com comerciantes, contemplando os módulos que abrange o Calçadão. Dessa forma, foi possível obter uma maior caracterização e um entendimento mais amplo do trabalho desempenhado nesse espaço, considerando todas as suas áreas de abrangência⁶. A proposta, nesse caso, é atender à diversificação de perfis em relação aos comerciantes. Esses diferentes perfis darão base para analisar a constituição do *habitus* dos trabalhadores, o que os faz encarar o trabalho de forma diferenciada, com base nas perspectivas desenvolvidas por Beaud e Pialoux (2009) e Souza (2009, 2012). Com base nas falas desses sujeitos, pretende-se procurar questões que, possivelmente, são compartilhadas por todos que se encontram nessa condição laboral, buscando refletir sobre a importância analítica de considerar a informalidade e a precariedade

⁴ Nessa fase de observação, o pesquisador utilizou o “diário de campo” como principal ferramenta para registro das impressões e observações no campo de pesquisa, bem como a câmera fotográfica para registro das imagens.

⁵ A estratégia utilizada para os estudos das trajetórias sociais dos camelôs é a entrevista em profundidade, gravada em sua totalidade. Os trechos que justificam as respostas aos temas elencados no roteiro foram transcritos literalmente na análise. Dessa forma, permite-se ao leitor um conhecimento sobre os detalhes e uma perspectiva mais ampliada acerca da trajetória do entrevistado.

⁶ O roteiro de entrevista construído fez parte das atividades do projeto de pesquisa “Desigualdade e relações de trabalho no Brasil: trajetórias sociais e precariedade na região Nordeste do país (Chamada CNPq nº 09/2022, coordenado pelo professor Maurício Rombaldi).

como fenômenos complexos e multiformes e construído segundo experiências e realidades distintas.

Em razão disso, destaca-se a pertinência de investigar a construção das subjetividades socialmente determinadas e as dimensões simbólicas interligadas às dinâmicas específicas de trabalho. Com isso, procurou-se descobrir os esquemas de percepção dos camelôs sobre as experiências com o trabalho e a relação desses esquemas com os diferentes contextos socializadores ao longo de suas trajetórias. A análise biográfica dos camelôs se estabelece por uma microescala analítica que configura o desenho de sua vida individual (e os caminhos que levaram ao ingresso no comércio informal) e que, entretanto, pode ser ampliada, contribuindo para tornar a imagem desses sujeitos o traçado de um desenho maior de pesquisa.

Mediante essa perspectiva, “cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distanciada, de processos, dimensões e de níveis variados, do âmbito mais local ao mais global”. Assim, não há, portanto, separação, menos ainda, oposição entre história local e global. O que se propõe aqui, seguindo o viés da microanálise, é que se compreenda como o encontro de diferentes contextos e trajetórias sociais dos camelôs delimitam o “espaço dos possíveis, em função dos recursos próprios de cada indivíduo ou de cada grupo no interior de uma dada configuração” (Revel, 1998, p. 26).

No tocante às análises dos dados qualitativos, exigem-se cuidados metodológicos específicos, seja por causa da multiplicidade de dados, seja por causa dos seus respectivos conteúdos. Enfatiza-se a importância atribuída a cada uma das entrevistas realizadas, uma vez que é do conjunto delas que o pesquisador irá compor seu quadro geral de análise acerca da problemática de pesquisa.

No tocante ao procedimento de análise dos materiais empíricos, utilizou-se a análise do discurso enquanto procedimento para interrogar os sentidos e significados estabelecidos nas formas de produção (verbal e não verbal), inter cruzando com séries textuais (orais e escritas), fotografias etc. Dessa forma, essa perspectiva analítica deu subsídios para o estudo dos materiais de entrevistas, como também daqueles que foram captados nas observações em campo e dos registros fotográficos, considerando que esses diferentes elementos podem ser estudados enquanto “marcas linguísticas” ou “marcas do discurso” sempre relacionadas ao contexto sócio-histórico.

O estudo das trajetórias permite compreender as motivações desses trabalhadores, ampliar os níveis de detalhes sobre as inserções e os diferentes percursos na informalidade, além de aprofundar as análises acerca da relação entre as condições estruturais do mercado de trabalho e as experiências com o trabalho no comércio. Visa-se, com isso, detalhar e aprofundar

elementos sobre as percepções e os múltiplos sentidos que os trabalhadores atribuem à sua atividade laboral.

Desse modo, desde a perspectiva bourdieusiana, a compreensão acerca do sentido da trajetória de cada trabalhador redonda nas avaliações acerca dos modos particulares de se conceber o passado tanto quanto as estratégias para o presente e projetos futuros (Rombaldi; Tomizaki, 2023, p. 730). Ela tem possibilitado, portanto, observar a variedade de obstáculos objetivos e subjetivos à mobilidade social no mundo do trabalho, “sem ignorar a constituição de disposições sociais particulares, o que amplia a compreensão sobre desigualdades tais como aquelas relacionadas ao acesso à proteção social por meio do trabalho” (Rombaldi; Tomizaki, 2023, p. 731-732).

Tendo em vista as mudanças recentes no capitalismo e no mercado de trabalho, os trabalhadores se encontram, no caso brasileiro, sobretudo na região Nordeste, em trajetórias laborais marcadamente precárias. Por vezes, eles incorporam estruturas sociais que os orientam e condicionam à formulação de estratégias e à realização de práticas no cotidiano do trabalho. Contudo, pela análise de trajetórias de camelôs, considera-se, no presente estudo, que não há uma reprodução pura das estruturas e de uma conformação à condição precária de trabalho. Há, em alguma medida, a existência de tensões entre essas estruturas e as práticas, de tal modo que a forma assumida pelas dinâmicas e relações de trabalho são determinadas por diferentes arranjos e contradições.

Por meio das análises das transformações no comércio popular, podem-se destacar os elementos característicos para discutir as mudanças e os deslocamentos mais gerais no mundo do trabalho no Brasil em específico, mas também para encontrar os sentidos e implicações em outros contextos, como é o caso da região Nordeste, mais especificamente da cidade do Recife. Fica claro, nesse sentido, que o esforço da pesquisa ocupa uma posição intermediária entre duas escalas: de um lado, reconhecer os processos gerais característicos da reestruturação produtiva e do processo de globalização e sua relação com aspectos específicos da formação do mercado de trabalho brasileiro e do Nordeste; de outro, está o nível dos sujeitos que, afetados diretamente pelos grandes processos e mudanças, operam cursos de ações orientados pelo “senso prático” e por indicadores de plausibilidade cuja constituição pode ser encontrada no reconhecimento dos “espaços dos possíveis” (Bourdieu, 2007).

Como os trabalhadores vivenciam a precariedade e a informalidade no camelódromo? São reflexões como essa, alinhadas à relevância do comércio popular que o projetou como campo, que tornam esses trabalhadores objeto central do estudo. Trata-se de um esforço compreensivo-explicativo das condições e trajetórias de vida-trabalho de pessoas inseridas e

integradas aos contextos periféricos do mundo contemporâneo. Ao vê-las deste modo, não se pretende pormenorizar a importância histórica e/ou identitária do camelódromo para a cidade, mas acrescentar novos olhares. Em particular, a pesquisa procurou abordar as trajetórias e experiências de trabalho desses sujeitos – que se dão neste espaço-tempo.

Além dessa introdução, correspondendo à primeira seção, o texto está organizado em mais quatro seções, incluindo as considerações finais. A proposta da segunda seção é apresentar os aspectos históricos e as transformações contemporâneas do trabalho no campo da pesquisa, abordando questões relativas às suas dimensões características, as configurações do espaço urbano e sua relação com os debates mais gerais acerca do capitalismo periférico.

A proposta da terceira seção é tecer algumas discussões de base teórica acerca de dois eixos centrais: informalidade e precariedade, tendo como parâmetro a questão do mercado de trabalho no Brasil, mais especificamente, na região Nordeste. Por fim, propõe-se abordar as dimensões históricas e contextuais do trabalho na cidade do Recife e sua relação com as configurações e o desenvolvimento do trabalho no Nordeste.

A quarta seção adentra questões sobre mecanismos materiais e simbólicos de reprodução da precariedade por meio das relações e dinâmicas de trabalho inspiradas na sociologia das disposições sociais aplicada aos estudos do trabalho no comércio popular. A proposta visa apresentar os estudos de trajetória dos camelôs, ilustrando os diferentes aspectos de vida e trabalho que contribuem para pensar questões desde a inserção desses sujeitos no comércio popular até as suas atuais experiências, os desafios e as perspectivas dentro desse campo.

2 A FORMAÇÃO DO CAMELÓDROMO ATÉ A SUA CONFIGURAÇÃO RECENTE

Nesta seção, apresentam-se algumas discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo periférico e as novas formas de organização do trabalho segundo a realidade do camelódromo, bem como as dimensões características do comércio popular, dos trabalhadores e do processo de trabalho. Na última parte, pretende-se analisar as configurações do espaço urbano da cidade de Recife e suas relações com o desenvolvimento do comércio popular. Nesse sentido, a análise tem como enfoque a questão da centralidade das transformações ocorridas com a expansão da cidade, bem como com os processos de requalificação da área central. Além disso, busca-se traçar, esquematicamente, a dimensão histórica do camelódromo, focalizando as principais mudanças ocorridas no seu processo de crescimento e desenvolvimento, assim como as ocupações dos espaços da cidade e as ações implementadas pelo poder público.

2.1 A relação entre o capitalismo periférico e as novas formas de organização do trabalho

O processo de modernização do setor econômico, no contexto de globalização, assumiu diversas formas de organização socioespacial da economia urbana. A abertura da economia da década de 1990, sob a égide do neoliberalismo, provocou um aumento considerável no número de desempregos, em virtude da adoção de tecnologias provenientes de países desenvolvidos no processo produtivo ou mesmo a eliminação de postos de trabalho. Tal fenômeno é justificado pela tentativa de acompanhar a nova lógica posta pela Revolução Técnico-Científica e, ainda, o seu resultado em um país capitalista em processo de desenvolvimento.

Uma das alternativas dessa organização é a economia informal, com importância no processo de movimentação financeira nas metrópoles brasileiras. Constitui-se, contraditoriamente, em uma lógica de inserção na economia, por vezes em um processo de marginalização das populações não inseridas pela formalização. Têm-se, dessa forma, duas escalas de exclusão geradoras de desigualdades tanto em relação às questões econômicas quanto às possibilidades de acesso ao trabalho regulado. Em uma escala maior, a nacional, há a inserção do Brasil na economia mundial. A de menor escala, a local, é encontrada nas principais metrópoles do país, constituídas de sujeitos excluídos do novo processo econômico que compõem o comércio informal, a exemplo dos camelôs e ambulantes.

Entende-se que as transformações capitalistas e a constituição do poder e do domínio burguês se estruturaram conforme as condições históricas características de cada realidade social. Por isso, não se pode estabelecer um padrão em que se forja o capitalismo, tendo em vista que a sua expansão se deu de forma diferenciada ao longo de seu percurso histórico. Isso decorreu

porque alguns países e regiões só experienciam e incorporam a dinâmica das relações sociais de produção em um tempo histórico distinto ao dos casos clássicos da Revolução Burguesa. Esse diferencial, em relação, sobretudo, às próprias especificidades de cada formação socioeconômica, forjou particularidades e nuances que não cabem a um desenvolvimento clássico do capitalismo.

A grande cidade é, em geral, um espaço relevante para aprofundar as discussões acerca da relação entre capitalismo periférico e as novas formas de organização do trabalho. Nessa relação, é possível adentrar nos elementos que caracterizam a cidade, segundo Santos (2005), como o “abrigo da pobreza”, em virtude da modernização das relações de produção pela entrada de inovações tecnológicas que impactam diretamente as relações sociais e de trabalho. Se há busca por acesso aos meios de sobrevivência, em todas as escalas dos fluxos econômicos, é nas grandes metrópoles do capitalismo periférico que se encontram recursos (materiais e imateriais) disputados na luta pela vida. Essa disputa, segundo Lourenço (2005), inclui os enfrentamentos dos variados riscos criados por uma ordem social que dificulta tanto a circulação quanto a fixação do trabalhador. É, portanto, nessas condições que as tensões entre propriedade e apropriação dos espaços públicos da cidade constroem e moldam as sociabilidades, interferindo, fortemente, nas configurações das tramas urbanas, sobretudo aquelas ligadas ao campo do trabalho.

Essas tensões surgem a todo momento, como exemplifica a realidade do comércio popular e informal do Recife. Portadora de sua própria historicidade, a paisagem criada pela rígida estratificação da sociedade brasileira e pela espoliação urbana (Kowarick, 1975) é, muitas vezes, esquecida nas discussões e na interpretação de obstáculos ao desenvolvimento. Não raras vezes, essa interpretação mascara a influência da organização do espaço público na definição das hierarquias sociais e na limitação dos futuros possíveis (Santos, 1977), apontando, somente, a concentração do desemprego e da miséria nas metrópoles e difundindo a expectativa de que o aumento dos investimentos garanta a integração social ou, ao menos, proporciona formas de acesso à renda para todos.

Perspectivas e interpretações da urbanização apoiadas nessa leitura do desenvolvimento dificultam a projeção das consequências sociais dos investimentos realizados no presente. Essas interpretações também dificultam a análise do trabalho incorporado na produção dos territórios populares das grandes cidades. O avanço e a superação dessas interpretações mais usuais dependem da valorização da “totalidade urbana”, conforme apontou Santos (1978) na obra “A pobreza urbana”, bem como da utilização de teorias que deem conta da singularidade da urbanização dos países capitalistas-periféricos – teorias fundamentais à concepção de projetos

políticos que vislumbrem a apropriação socialmente mais justa dos recursos concentrados no tecido urbano.

Para essa superação, segundo Santos (1978), faz-se necessário ultrapassar a influência dos modelos analíticos que se fundamentam na verificação dos contrastes ou distâncias socioeconômicas entre os limites e territórios da pobreza e a cidade estruturada e formalizada com seus códigos jurídicos e urbanísticos. Diante disso, é preciso avançar e ir além dessa representação dos problemas urbanos e valorizar as conquistas populares, evitando “a queda nas armadilhas do sensibilismo e do conformismo” (Ribeiro, 2009), para antever os impactos na vida urbana na atual fase do capitalismo. Dentre esses impactos, destacam-se: 1) o endurecimento da segregação socioespacial; e 2) a existência de novas barreiras à ação espontânea e a sagacidade que preserva as condições de vida e de trabalho das classes populares.

Ao refletir algumas consequências da modernidade, destaca-se, de início, a natureza socialmente seletiva dos ciclos de modernização dos espaços metropolitanos e, portanto, a inexistência de uma temporalidade única, por mais que a periodização tradicional da história urbana sustente uma interpretação unificada e coesa da existência do espaço social. Vistos por perspectiva diferente, os sentidos e significados da vida urbana e das sociabilidades na cidade são compostos por uma multiplicidade de tempos sociais que correspondem a sociabilidades desigualmente atingidas pela aceleração trazida pela globalização econômica. Afinal de contas, a fragmentação territorial, apontada pelos críticos da globalização, atinge o tecido social em plenitude, como permitem reconhecer as crises das instituições, a violência, a indiferença e a desigualdade frente à exclusão social (Ribeiro, 2009).

Nas últimas décadas, o trabalho tem ganhado novos significados pelas mudanças nos seus arcabouços normativos e legais, nos seus ritmos e configurações e no sentido da ação coletiva. Por essa razão, é importante frisar as ações estimuladas pela dinâmica do mercado de trabalho associadas às formas políticas de expressão dos conflitos sociais. Certamente, as transformações do capitalismo e seus impactos na periferia atingem a organização socioespacial da cidade, a distribuição dos fluxos econômicos e os lugares mobilizados por protestos, reivindicações coletivas e como locais estratégicos para novas alternativas de trabalho e de sobrevivência, como é o caso dos trabalhadores de rua. Dessa forma, a análise dos impactos sociais dessa estrutura requer tanto o reconhecimento de tendências gerais quanto a valorização de contextos diferencialmente inscritos no comando da acumulação urbana.

A estrutura social produzida pela hegemonia do capital financeiro envelhece culturas políticas e modifica a própria noção de mercadoria que alcança, de forma acentuada, os âmbitos da estética, da sensibilidade e da emoção. Nessa relação que combina abstração e representações

sociais, necessidades são transmutadas em desejos e o cidadão “veste a fantasia do consumidor mais do que perfeito” (Santos, 1987). Nos últimos anos, as possibilidades da oferta de crédito têm atravessado fronteiras de classe sem que, com isso, tenham sido reduzidas as desigualdades sociais e econômicas.

Esse conjunto de tendências na referência a sujeitos formais apresenta, como sua contraface, o indivíduo, mesmo que as limitações da modernização impeçam a sua consolidação. No tocante à dimensão do trabalho, a redução do coletivo ao individual estimula a concorrência e competitividade. Nesse mesmo caminho, a valorização das qualidades individuais transforma o ajuste do trabalhador a firmas e instituições em um instrumento de controle e de competitividade. Mais uma vez, constata-se a presença de uma lógica que enaltece as qualidades de indivíduos e empresas, o que também ocorre nos serviços e em projetos de revitalização de áreas selecionadas das grandes cidades (Silveira, 2006). Esse ciclo tem enfraquecido os vínculos sociais e dificultado o interclassismo progressista. Dessa forma, as crises do mundo do trabalho vão além da lógica do desemprego ou da expansão dos sistemas privados de previdência. Essa crise, segundo Antunes (1997), tem atingido as formas de convívio e o compartilhamento de valores culturais.

Em uma conjuntura marcada por ativismos e ações de todas as espécies, a estrutura referida ao mundo do trabalho tende a ser absorvida pela racionalidade da nova gestão. Assim, valoriza-se a ação empreendedora em associação com a ação administrativa e a inovação técnica e comportamental. Sob essas condições, a ação empreendedora se transforma, em si mesma, em uma agenda para dinamização da economia ou, por uma outra perspectiva, para a redução das desigualdades sociais. Ativismos, produtivismos, empreendedorismos são algumas características presentes no mundo do trabalho contemporâneo, as quais formam um único vetor da atual fase de modernização do capitalismo, cujo poder de transformação inclui a prevalência de leituras econômicas das práticas sociais. Esse vetor traz para os lugares e a vida cotidiana, em especial para os espaços públicos que compõem o tecido urbano da cidade, a força atualizadora dos impulsos globais (Ribeiro; Silva, 2004) que influenciam as configurações e a lógica de funcionamento da cidade, bem como as dinâmicas e as relações de trabalho que se estabelecem, marcadas pela informalidade e precariedade, como é o caso do camelódromo de Recife.

Na grande cidade da periferia do capitalismo, as divisões socioespaciais se manifestam na forma de “guetificação e de gentrificação” (Ribeiro, 2009), que expressam a dualização da estrutura urbana nas grandes metrópoles sob os impactos do capitalismo globalizado. As dimensões alcançadas pelas lutas populares pelo direito à cidade que geraram a cidade

autoconstruída e os privilégios da classe dominante (Vilaça, 1998), que resistem ao dinamismo do mercado imobiliário, impossibilitam a absorção linear da problemática construída para exame da experiência urbana dos países centrais. Quanto à realidade periférica, a extensão dos territórios populares (e desiguais) e a consolidação de áreas enobrecidas condicionadas aos limites da classe média sugerem a coexistência de uma variedade de cidades, parcialmente articuladas, em vez de exatamente a existência de uma totalidade submetida a um movimento de divisão estrutural.

A reflexão da fragmentação nas metrópoles periféricas impõe, portanto, a consideração tanto das intensidades quanto dos limites das conquistas populares e também da qualidade dos extensores físicos, econômicos e culturais que possibilitam a reprodução diária das diferentes cidades que formam a totalidade em movimento. Sob os impactos do capitalismo globalizado, esses extensores, cada vez mais definidos sob a lógica empresarial, assumem um caráter estratégico, podendo contribuir para “dar origem tanto a efetivos guetos e a enclaves totalmente fechados à presença do outro ou a projetos que, apoiados na autonomia relativa dos territórios populares, estimulem a capacidade integradora da economia urbana” (Ribeiro, 2009, p. 25).

As metrópoles da periferia do capitalismo, preenchidas pelos territórios orgânicos, movimentam-se tanto pelos desdobramentos diários dos impulsos globais e investimentos pretéritos formais quanto pelo dinamismo do circuito inferior da economia urbana. Desconhecer esses limites e esse dinamismo resulta, segundo Santos (1978), em aumento de pobreza e de profundas desigualdades sociais. Por outro lado, limitar-se a constatar-los, sem deles retirar consequências para intervenções urbanas, também contribui para a exclusão na medida em que novas formas urbanas dominantes se caracterizam por uma forte seletividade social e pelo empresariamento das atividades necessárias à sua expansão.

Entende-se que as transformações capitalistas e a constituição do domínio burguês se estruturaram mediante condicionantes históricas e sociais de cada realidade e, por conta disso, não é possível estabelecer um padrão em que se forja o capitalismo, visto que a própria expansão capitalista ocorreu de forma diferenciada ao longo do seu processo histórico. Nesse sentido, países e regiões específicas só irão incorporar a dinâmica das relações de produção em um tempo histórico diferente aos chamados casos clássicos de Revolução burguesa⁷. Esse diferencial, não apenas em termos de tempo histórico, mas também das especificidades de cada formação social, possibilitou a constituição de particularidades que não cabem a um desenvolvimento clássico do capitalismo. Com isso, é possível encontrar realidades particulares

⁷ Entende-se como forma clássica a formação do capitalismo em países como França e Inglaterra, que vivenciaram o processo de Revolução Democrático-Burguesa.

das periferias do sistema que estabelecerão condições e características próprias de transformação capitalista e da natureza da dominação burguesa.

Por meio das contradições postas aos países da periferia e das diferentes posições políticas e econômicas assumidas na divisão internacional do trabalho, estabelecem-se relações bastante peculiares entre centro e periferia em cada caso e na especificidade de cada país. Para a periferia, a imposição de relações capitalistas advindas do centro pode combinar um elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção arcaicas. Ou seja, os países periféricos absorvem alguns avanços, adequando-se à expansão da modernidade, mas também conservam traços arcaicos, conferindo-lhes características particulares dessas formações sociais, conforme exposto por Trotsky (2007, p.21):

O desenvolvimento de uma nação atrasada historicamente induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado.

Na concepção de totalidade apresentada pelo autor, o desenvolvimento econômico de qualquer formação social deve ser compreendido como parte de todo o sistema capitalista, ao passo que guarda particularidades e diferenças que determinam uma forma própria de desenvolvimento. Dentre essas particularidades das formações sociais na periferia, destacam-se aquelas referentes à sua composição interna, características próprias de sua natividade. De outro lado, está a forma como essas formações irão se relacionar com a totalidade do sistema e, sobretudo, como se vincularão às economias centrais. O caráter desigual do desenvolvimento histórico estabelece posições hierárquicas no sistema na medida em que os países com um elevado avanço das forças produtivas estabelecem relações de subordinação com os países economicamente atrasados.

Pela funcionalidade do capitalismo, os países periféricos serão impelidos a absorver as relações sociais e de produção próprias desse sistema. No entanto, é notório que não conseguirão traçar os mesmos caminhos dos “casos clássicos”, tendo em vista que não passarão por determinadas etapas de desenvolvimento até se chegar a um alto nível de incorporação das forças produtivas. Esses países, portanto, irão se ajustar ao nível de desenvolvimento econômico estabelecido pelo centro, relacionando-se a ele de forma subordinada.

O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta

de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão das distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas (Trotsky, 2007, p. 21).

Tomando como pressuposto essa referência, entende-se que a constituição do capitalismo no Brasil esteve vinculada ao processo de desenvolvimento e expansão do sistema capitalista em escala mundial, que propagou suas estruturas e formas de funcionamento para diferentes países e regiões, incorporando-as de diferentes formas segundo as particularidades de cada formação social. A compreensão do caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo em nível mundial permite, portanto, apreender as suas particularidades da formação social do Brasil, sem cair na armadilha de isolá-la frente ao cenário internacional.

E como pensar o capitalismo na periferia? Muito já se discutiu e problematizou acerca do caráter da colonização e do escravismo no Brasil. Ao negar as correntes de pensamento que ligaram essa fase econômica do Brasil ao feudalismo, Caio Prado Jr. (1969) constituiria a perspectiva da colonização dentro do processo de expansão ultramarina europeia, inserindo o país dentro de um sistema mercantil. Em síntese, o Brasil, se já nascera sob a égide do capitalismo, isso não quer dizer que sua produção e organização social eram efetivamente capitalistas. Por outro lado, se o Brasil se fundou por modos de produção particulares, mais uma vez, deve-se considerar um fenômeno de transição ao capitalismo. Para tanto, ao pensar o significado do fenômeno urbano e o mundo do trabalho, é possível observar alguns elementos e algumas possibilidades para que o capitalismo nacional pudesse se consolidar.

O lucro comercial, ainda pré-capitalista e dominante no Brasil do Século XIX, não conseguiria transpor as barreiras para a construção de elementos próprios da acumulação de capital. Por isso mesmo, a abolição rompia com o violento regime escravo, mas não garantia a transição ao trabalho livre para todo o país. É por isso que passava a incorporar tecnologia e fatores de produção capitalistas. Contudo, o mercado nacional, por um lado, não permitia a constituição de setores modernos pelo limite técnico e financeiro frente aos produtos estrangeiros e, por outro, não garantia que os elementos coercitivos do mercado impulsionassem as transformações econômicas dos setores emergentes nacionais.

Essa seria uma das maiores colaborações do mundo urbano moderno para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mediante a complexidade das relações econômicas e a expansão de um mercado interno competitivo nos centros urbanos, o capitalismo pôde iniciar sua dinâmica intensa de reprodução econômica. Ainda mais importante do que a transição do feudalismo ao capitalismo, as cidades e o trabalho se tornaram pontos cruciais e difusores da formação do capitalismo periférico. Ou seja, é na cidade, muito em função do aumento no

número de imigrantes, que se fundou um mercado e relações de trabalho assalariado.

É na cidade, constituída em fins do Século XIX e desenvolvida com os diversos planos de urbanização do país, no início do Século XX, que o capitalismo no Brasil criou suas amarras na sociedade brasileira, e o mercado se difundiu como meio para transpor as relações capitalistas dos centros urbanos. Assim, a competição e o mercado, como elemento coercitivo, que garantem a superação das relações tradicionais herdadas da colonização, emergem das novas instituições deste moderno mundo urbano brasileiro.

Para países como o Brasil, que não pertence a um eixo central do capitalismo mundial, as análises a respeito da proteção social e do trabalho devem considerar inicialmente a condição de pertencimento à periferia econômica ligada ao subdesenvolvimento. Segundo Pochmann (2004), mesmo o Brasil tendo avançado no processo de industrialização durante o Século XX, ele não foi capaz de abandonar as marcas do subdesenvolvimento, como a disparidade da produtividade setorial e regional e a permanência de grande parcela da população em condições precárias de vida e trabalho. Ainda para o autor:

No Brasil, assistiu-se à constituição de uma nova articulação de classe social responsável tanto pela secundarização do setor produtivo industrial como pelo avanço das classes proprietárias de ativos financeiros. Em função disso, o projeto de desenvolvimento nacional deu lugar gradualmente a um ciclo crescente de financeirização da riqueza, cujo principal sustentáculo de seu financiamento e legitimação política encontra-se no Estado (Pochmann, 2004, p. 8).

O desenvolvimento das atividades produtivas foi obstaculizado, enquanto o sistema de proteção social tem sofrido impactos em razão do contingenciamento de recursos públicos para a esfera financeira, bem como pela desestruturação do antigo papel do Estado. Por esses motivos, o país passou a acumular índices alarmantes de indicadores da exclusão social, além do aumento do desemprego e da desigualdade social. Além disso, foi possível a abertura de frentes de ocupações urbanas sem acesso aos sistemas de proteção social, como o barateamento do custo de reprodução do trabalhador formal. Assim, o novo contexto apresentado pela industrialização nacional terminou combinando o moderno com velhas formas não capitalistas de ocupação da mão de obra.

2.1.1 Considerações sobre a formação social e econômica do Nordeste do Brasil

Para pensar sobre região e, mais especificamente, o Nordeste, adota-se a concepção apresentada por Francisco de Oliveira, concebendo-a como “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma específica de luta de classes, onde o econômico e o político se

fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (Oliveira, 2008, p. 148). Assim, para pensar o Nordeste à luz dessa percepção, é fundamental evidenciar a desigual relação de forças entre o capital e o trabalho na região, sobretudo no que tange aos resultados e resquícios deixados pela monocultura canavieira na conservação da estrutura fundiária, bem como na insuficiência em relação à absorção da força de trabalho e consequente formação do excedente desta. Assim, o peso do desenvolvimento global do capitalismo brasileiro e suas consequências sobre a formação das desigualdades regionais não explica toda a trajetória local, tornando-se fundamental a análise das especificidades que caracterizam a reprodução do capital e dos conflitos sociais na região. Conforme apresentado por Oliveira (2008, p.148-149):

A especificidade de cada região completa-se, pois, em um quadro de referências que inclua outras regiões, com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção; pelo menos quando se está em presença de uma economia nacional, que globalmente se reproduz sob os esquemas da reprodução ampliada do capital, é que o enfoque aqui adotado, de diferenças na divisão regional do trabalho, pode encontrar terreno propício para o entendimento das relações inter-regionais e abandonar a abordagem dos desequilíbrios regionais por uma formulação que centre suas atenções nas contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção.

Em relação à concepção de Nordeste, Manuel Correia de Andrade aponta que em “cada região se nota que um elemento se sobressai, levando o homem prático que moureja na terra a citá-lo, sempre quer distinguir as várias áreas que compõem o mosaico regional” (Andrade, 2005, p. 37). Assim, as particularidades do clima nordestino são o elemento central para caracterizá-lo. É nessas perspectivas teóricas e conceituais sobre a região que se pode ampliar as discussões e os múltiplos olhares acerca das nuances e complexidades políticas e socioeconômicas que constituem o Nordeste do Brasil.

Observa-se que, ao falar de Nordeste, remete-se a uma ideia de multiplicidade de visões geográficas. Nesse sentido, é preciso destacar que essa diversidade tem reflexos no próprio processo de formação histórica do mercado de trabalho na região, em que é possível encontrar diferentes perfis de trabalhadores, que possuem diferentes expectativas para o trabalho que executam e as estratégias que utilizam para se reproduzirem socialmente em cada área específica da região e em cada fase de desenvolvimento. Ao longo de seu processo de formação, o Nordeste se destacou por ser uma região com grandes e expressivas concentrações populacionais, em virtude dos altos fluxos migratórios provocados pelos períodos de secas e desemprego. Com isso, além do fator “diversidade” na configuração dos espaços, a região

apresenta uma complexa estratificação social.

Quando se propõe a analisar aspectos históricos referentes ao trabalho no Nordeste, faz-se necessário, antes, abordar a sua herança da grande empresa açucareira. De fato, o açúcar, predominante na região entre os Séculos XVII e XIX, foi decisivo para a formação e o desenvolvimento econômico na região ao longo do Século XX. Nesse período, a produção açucareira voltada para exportação era o principal elemento que impactava na economia na região. Todos os outros setores apareciam como fornecedores de insumos para os engenhos de açúcar, bem como para manutenção da força de trabalho escrava.

O seu declínio, no momento em que a região Centro-sul do país avançava no processo de industrialização, deixou ao desenvolvimento do Nordeste a condição de dependência daquela região. De fato, o seu desenvolvimento se tornou desigual em relação ao do Centro-sul, tendo em vista que, à medida que este se industrializava, o Nordeste atrasava o processo de industrialização, posicionando-se na condição de fornecedor de insumos de menor valor agregado. No tocante a esse aspecto, Celso Furtado (1983, p.118) destaca que “à medida que a industrialização alcançava etapas mais avançadas, as desigualdades no Brasil tenderam a acentuar-se”. Assim, as diferentes formas de desigualdade começaram a se propagar entre as regiões do país.

Se, nos Séculos XVII e XVIII, a economia açucareira proporcionou ao Nordeste o patamar de região mais dinâmica e produtiva da colônia portuguesa, no entanto, nos dois séculos seguintes, esta foi relegada à categoria de “região periférica” do país. Com uma base fundiária assentada no grande latifúndio e na monocultura da cana de açúcar, o colapso dessa economia no Século XIX proporcionou um conjunto de problemas à região, destacando-se a concentração de renda de uma pequena parcela de latifundiários. Em meados dos Séculos XIX e XX, durante seu processo de declínio da industrialização, a economia açucareira condenou a população à produção de subsistência. Com isso, o resultado para a população foi desastroso, a qual passou a lidar com situações precárias de vida, estando à mercê dos conflitos contra a classe dominante. Para Furtado (2007, p. 106):

A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial agrícola mais rentável de todos os tempos.

O padrão das relações de trabalho aplicado na fase da economia açucareira contribuiu para a construção de um imaginário e de uma representação social do trabalho na região, cabendo destacar o papel desempenhado pelo escravismo e suas implicações no mundo do

trabalho. Assegura-se que tanto a burguesia quanto o proletariado foram forçados sob o regime escravocrata, baseando-se na precarização do trabalho. Aliada a isso, houve, na região, a modelação de uma classe dominante e autoritária, não sendo por acaso que as primeiras práticas de coronelismo⁸ apareceram na região Nordeste.

Desde a economia, passando pelas práticas culturais até as práticas políticas e sociais, o autoritarismo, fruto do período escravocrata, ainda se revela nas relações e no mundo do trabalho de uma forma mais geral. Afinal, conforme enfatizado por Oliveira (2002, p. 86), “em presença de uma divisão social do trabalho empobrecida, em regressão mesmo, a não identidade social da época da escravidão projeta-se para o século atual”. Sabe-se, pois, que essa influência perpassa a formação histórica do mercado de trabalho brasileiro. Contudo, quando se trata da região Nordeste, o escravismo deixou consequências e marcas mais intensas devido à relação com a grande empresa açucareira desde o período colonial. Mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, essa mentalidade, oriunda do escravismo, ainda se faz presente em muitas dinâmicas e relações de trabalho, passando pelos trabalhos realizados pelas mulheres, pelos trabalhadores informais, dentre outros segmentos.

As oscilações econômicas entre a população trabalhadora do Nordeste são aprofundadas com a entrada dos investimentos estatais entre os anos de 1950 e início dos anos 1960. Nesse período, juntamente aos trabalhadores (rurais e urbanos) assalariados e não assalariados, existia um contingente de pequenos proprietários e comerciantes. Além desses, havia aqueles que não conseguiam entrar, de nenhuma forma, no mercado de trabalho, somando-se, com isso, ao excedente da força de trabalho (Andrade, 2005). Diante disso, encontravam-se, no emergente mercado de trabalho da região, diferentes frações de classes ocupando distintas posições no tecido social e na divisão do trabalho. Essa heterogeneidade implicou dificuldades nas formas de organização política entre os diferentes segmentos de classe, conforme destacado por Oliveira (2003, p. 51):

(...) que se observa é um mercado de trabalho extremamente diversificado, fragmentado, hierarquizado, em que as clivagens se estabelecem a partir do nível do salário-mínimo, a partir do trabalho das mulheres, a partir da idade de entrada e saída da força de trabalho, e como determinações menos importantes, a partir das especializações. (...) Não é estranha a essa *melée*, senão parte indissociável dela, a ausência de capacidade organizativa do operariado e de outros setores da força de trabalho, como determinante dos níveis de salário e das condições concretas de emprego (Oliveira, 2003, p. 51, grifo do autor).

⁸ Coronelismo é o termo que se refere à complexa estrutura de poder no período da República Velha (1889-1930), em que os coronéis detinham o poder político e econômico por meio da violência e da troca de favores com seus subordinados.

No que tange ao papel desempenhado pelo Estado, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁹ foi a mais importante para a região, exercendo influência direta na formação do mercado de trabalho na região. Tendo como um dos objetivos a promoção do desenvolvimento econômico e a solução das disparidades de renda (Furtado, 1983), a SUDENE foi criada em 1959, mediante a Lei nº 3.692, em 15 de dezembro, tornando-se uma das principais ações e estratégias do Estado para o estímulo à industrialização. Como destacado por Oliveira (2008, p.250), “o processo propriamente parlamentar de criação da SUDENE reflete, admiravelmente, o posicionamento das diversas classes sociais, no Nordeste e fora dele, em relação à nova atuação do Estado na região”.

Com a SUDENE, o Nordeste apresentava os primeiros índices de industrialização e geração de emprego com estabilidade, além de nascer também para ser uma referência para os estudos sobre o Nordeste. Tal objetivo, expresso nos escritos de Celso Furtado (1983), reiterava um aspecto que ainda faltava na região: a adoção de uma economia adaptada às diferentes áreas que compõem o Nordeste. Com isso, pela primeira vez, no Nordeste, o Estado passa a assumir um importante papel de dinamizador da economia regional, atuando em diferentes setores.

A SUDENE permitiu o desenvolvimento de uma política regional sistemática, com fortalecimento da estrutura do complexo econômico do Nordeste. Ao articular um conjunto de ações voltadas para obtenção de recursos para financiamento de projetos ligados à indústria, a SUDENE promove um intenso fluxo de capitais de empresas do Centro-sul em direção ao Nordeste, modificando, assim, toda a estrutura produtiva, ao possibilitar a implantação de unidades industriais mais avançadas e em setores novos da indústria nordestina. O objetivo desses impulsos ao desenvolvimento era, de fato, a superação das desigualdades geradas pela velha base exportadora nordestina (Araújo, 2000). Frente a isso, na década de 1960, iniciou-se um processo de “engate” do Nordeste, com a dinâmica nacional possibilitada por uma ação que envolvia a busca de incentivos fiscais, investimentos empresariais e créditos das empresas locais e externas.

Dessa forma, novas estruturas econômicas se apresentam no cenário nordestino, proporcionadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com arsenal de investimentos para o setor de manufatura que criaram uma base desenvolvimentista. Com isso, articularam-se

⁹ A criação da SUDENE resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-sul do Brasil. Tornava-se, então, necessária uma intervenção direta na região guiada pelo planejamento como caminho para o desenvolvimento. Conforme apresentado pelo CPDOC/FGV (s/d), a intuição para criação da SUDENE envolveu a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser pauta das ações governamentais: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Essa área equivale a 18,4% do território nacional e, em 1980, abrigava cerca de 35 milhões de habitantes.

inúmeras instituições que possibilitaram a atuação da SUDENE, reconhecendo a industrialização como solução estratégica para solucionar os problemas locais, além de fortalecer a economia nacional. O Nordeste configurará um espaço no qual várias ideologias competitivas se colocarão em disputa e novos e antigos atores serão recolocados nos jogos de interesse. Com essa reflexão, Araújo (2000, p. 12) destaca:

Nos anos recentes, movimentos importantes da economia brasileira tiveram repercussões fortes na região Nordeste. Tendências da acumulação privada reforçadas pela ação estatal, quando não comandadas pelo Estado brasileiro, fizeram surgir e desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região. Tais estruturas são tratadas na literatura especializada ora como “frentes de expansão”, ora como “polos dinâmicos”, ora como “manchas ou focos” de dinamismo e até como “enclaves”.

Um dos pontos mais emblemáticos estava na atuação do Estado perante as agências de desenvolvimento. Diante disso, estabeleceu-se um espaço para negociação entre os estados do Nordeste e o governo federal com o objetivo de criar um conjunto de estratégias regionais, possibilitando, assim, a centralização das decisões políticas. Outra situação, fruto dessa articulação, foi o estabelecimento de agências para fomento ao desenvolvimento enquanto mediadoras dos estados nordestinos com o governo federal, provocando, assim, uma descentralização política nas decisões. Com esse quadro emblemático de centralização/descentralização política, surgem os embates com as formas clientelistas, provocados pelas elites oligárquicas nordestinas.

Quanto ao processo de associação do Nordeste ao desenvolvimento regional, Oliveira (1998) destaca uma questão central em relação à dificuldade de uma articulação que desse conta das especificidades e características produtivas da região:

A partir da efetiva entrada em funcionamento dos mecanismos fiscais-financeiros sob a égide da Sudene, e da implantação dos projetos das grandes empresas estatais, no período que vai de 1959 a 1985, (...) os programas de desenvolvimento regional estão produzindo resultados que redefinem a "questão nordestina". Em primeiro lugar, pela força dos processos analisados, e sobretudo pela sua ligação aos processos de acumulação de capital em escala nacional, o Nordeste integrou sua economia à do resto do Brasil. A tal ponto que, a rigor, não se pode falar em "economia do Nordeste", mas em uma divisão regional do trabalho no Brasil com atividades regionalmente localizadas (Oliveira, 1998, p.74).

Devido ao agravamento da crise política de 1964 e o golpe militar naquele mesmo ano, a SUDENE sofreu os impactos diretos. Entre 1959 e 1964, a coordenação ficou sob as responsabilidades de Celso Furtado. No entanto, após as ondas de intervenção militar, a

SUDENE perde a autonomia e o controle, passando a ser centralizada pelos setores advindos de Brasília, mediante Ministério. Ao final, ela não consegue atingir a meta de eliminação das desigualdades e disparidades socioeconômica entre o Nordeste e as demais regiões, e a geração de empregos no ramo industrial não foi suficiente para frear o aumento das desigualdades regionais.

Os anos seguintes foram marcados por cenários de fortes repressões militares sobre os movimentos sociais e políticos, impactando, assim, a política desenvolvimentista proposta, inicialmente, pela equipe de comando da SUDENE. De fato, presenciou-se, no período de ditadura, o início da flexibilização nas relações de trabalho. Com as conquistas alcançadas com o fim do regime empresarial e ditatorial e a promulgação da Constituição de 1988, o mercado de trabalho brasileiro, no Nordeste, em particular, começava a passar, nos anos 1990, por um intenso processo de reestruturação produtiva e de reformas de cunho neoliberal.

O nordeste ingressou no novo cenário conservando disparidades socioeconômicas entre a sua população. As marcas de ser a região mais pobre do Brasil se manteve presente no decorrer dos anos 1990. Conforme destacado por Lima (2005. p. 20), “o nordeste concentrava aproximadamente 30% da população brasileira, mas sua participação no PIB nacional não passava de cerca de 16% em 1998”. No que tange à estrutura macroeconômica, a região se firmou como exportadora de *commodities* no circuito do mercado globalizado da economia nacional durante esse período. Sendo forçados pela acelerada abertura comercial, certos setores produtivos foram reestruturados, incorporando novas formas e alternativas de organização e gestão do trabalho. Com isso, grandes empresas instaladas no Nordeste passaram a competir por espaço nos mercados nacionais e internacionais. Isso provocou mudanças nas dinâmicas sociais do trabalho regional e na produção.

Em sincronia com a globalização dos mercados, houve a adoção do programa neoliberal em nível nacional. Do governo de Fernando Collor ao governo Fernando Henrique Cardoso, arquitetou-se um desmonte da indústria nacional e se empreendeu a reprimarização da economia brasileira. Assim, foram colocados em marcha o projeto de privatização de empresas estatais e a redução de investimento público em áreas sociais. De fato, essa falta de investimento impactou as políticas de desenvolvimento regional, agravando, assim, as disparidades e desigualdades entre as regiões do país. Destaca-se, ainda, que as diretrizes gerais do programa causaram impactos na configuração de mercados de trabalho, tendo em vista que houve diminuições nos empregos do setor industrial e aumentaram significativamente os empregos no setor de serviços e comércio, sobretudo aqueles com rendimentos mais baixos. Tal período também ficou marcado pelos impactos no neoliberalismo contra a proteção social do trabalho,

inclusive naqueles segmentos mais organizados de trabalhadores. A flexibilização das leis do trabalho se tornava, assim, a marca dos governos neoliberais apoiados nos interesses do capital.

No âmbito nacional, o incentivo maior correspondia à adoção do programa neoliberal e, conseqüentemente, ao processo de privatização-desnacionalização de empresas estatais no setor produtivo, provocando “mudanças tecnológicas e organizacionais, mudando os perfis de uso e de remuneração da força de trabalho” (Silva; Pereira, 2016, p. 14). Outro estaque, porém não menos importante, do neoliberalismo e que foi adotado no Brasil durante esse período incidia na fixação do câmbio com objetivo de estabilizar a inflação e forçar o processo de modernização da indústria nacional. Enquanto a estabilização monetária havia sido alcançada, em certa medida, o redirecionamento do consumo das classes médias e altas para os produtos importados passava a afetar a indústria de pequeno e médio portes que não tinham aportes para se modernizarem e se tornarem competitivas. Como consequência, isso resultou no aumento do desemprego, da informalidade e da precariedade no mercado de trabalho, agravando, assim, a questão social na região Nordeste.

Para atenuar os impasses dessas mudanças, a estratégia predominante nesse período de disputas entre estados e municípios nordestinos, inclusive contra os de outras regiões do Brasil, consistiu na isenção fiscal às empresas que se fixassem nos respectivos territórios da região. A problemática central dessa estratégia correspondia na ausência de planejamento e coordenação, provocando uma desarticulação entre os pólos mais dinâmicos do Nordeste. Conforme destacado por Oliveira (2016, p. 57), esse arranjo institucional possibilitou a seguinte mudança:

[...] diante da crescente concorrência internacional, os processos de reestruturação produtiva visaram o incremento da subcontratação e o deslocamento das plantas industriais para regiões com menores custos de produção, sobretudo, com mão de obra barata, baixa tradição de regulação dos mercados e ausência de organização sindical (Oliveira, 2016, p. 57).

Em que pese os critérios centrais considerados pelas empresas na hora de definir a instalação de seus parques produtivos consistiram na isenção fiscal e na localização geográfica no circuito dos mercados, além da atenção dada à força de trabalho. O que mais contou nos critérios das empresas, destaca Denilson Araújo (2010, p. 192), foi a “desorganização política das massas, mesmo aquelas que se encontram empregadas”. As grandes empresas obtiveram na região Nordeste outro fator atrativo: a baixa remuneração da força de trabalho. Isso pelo fato do desenvolvimento da região até aquele momento não ter conseguido incorporar o total da força de trabalho disponível, gerando, com isso, um excedente ainda maior do que o verificado no plano nacional. Essa é uma característica central do regime de trabalho no Nordeste: a baixa

taxa de remuneração da força de trabalho. De fato, tal disparidade tende a reforçar ainda mais as disparidades e desigualdades regionais vigentes no país.

No tocante ao mercado de trabalho, a reestruturação produtiva se expressou mediante a ampliação da terceirização em diferentes setores da economia. Se, por um lado, a terceirização aumentou a produtividade, por outro, provocou condições de precariedade no trabalho com a instabilidade e menores rendimentos aos trabalhadores. Ainda mais, em alguns setores da produção, a terceirização se tornou emblemática e paradigmática, como, por exemplo, as cooperativas do ramo têxtil (Lima, 2002). Dada, portanto, a deficiência de empregos nessa área, bem como as precárias condições de trabalho às quais os trabalhadores estão submetidos, a oferta de empregos em cooperativas se torna uma opção à população local. Ampliando a abordagem e correlacionando com os trabalhadores do comércio popular da cidade de Recife, muitos desses indivíduos, diante desse cenário de incertezas e desemprego, inserem-se na informalidade e, mais precisamente, tornam-se camelôs, por encontrarem nesse ramo possibilidades de trabalho e obtenção de renda.

Diante dos argumentos apresentados até aqui, percebe-se a importância do Nordeste para os estudos e como base dos primeiros fundamentos acerca da formação social brasileira. Como apresentado por Oliveira e Rodgers (2021, p.24), essa região “desde suas origens e ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, alimentou um padrão sempre heterogêneo e segmentado de produção e relações de trabalho, ancorado em formas dependentes e subalternas de integração aos núcleos capitalistas nacionais e internacionais”. Nesse sentido, ao analisar a relação entre capitalismo periférico e o desenvolvimento do trabalho em uma área periférica, é possível adentrar em questões que perpassam os padrões e relações de trabalho, abordagens mais complexas sobre seus mecanismos socioeconômicos de geração e de reprodução de precariedades nas trajetórias de trabalhadores, bem como as discussões sobre o desenvolvimento e renda.

O próximo item da seção apresenta, mais detalhadamente, a contextualização histórica do Camelódromo Calçadão dos Mascates (campo empírico da pesquisa) até as suas configurações recentes, permitindo fazer algumas associações e complementações às discussões teóricas apresentadas neste primeiro item da seção.

2.2 O Camelódromo Calçadão dos Mascates em perspectiva histórica

Ao ser organizado sob a lógica de um modo de produção desigual, o espaço de uma cidade capitalista de região subdesenvolvida é caracterizado por apresentar não apenas

diferenças próprias a cada território, como também as desigualdades sociais. Essa contradição é visível não apenas no interior do espaço intraurbano da cidade, como também na sua própria área central, que se apresenta como espaço de referência da cidade. Para Santana (2014, p.73), o surgimento e a constituição do centro das cidades levantam considerações sobre os primeiros indícios do desenvolvimento social, político, econômico e cultural sobre as cidades, pois, se a urbanização é percebida como um processo e a cidade, como forma, pode-se afirmar que ambos são os resultados históricos dos vários tipos de cidade que, no decorrer dos anos, se transformaram de acordo com as relações estabelecidas no tempo e espaço.

Nas discussões acerca da origem do centro urbano e das dinâmicas de trabalho que se estabelecem, busca-se compreender a sua estruturação desde o núcleo inicial, por meio do povoado que se organizou ao redor do ponto considerado estratégico. Mediante as exigências impostas pelas mudanças nas características daquele espaço, foi necessário instituir o poder e o controle sobre a população e os trabalhadores que se firmam no local. É nessa perspectiva que advém a atuação do poder público (com a prefeitura e as instituições de fiscalização e controle), além do desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços como práticas características do centro.

A área central é o principal espaço intraurbano para onde convergem atividades e serviços diversos, constituindo-se na principal área de ocorrência de fluxos diversos. Nesse espaço, estabelecem-se relações de troca e serviços, a exemplo do comércio, que mantém a própria vida urbana, em uma dinâmica constante. Na análise de Castells (1975, p. 181), o centro é caracterizado como um “(...) tipo de ocupação do espaço, um conjunto de atividades e funções e de grupos sociais localizados em um lugar de características mais ou menos específicas”.

Nesse sentido, o centro tem como característica concentrar funções que misturam usos e criam ambientes simbólicos que despertam nas pessoas a consciência e o sentimento de pertencimento àquele lugar, sobretudo pela convergência de interesses que essa parte da cidade desperta nos usuários. A área central, onde está instalado o camelódromo de Recife, é um produto histórico que materializa as transformações das fases de estruturação econômica, social e política do território, “sendo considerada o coração da cidade, e onde estão concentradas a vida de trabalho, lazer e moradia” (Andrade, 2014, p. 78).

A dinâmica urbana do Recife teve seu início com a comercialização do açúcar, *commodity*¹⁰ que, tendo grande aceitação no mercado europeu durante o período da colonização

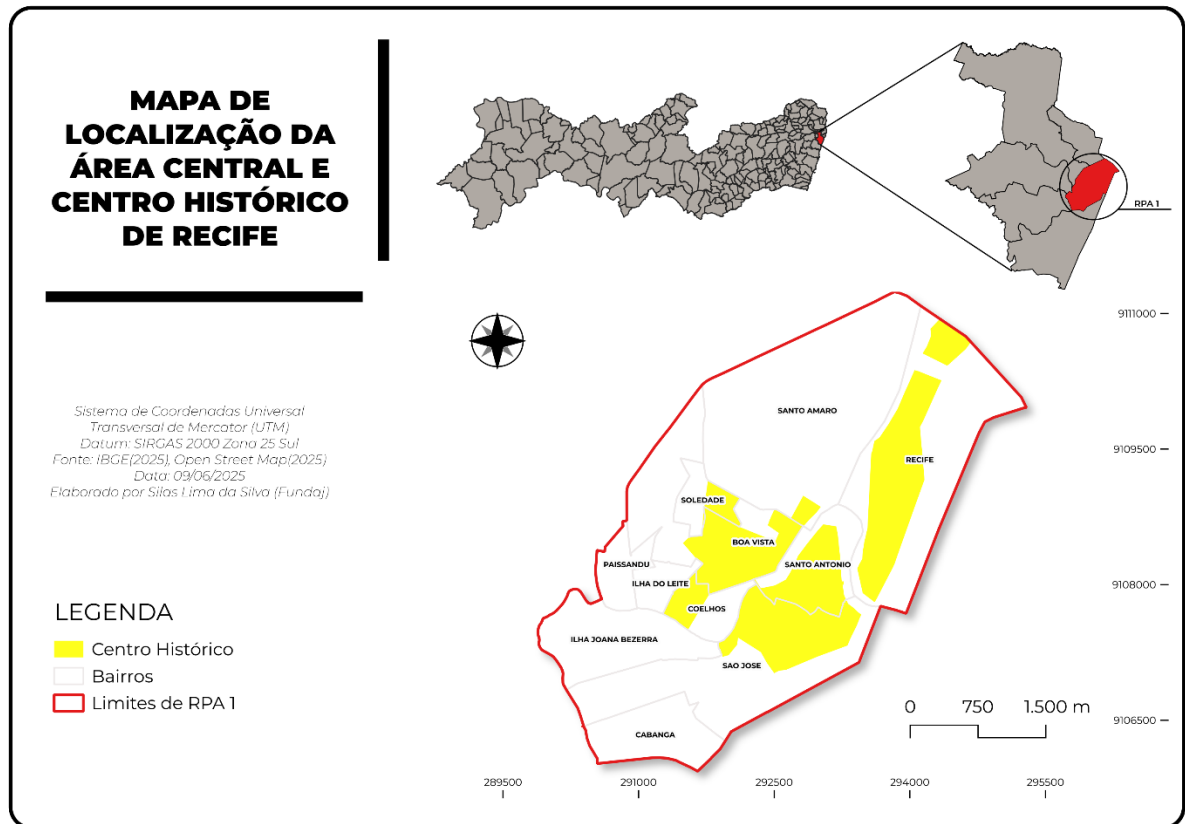
¹⁰ No inglês, *commodity* significa mercadoria, sendo uma referência aos produtos de base em estado bruto, considerado matéria-prima. Além do nível de matéria-prima, é aquele produto que apresenta grau mínimo de industrialização.

do Brasil, começou a ser produzido em larga escala em áreas do *hinterland* da cidade, sob os moldes da *plantation*. A comunicação entre Pernambuco e a Europa se realizava mediante o Porto do Recife, em torno do qual se formou a área central da cidade, com o seu núcleo e a zona periférica.

Ao possuir a característica de uma cidade portuária, o espaço urbano recifense sempre esteve suscetível às dinâmicas e exigências do mercado externo. Cada atividade que dele se originou deixou sua marca, sendo a exportação do açúcar a atividade que mais marcou a cidade nos seus primórdios. Nesse sentido, para Singer (1977, p. 274), “Recife foi fundada e se desenvolveu em função do açúcar”, inclusive as demais atividades urbanas foram instaladas na cidade em função da exportação do *commodity*. Sendo assim, muitas das atividades produtivas, comerciais e de serviços estiveram concentradas em partes da cidade localizadas na área portuária ou próximas, formando um eixo de centralidade econômica que englobava os bairros históricos de Recife, Santo Antônio e São José, dando início à formação da área central da cidade.

Em 1823, Recife foi elevada à condição de cidade e, em 1827, à de capital da Província de Pernambuco. Nesse tempo, havia uma diversificação das exportações pelo seu porto, sobretudo com a demanda também do algodão demandado pelo advento da Revolução Industrial. Com a expansão da produção desse *commodity*, também houve um crescimento da renda dos pequenos e médios produtores, os quais passaram a adquirir produtos importados, movimentando o porto e toda a área central da cidade. O resultado desse processo histórico foi a formação e consolidação de uma extensa área central e complexa, o que abarca os bairros de Boa Vista, Santo Amaro, Soledade e outros, além do bairro do Recife, Santo Antônio e São José, abrangendo uma área conhecida como “centro expandido” (Figura 1).

Figura 1 – Localização da área central e centro histórico de Recife



Fonte: IBGE. Open Street Map. Elaborado por Lima da Silva (2025).

Para melhor compreender o surgimento do Camelódromo Calçadão dos Mascates, no bairro de São José, área central do Recife, faz-se necessário retomar ao final dos anos oitenta, quando Recife enfrentava sérios problemas que desafiavam o poder público, sendo o comércio informal e de rua um deles. Com o aumento no número de desemprego, uma problemática social que não estava limitada apenas à esfera local, as ruas da cidade foram tomadas por milhares de ambulantes que tentavam comercializar seus produtos de maneira informal e, assim, garantir o seu sustento. Conforme exposto por Lapa (1994, s/n):

De fato, até janeiro de 1993, as ruas, praças e pátios do centro do Recife estavam ocupados por aproximadamente 4.431 ambulantes que comercializavam de tudo, promovendo a degradação dos espaços, com sujeiras e restringindo a acessibilidade aos pátios, igrejas e monumentos.

Essa prática de comércio na cidade já é bastante conhecida. O Recife possui um perfil e uma tradição histórica com o comércio popular e informal. A relação com a figura dos “mascates”, identificados mediante a história como um traço característico que deu nome ao processo de luta com a cidade de Olinda, é, na contemporaneidade, reconhecida nos trabalhadores que compõem o comércio de rua, mais precisamente os ambulantes e camelôs.

A comparação com os antigos mascates que se deslocavam à procura de seus consumidores se limita à diferenciação na forma de comercializar os produtos. No caso dos ambulantes, eles, de uma forma ou de outra, tentam certa fixação (mesmo que temporária) no espaço urbano para a venda de produtos em barracas improvisadas, fiteiros, carroças etc. Com alguma frequência, esses ambulantes também se deslocam pelas ruas, avenidas, procurando sempre pontos estratégicos no espaço urbano para a prática da comercialização. Por outro lado, os camelôs, após parcerias e investimentos do poder público municipal na infraestrutura urbana, passaram a se fixar no espaço propício e destinado exclusivamente ao comércio popular e informal. Após o processo histórico envolvendo as cidades de Recife e Olinda, que levou à Guerra dos Mascates, conflito ocorrido em 1711, o termo “mascates” ampliou o seu significado: “por obra e graça da nobreza da terra é que somente em Pernambuco “mascate” extrapolou o significado estrito de regateiro ou bufarinheiro¹¹ para ganhar o sentido lato de comerciante reinol” (Mello, 2003, p.160). O mascate passou, então, a ser visto como o comerciante de uma forma geral e o termo “mascatear” passou a ser utilizado como sinônimo de comercializar.

Para expor como essa problemática do comércio informal foi apresentada e tratada pela gestão municipal no período que compreende meados da década de oitenta e a inauguração do Calçadão em 1994, faz-se necessário descrever algumas características centrais de atuação das gestões que marcaram esse período histórico. O Quadro 1 sintetiza alguns elementos importantes:

¹¹ Termo referente ao vendedor de quinquilharias (Goulart, 1967).

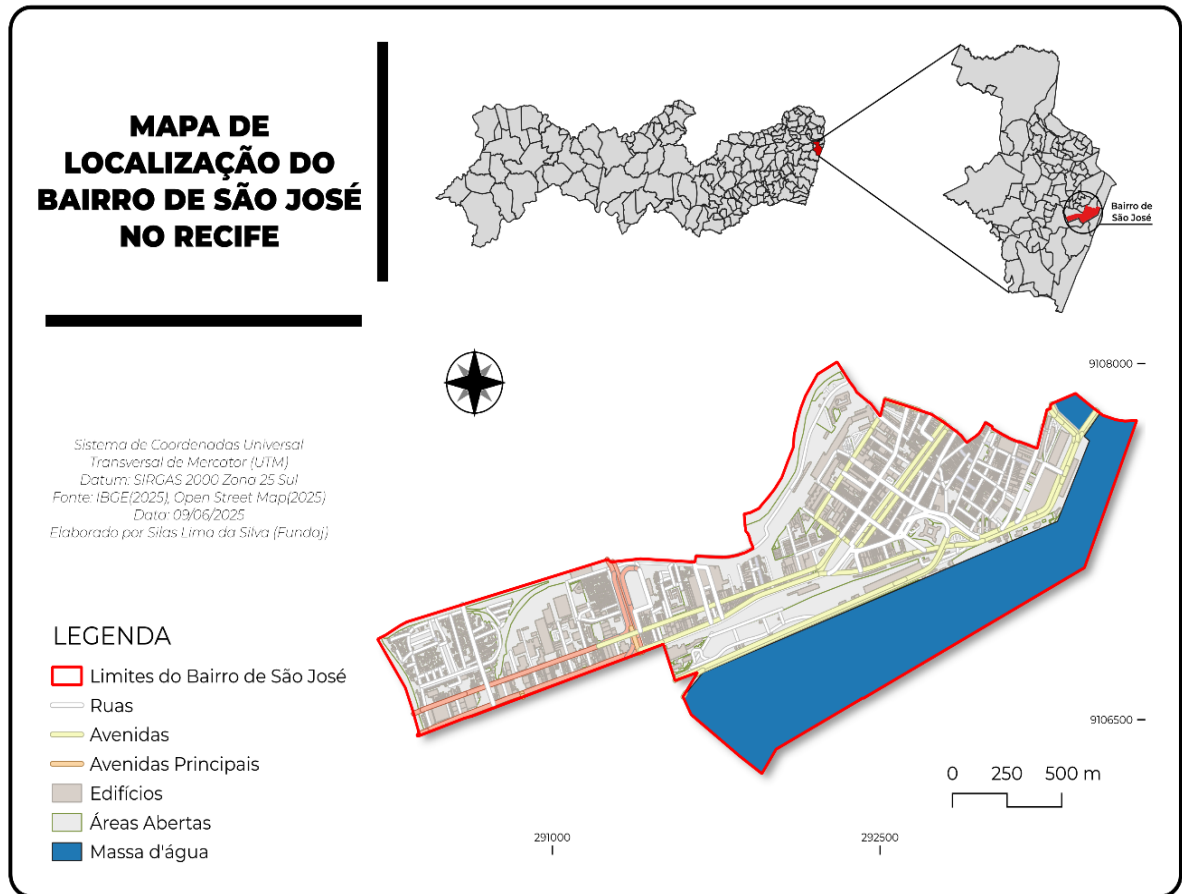
Quadro 1 – Características dos trabalhos da gestão municipal do Recife entre 1986 e 1992

<p style="text-align: center;">Marco temporal: 1986 a 1988</p> <ul style="list-style-type: none"> - O prefeito Jarbas Vasconcelos assume a prefeitura pela primeira vez (eleito por alianças com as classes populares). - Durante a gestão, foi instalado o “Escritório de Revitalização do Centro”, com o objetivo de promover a revitalização do bairro do Recife e do centro da cidade. - Como principais problemas e demandas que chegam à prefeitura, estão a falta de higiene e de segurança no comércio informal. - Outro agravante era a questão de a comercialização das mercadorias não depender de pagamento de impostos, o que provocou profundas insatisfações dos comerciantes legais. - Tal quadro leva o prefeito Jarbas a adotar medidas enérgicas para solucionar o problema do comércio de rua da cidade.
<p style="text-align: center;">Marco temporal: 1990 a 1992</p> <ul style="list-style-type: none"> - O prefeito Gilberto Marques Paulo assume a gestão municipal e apresenta como uma das principais metas a revitalização do centro da cidade. - Execução do projeto de deslocamento dos ambulantes das principais ruas e praças para locais apropriados e específicos. - Desenvolvimento da ação municipal denominada “Operação camelô”, com o objetivo de afastar o comércio informal das principais ruas da cidade.
<p style="text-align: center;">Marco temporal: 1992</p> <ul style="list-style-type: none"> - O secretário municipal de infraestrutura, João Braga, ao acompanhar os problemas enfrentados pelos ambulantes, lança como proposta de solução a criação de um espaço para abrigar esses comerciantes. - A ideia era construir um monumento que homenageasse o antigo mascate e que atendesse às necessidades básicas dos ambulantes. - Tem início, em 1993, a concepção e construção do Calçadão dos Mascates. - Em sete meses, tendo à frente os arquitetos José Brandão e Ronaldo L’Amour, a prefeitura (com Jarbas Vasconcelos à frente em seu segundo mandato/1993-1996) constrói o Calçadão no Recife, tendo a sua inauguração em 1994.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados de pesquisas desenvolvidas por Costa (2004).

Quando foi construído, em meados da década de 90, o projeto arquitetônico do Calçadão recebeu grandes prestígios e elogios por parte da crítica especializada da área de arquitetura e urbanismo, em virtude das belezas plásticas e riquezas de detalhes na estrutura, motivo pelo qual foi reconhecido internacionalmente com a menção honrosa na categoria Intervenção Urbana na 2ª Bienal Internacional de Crítica de Arquitetura (1996). Tinha-se, assim, a promessa que visava atender a alguns pontos básicos que perpassavam a vida na cidade, tais como: disciplinamento do comércio de rua, a segurança pública, o acesso das pessoas ao centro e a limpeza/higiene urbana (Costa, 2004, p.58). Na Figura 2, podemos visualizar o traçado do bairro de São José, com as principais ruas e a localização do camelódromo.

Figura 2 – Localização do bairro de São José no Recife



Fonte: IBGE. Open Street Map. Elaborado por Lima da Silva (2025).

A avenida Dantas Barreto, que teve a maior abertura de seu trecho em meados dos anos 1970, em virtude das demolições dos quarteirões históricos dos bairros vizinhos de Santo Antônio e São José, foi subutilizada desde seu processo de expansão e abertura. Poucos veículos trafegaram na sua extensão fazendo o percurso centro-zona sul, para a qual a avenida foi primeiramente destinada. A avenida foi parcialmente utilizada por veículos e passou a abrigar vários comerciantes de rua (ver as Figuras 3, 4 e 5).

Figura 3 – Abertura da Avenida Dantas Barreto nos anos 1970



Fonte: Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural/Prefeitura do Recife.

Figura 4 – Aspectos da Avenida Dantas Barreto utilizados pelos comerciantes de rua nos anos 1980



Fonte: Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural/Prefeitura do Recife.

Figura 5 – Aspectos da Avenida Dantas Barreto utilizados pelos comerciantes de rua nos anos 1990



Fonte: Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural/Prefeitura do Recife.

O centro do Recife, onde está situada a avenida Dantas Barreto, serviu de abrigo para os principais estabelecimentos comerciais da cidade até meados do Século XX. Desde então, os centros populares e comerciais se diversificaram e, no auge da criação dos *shoppings* populares no Recife, na década de 1980, consolidaram-se outras centralidades de comércio entre os núcleos urbanos periféricos que, por sua vez, tornaram-se vias de localização dos fluxos comerciais fora do antigo território central. Conforme destacam Nóbrega e Câmara (2010), a mobilidade proporcionada pelos transportes, a transferência de moradias para bairros periféricos e o surgimento de empreendimentos comerciais provocaram mudanças de foco locacional do comércio especializado.

Com uma malha urbana remanescente de séculos anteriores, pouco adequada para abrigar o fluxo intenso de automóveis, o centro da cidade passa a servir de local, no final do Século XX, de um intenso comércio de rua, destinado, principalmente, para o consumidor pedestre. Desde então, com essa nova demanda de consumidores, a localização do comércio no centro passa a se situar nos espaços de passagem, ou seja, em vias de movimentação e circulação de pedestres. Com isso, configura-se um amplo e estratégico espaço para o desenvolvimento do comércio de rua, em que, desde 1994, passou a abrigar aproximadamente 1500 comerciantes de rua, ou seja, antigos ambulantes que comercializavam na área (Figura 6).

Figura 6 – Calçadão dos Mascates em 1994



Fonte: Acervo da Empresa de Serviços de Urbanização/Recife.

O Calçadão dos Mascates foi, então, construído no canteiro central da Avenida Dantas Barreto, em uma extensão que vai desde o Pátio da Igreja de Nossa Senhora do Carmo até a Praça Sérgio Loreto. É composto por várias edificações, chamadas de “módulos”, distribuídas de forma longitudinal, as quais acompanham a extensão norte-sul da Dantas Barreto. Mediante dados levantados em campo, constatou-se que existem 3 módulos em funcionamento ativo, cada um com o seguinte quantitativo de boxes: 1º módulo: 150 boxes; 2º módulo: com 270 boxes; e o 3º módulo: 30 boxes em funcionamento¹². Além desses, compõem parte da estrutura do camelódromo seis sanitários e uma variedade de quiosques e pontos de lanches e refeições, distribuídos ao longo das calçadas laterais.

O Calçadão, como foi evidenciado, abarca uma vasta área, partindo do pátio principal da Igreja do Carmo até a Praça Sérgio Loreto, ou seja, constitui um amplo corredor na parte sul da Avenida Dantas Barreto, servindo de ligação e fluxos para outras áreas centrais da cidade. Seria, portanto, simples supor que, sendo seus extremos áreas amplas que poderiam receber uma

¹² Dados levantados em visitas e observações em campo no primeiro semestre de 2023. Os referidos quantitativos de boxes incluíram tanto os que estavam em funcionamento quanto aqueles que encontravam-se fechados, ou seja, sem ocupação por algum camelô.

grande variedade de pedestres, essas extremidades tivessem o mesmo desempenho enquanto locais atrativos à população para a compra e venda de produtos. No entanto, pelas conversas com os camelôs locais e visitas periódicas ao espaço, relatou-se, com frequência, que, na realidade, não acontece o que se esperava ou o que esses comerciantes almejam.

A extremidade próxima ao pátio do Carmo é muito mais adequada às necessidades dos comerciantes locais, sobretudo aos camelôs. Por outro lado, a extremidade próxima à Praça Sérgio não apresenta atrativos capazes de estabelecer o movimento de pedestres para se comercializarem, com certa frequência, os produtos e serviços oferecidos. Esses pontos apareceram com frequência nas falas de alguns camelôs que geram preocupações, pois, segundo eles, implicam diretamente nas suas dinâmicas de trabalho. Talvez o baixo fluxo de consumidores nesses espaços próximos à Praça Sérgio Loreto explique a questão da migração dos camelôs dos outros módulos para o primeiro módulo ou os primeiros quiosques do pátio do Carmo, e até mesmo para os espaços não oficiais para a comercialização, como é o caso dos Arcos e dos pátios abertos próximos ao 1º módulo.

Outra forma de constatar essa valorização da área próxima ao pátio do Carmo é observar as atitudes da Prefeitura do Recife, que, conforme reiterado pelos camelôs, em épocas de festas (como o Carnaval, São João, Dia das crianças, Natal), períodos de grandes movimentos de compras, permite novas barracas nas proximidades do pátio, sobretudo nas calçadas. Alguns comerciantes relataram que essa prática da Prefeitura, ao permitir a presença de novas barracas nas épocas festivas, torna ainda mais fraco o movimento nos últimos módulos, pois os consumidores não adentram o corredor principal do Calçadão. Mas os comerciantes favorecidos com a situação (temporária) alegam que, se eles não estivessem ali, os consumidores passariam direto para as ruas próximas ao Mercado de São José e não adentrariam o corredor central do Calçadão do mesmo jeito.

2.3 Dimensões características do camelódromo: o mercado, os trabalhadores e o processo de trabalho

Como já foi mencionado, a área que compreende o camelódromo é composta por setores, popularmente conhecidos como “módulos” ou “espaços abertos”. Esses módulos são constituídos pelos arcos que caracterizam as fachadas das áreas que delimitam as duas entradas de acesso a cada um desses espaços. Esse importante elemento, que, inicialmente, era um destaque de beleza na estrutura arquitetônica do camelódromo, representa uma simbologia referente aos locais das antigas edificações para a abertura principal do trecho da Avenida Dantas Barreto.

Nas entradas dos respectivos módulos, onde existe um intenso fluxo e movimentação de consumidores, são encontrados os primeiros boxes ocupados pelos comerciantes. No entanto, esses elementos arquitetônicos, conforme destacado por Costa (2004), não foram projetados para servirem de suporte para abrigarem os produtos de trabalho dos comerciantes. Os espaços existentes entre os arcos e as edificações dos módulos também são disputados pelos camelôs, que, atualmente, têm se apropriado do espaço de forma desordenada. São constantes nas falas dos comerciantes os relatos de que, nos últimos anos, o espaço tem passado por uma desorganização intensa, conforme expôs um deles durante as visitas em campo: *“tem sido cada vez mais difícil comercializar aqui, porque muitas pessoas acabam se fixando próximos aos boxes e corredores tornando a circulação de clientes cada vez mais complicada”*. Isso tem ocorrido em virtude da disputa e concorrência pelo uso do espaço com os barraqueiros e tabuleiros. Ademais, muitos camelôs acabam avançando o perímetro delimitado para colocar seus produtos à venda. Essa problemática, somada à questão da falta de segurança, investimento e apoio por parte da Prefeitura, tem impactado os sentidos e significados do camelódromo para o comércio da cidade (ver figuras 7 e 8).

Figura 7 – Vista aérea dos módulos



Fonte: Pesquisa realizada por Costa (2004).

Figura 8 – Área interna/módulo 1



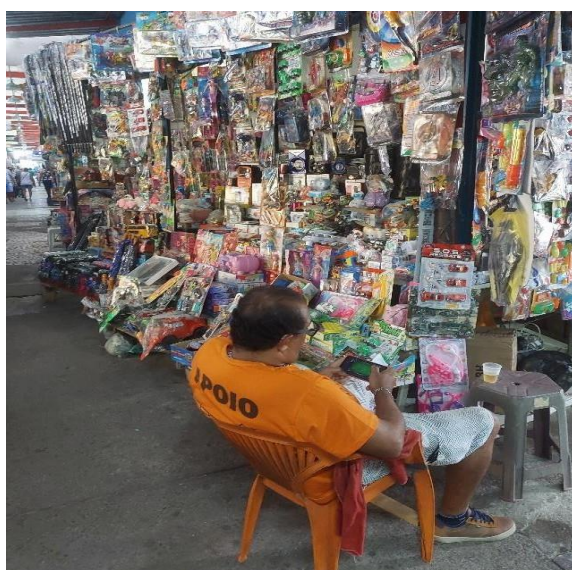
Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Atualmente, encontra-se uma grande variedade de formas de boxes, não mais móveis, mas agora com áreas nas bases e alguns nas laterais destinadas ao armazenamento das mercadorias dos camelôs. Alguns vezes, no decorrer das conversas com esses trabalhadores, eles se referem a esses boxes como “baú”. Esses baús seriam uma espécie de variação dos

modelos dos boxes, apresentando uma base em forma de grande caixa de madeira com uma estrutura metálica nas quinas da caixa. Essa parte metálica serve como estrutura para pendurar e colocar os produtos para exposição.

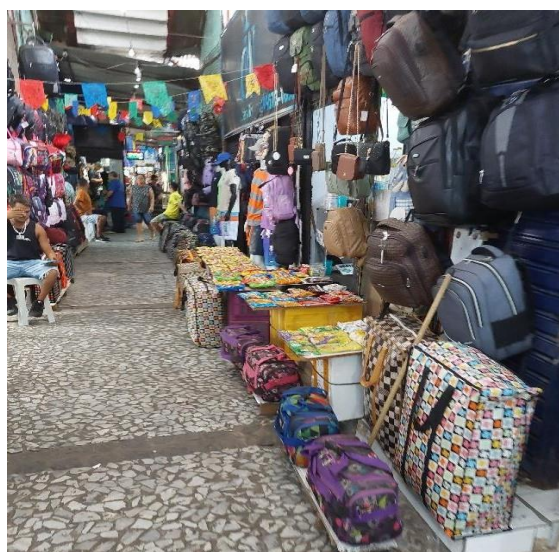
Em todos os módulos do comércio, é possível encontrar uma variedade de boxes desocupados ou pouco utilizados pelos camelôs por razões diversas, tais como: 1) a diminuição do movimento e das vendas; 2) a concorrência dos preços e dos tipos de produtos com outros comerciantes locais; 3) o aumento na insegurança em determinados horários do dia; dentre outras. Isso é mais evidente nos módulos 2 e 3, que também possuem maiores aspectos de abandono e deterioração quanto às estruturas físicas. Ao longo das áreas internas do camelódromo, há corredores (centrais e laterais) que dão acesso tanto aos boxes quanto aos módulos. Embora existam regras quanto ao uso dos corredores centrais para garantir a manutenção de espaço para livre circulação dos pedestres, é possível encontrá-los ocupados por mercadorias e outros objetos de trabalho dos camelôs. A regra básica é simples e de conhecimento dos próprios comerciantes, conforme enfatizando por um deles: *“não se pode colocar cadeiras, caixotes ou os produtos de trabalho ao longo dos corredores centrais, mas tem camelô que, mesmo assim, insiste e coloca. Eles não colaboram na organização”*. A ordem seria deixá-los livres para a circulação de visitantes e clientes. No entanto, observa-se, atualmente, uma quantidade considerável de camelôs que não respeita essa regra específica, o que contribui, cada vez mais, para aumentar a problemática da organização, como se observa nas figuras 9 e 10.

Figura 9 – Organização do box/módulo1



Fonte: Pesquisa de campo. 2023.

Figura 10 – Exposição dos produtos



Fonte: Pesquisa de campo. 2023.

Os quiosques compõem parte da paisagem das áreas externas ao camelódromo e exercem impactos diretos na concorrência em relação à comercialização dos produtos com os camelôs, pois estão agrupados na parte externa aos módulos. Esses quiosques são pequenos pontos de vendas com cerca de um metro e meio quadrado de área útil (Costa, 2004, p. 85), dispostos fora da área dos módulos. Ou seja, apresentam-se no início do Calçadão, próximos ao Pátio do Carmo, e nos espaços abertos entre os módulos ao longo da extensão do Calçadão, as chamadas praça de alimentação, como constava inicialmente no projeto de construção do espaço.

Em certos pontos, é possível encontrar os quiosques funcionando como pontos de venda de lanches e outras refeições e, em outros, destinados à venda de produtos variados. Todos eles possuem estruturas metálicas que, mesmo agrupadas, permitem o acesso independente. Segundo levantamentos realizados por Costa (2004), em relação aos aspectos característicos da estrutura arquitetônica do camelódromo, a proposta inicial da Prefeitura para os quiosques, em especial os que estão próximos ao Pátio do Carmo, era constituir pontos destinados à venda de produtos de artesanatos. Com o passar dos anos, os comerciantes desses pontos de vendas introduziram outros artigos e abandonaram a venda de artesanatos, sob o argumento de que a maioria dos consumidores não procuravam o camelódromo para compra de artesanatos e sim para outros tipos de produtos, tais como roupas, calçados, brinquedos, produtos eletrônicos, para decoração, dentre outros (Figuras 11 e 12).

Hoje, nesses setores, é possível encontrar uma variedade de produtos comercializados, desde roupas até produtos eletrônicos. Ao caminhar pelos corredores e calçadas laterais, é possível observar que a variedade de produtos e serviços tem ganhado expansão, sendo possível encontrar boxes que oferecem cortes de cabelo e serviços de beleza/estética, serviços de vidraçaria, corte e costura, dentre outros. O avanço desses novos serviços e sua permanência nos últimos anos tem gerado insatisfações e reclamações por parte dos camelôs, impactando na movimentação de clientes e, respectivamente, no poder de compra.

Figura 11 – Quiosques no Pátio do Carmo



Fonte: Pesquisa de campo. 2023.

Figura 12 – Quiosques nas calçadas laterais



Fonte: Pesquisa de campo. 2023.

O espaço destinado ao desenvolvimento das atividades dos camelôs foi e, de certo modo, ainda é historicamente marcado pela existência de um conjunto de práticas e modos de trabalho e de tipos de sobrevivência próprios desse segmento de trabalhadores. Esses trabalhadores informais de rua, conforme expõe Durães (2013), se constituíram e consolidaram uma lógica própria no processo e nas relações de trabalho que ainda se mantém avessa às práticas ditas formais de trabalho da sociedade capitalista, ainda que atrelada à lógica mais geral do sistema, vivendo em conexão com o fluxo econômico do capital, sobretudo via circulação de mercadorias. Dessa forma, pensar no trabalho desempenhado pelos camelôs é adentrar em formas e modos de trabalho bastante peculiares, em alguns casos, com uma forte relação com formas de trabalho formal, mas que, como regra geral, convivem com a desproteção social e a instabilidade.

Historicamente, as práticas de trabalho dos camelôs na área central da cidade estão localizadas em uma permanente condição de incertezas, marcadas por longas jornadas de

trabalho e, muitas vezes, pela periculosidade da atividade, pelo fato de estarem vulneráveis aos assaltos e roubos, que, nos últimos anos, têm sido constantes na localidade, conforme relatados pelos comerciantes durante as visitas ao campo. Esses sujeitos estão, dia a dia, lutando para conquistar sua sobrevivência, no geral, sem poderem abstrair do seu real imediato e buscar novos empreendimentos, caindo, muitas vezes, em uma “luta solitária, no máximo familiar, quase sempre remando em uma busca imaginada e, geralmente, irrealizável de melhoria de vida, via empreendedorismo ou excesso de trabalho (Durães, 2013, p.129). Esses trabalhadores, expostos cotidianamente à precariedade e às incertezas, terminam por contribuir para reforçar as desigualdades sociais no trabalho, como também o isolamento e a não continuidade das lutas coletivas, fragmentando, geralmente, possíveis ações coletivas e de organização, tendo em vista que, quando essas ações acontecem, são segmentadas e não têm uma total aderência e apoio do público alvo.

2.4 As configurações do espaço urbano em Recife e a relação com o desenvolvimento do comércio popular

O conceito de espaço tem sido objeto de reflexões e debates envolvendo pesquisadores e estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. Para fins desta pesquisa, foram selecionados alguns autores cuja definição de “espaço urbano” permitiu um melhor entendimento e uma melhor abordagem e problematização acerca da realidade do centro do Recife, considerando a existência e o desenvolvimento do Camelódromo Calçadão dos Mascates. Para tanto, é necessária uma análise das discussões sobre os múltiplos conceitos de “espaço urbano” e sua relação com as atividades de trabalho desempenhadas pelos camelôs, procurando salientar a importância de se observarem essas atividades a partir dos espaços de atuação laboral e onde se estabelecem as relações de trabalho com a cidade. É nesse ponto que fatores vinculados à organização da cidade e as relações simbólicas estabelecidas pelos camelôs permitem análises diversas da atividade comercial desenvolvida e suas interfaces culturais.

Nos estudos acerca da economia política da cidade, tanto Milton Santos quanto Paul Singer reforçam o significado do espaço urbano na transformação da economia. Como destaca Santos (2009, p.113), “a circulação dos produtos, das mercadorias, dos homens e das ideias ganhou tal expressão, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão da economia”. Por sua vez, Singer (1978) destaca que a origem da cidade advém do desenvolvimento das forças produtivas, e que é necessária a produção de excedente para que o mundo urbano se reproduza. Mas, em sua formação, a cidade incorpora as forças produtivas da economia capitalista, possibilitando a concentração de

capitais. Nesse sentido, a contradição intrínseca ao processo se verifica com o crescimento acentuado da desigualdade regional.

No caso do Brasil, observa-se, no início do Século XX, a consolidação de um projeto de urbanização que alcança as mais diversas regiões. Era um processo de readequação da condição da cidade colonial como elemento de intercâmbio entre produtores e metrópoles em que sua existência dependia da conexão econômica com interesses metropolitanos (Morse, 1992). A relação entre polos econômicos regionais e o mercado internacional se perpetuava: as maiores articulações regionais possibilitavam aumento na velocidade das transformações internas, e a dimensão/intensidade dessas transformações era estabelecida por meio dessa interligação com o mercado internacional. Assim, em uma hierarquização urbana, mesmo aquelas cidades em que as atividades econômicas estivessem voltadas para o mercado interno também teriam seu processo de urbanização/modernização dependente dessas articulações comerciais.

O espaço urbano constitui uma dimensão objetiva do processo de produção da sociedade com reflexos nas subjetividades das pessoas que o frequentam e com o qual estabelecem relações diretas (de trabalho/lazer/moradia). Trata-se, assim, do resultado da organização socioterritorial construída e usada pelas práticas conjuntas, contraditórias e conflituosas dos homens em ação, organizados em sociedade ao longo da história da humanidade. Desse modo, em vez de um mero palco de ações e práticas humanas, o espaço é, concomitantemente, um meio e uma condição à concretização dessas ações e prática, constituindo, portanto, um fator à própria condição humana, ou seja, o espaço é, na perspectiva de Santos (1980), uma “instância social”.

Isso nos remete, portanto, à ideia de que a sociedade sem espaço é pura abstração. Nesse sentido, à medida que, no seu processo de organização social, os homens ocupam, apropriam-se e usam o espaço para produzirem os seus territórios de existência, essa dimensão objetiva da sociedade se torna fundamental ao acontecer humano. Isso porque é mediante o espaço – ocupado, apropriado e usado – que os homens realizam seus diferentes modos de existência e sobrevivência, bem como os seus diversos projetos de vida.

Para compreender a complexa relação do camelódromo com o espaço urbano da cidade, como produto e resultado da ação de trabalhadores, enfatizam-se as seguintes perguntas: como o espaço é usado pelos diferentes comerciantes do calçadão? Que interesses predominam nesse processo de uso do espaço? Como explicar as diferentes disposições dos trabalhadores ao adaptarem-se ao trabalho nesse espaço em suas mais diversas configurações? Com base nas respostas a essas questões, pode-se entender e discutir em que medida o processo de produção do espaço urbano, considerando, sobretudo, o seu tempo presente, possui condições efetivas para atender aos interesses e relações que coexistem nesse processo, fazendo valer o bem

comum.

Ao olhar o urbanismo sob a ótica da relação espaço urbano x comércio, é possível compreender, de maneira geral, os impactos, as contradições e, principalmente, as mudanças decorrentes do capitalismo na história das cidades e das atividades comerciais. Nesse sentido, a perspectiva de compreensão dessa relação inclui os diversos agentes socioespaciais varejistas (ambulantes, camelôs, *shoppings centers*), bem como suas localizações e a visualização das atividades comerciais enquanto lógica do desenvolvimento econômico e social. Desse modo, nas palavras de Vargas (2000, p. 2):

A observação e o estudo do comércio oferecem a possibilidade de compreender as sociedades que o praticam; seu modo de vida; os produtos que fabricam e consomem; habilidades contábeis; capacidade inventiva e criativa; preferências por cores, sabores, capacidade de organização e objetividades; tecnologias envolvidas; enfim suas bases culturais.

Nessa condição, diversas abordagens teóricas são possíveis para a análise do tema em questão. Com isso, Nóbrega (2002, p. 5-6) aponta três abordagens viáveis em relação ao território urbano e o comércio:

a) abordagens econômicas, relacionando as atividades comerciais urbanas às diversas teorias econômicas; b) estudos socioculturais, nos quais as diversas questões de sociabilidade, envolvendo o comerciante e o consumidor são analisadas; c) estudos semióticos que tratam da imagem e representação do comércio no espaço urbano.

Dentre as abordagens descritas, notadamente, a aproximação com os contextos socioeconômico e cultural ganha evidência na maioria dos estudos relacionados às atividades comerciais. Nesse sentido, essas atividades surgem com a origem das relações humanas que, inicialmente, estiveram associadas à ideia de troca (de saberes, experiências, sensações). Com base nessa lógica, apontam-se as contribuições das atividades do comércio para a formação dos espaços urbanos, mesmo considerando suas especificidades no momento de abordá-las.

Na perspectiva de Certeau (1990), espaço é um “lugar praticado” que envolve um cruzamento de forças motrizes que dão movimento e sentido ao lugar, entendido como a estrutura na qual o espaço pode se desenvolver, pois possui marcas históricas e simbólicas. Augé (1994), por sua vez, também faz uma abordagem e diferenciação de lugar e espaço, propondo que o espaço seja visto como “não lugar”, pelo fato de não existir enquanto forma pura, ao contrário do lugar. Esse último se constitui em uma realidade marcada historicamente e com identidade própria, e sempre em processo de construção. Sendo assim, o “não lugar” é um lugar passageiro que nunca se realiza completamente, diferentemente do “lugar”, que nunca é

completamente apagado, mas o lócus pelo qual o espaço pode ser criado e ganhar corporeidade.

Importantes contribuições também têm sido colocadas por Guattari (1992), ao afirmar que os espaços urbanos são máquinas enunciativas, pelo fato de que seu alcance está além de suas estruturas visíveis e funcionais, pois interpelam os sujeitos das mais variadas maneiras: histórica, estilística, funcional, simbólica, afetiva. Cada conjunto material que perpassa o espaço urbano constitui um foco de subjetivação, seja um prédio, uma rua, uma praça etc., possibilitando aos diferentes sujeitos que frequentam e passam nos respectivos espaços o estabelecimento de relação e laços de afetividade e pertencimento.

Os enunciados, apontados anteriormente, contribuem para ampliar as discussões e os múltiplos olhares para a realidade do Camelódromo, uma vez que se constitui como lócus onde se processam múltiplas experiências e relações do ser com o meio, como um lugar praticado e de construções simbólicas e que está em permanente processo de construção da sua identidade. A produção desse espaço se realiza envolvendo uma série de fatores determinante, tais como localização, estrutura, acessibilidade, função. São esses fatores que permitem afirmar, segundo Santos (1992), que o espaço urbano está em constante processo de evolução, sendo motivado por fatores externos e internos.

O Calçadão dos Mascates foi projetado pelo poder público municipal para abrigar os comerciantes informais de modo a garantir as necessidades básicas, tais como segurança, organização, higiene, além de facilitar o fluxo e a circulação de pedestres e veículos nas principais ruas e avenidas. Com isso, o espaço público que abarca toda a estrutura do comércio popular passa a ser um elemento fundamental na área central da cidade, tendo um papel, nesse contexto, pelo qual se pode pensá-lo enquanto lócus de múltiplas vivências, experiências, rotinas pelas quais é possível desvelar a dimensão do urbano – seus ritmos, contradições, sentimentos, construções, usos e formas.

O espaço urbano é analisado como uma dimensão socioespacial da vida urbana caracterizada pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciados. Enquanto espaço social, o espaço urbano não existe *a priori* apenas como rua ou avenida, mas se estrutura por meio das ações que lhe atribuem sentidos. No entanto, é válido mencionar que nem todo espaço urbano é, necessariamente, um espaço público (Leite, 2002). Por exemplo, a reativação dos usos cotidianos de um determinado espaço urbano não lhe garante a caracterização de espaço público. Nesse sentido, a questão fundamental que se coloca é verificar que tipo de uso público ocorre nesse espaço e qual o papel desempenhado pela construção dos lugares nesse processo.

A noção de apropriação dos espaços públicos na cidade remete às questões do valor de

usos dos espaços. Pode-se definir a palavra “apropriação”, com um dicionário comum, como: adaptar, tomar como próprio, apoderar-se, podendo chegar a definições mais complexas. No caso do espaço urbano, segundo Rooseman Silva (2003, p. 38), a apropriação se realiza em dois momentos: no primeiro, o espaço é adequado a uma determinada atividade introduzida pelo sujeito; no segundo, há uma identificação desse sujeito com o espaço gerado tanto pelo bom desempenho da atividade como pela relação de objetos, signos e códigos presentes no espaço. Portanto, aceitar um espaço e estabelecer uma identificação com ele tem reflexo direto nas práticas que se estabelecem no mesmo espaço, nas relações sociais e nas formas de apropriação.

Ao levantar discussões da relação do espaço urbano e cidade, Gomes (2002) pensa a cidade enquanto o lugar em que as práticas da civilidade, da sociabilidade e do diálogo são lembradas como elementos fundamentais para configuração dos seus sentidos e dos usos. Seguindo essa perspectiva, os diferentes espaços que compõem o camelódromo se tornam espaços propícios de trocas, encontros e, sobretudo, de construção de relações de trabalho. Também tem sido historicamente o lugar de conflitos, de problematizações da vida social e urbana e, sobretudo, o terreno onde esses problemas são assinalados, os quais envolvem diferentes sujeitos e instâncias, tais como o poder público municipal, os movimentos sociais e entre os próprios camelôs.

O espaço público, para Serpa (2007), constitui um elemento da cidade onde se multiplicam as possibilidades de atuação dos sujeitos. Nessa perspectiva, é o lugar onde se reforça a função de espaço da ação política ou da possibilidade de acontecimento dessa ação, reafirmando-se enquanto ambiente do simbolismo, do compartilhamento de diferentes culturas, da relação entre os sujeitos e suas diversas percepções do espaço do cotidiano. Pode-se, portanto, dizer que a construção e as relações dos sujeitos com o espaço público, sejam para o trabalho, lazer ou para o estabelecimento de vínculos sociais, estão diretamente ligadas à dimensão simbólica.

A apropriação do espaço público urbano por relações cotidianas cria e recria as formas e as funções urbanas, dando a elas novas configurações e sentidos. Conforme destaca Carlos (2007), as marcas do rápido processo de transformação que vivemos atualmente, em meio à constituição do processo de mundialização da sociedade, estão impressas tanto na paisagem como na consciência dos sujeitos. Quando entendemos que o espaço se torna produto do processo histórico e dos acontecimentos sociais do lugar, percebemos que a atividade social tem no espaço uma condição para sua realização.

O mais importante a considerar, para fins da pesquisa, é que o grupo diversificado de camelôs se anuncia e se projeta na vida cotidiana, dando sentido e identidade ao comércio popular

e informal da cidade. Desse modo, as relações sociais se realizam e se produzem na prática social, nos usos dos espaços, nas vivências cotidianas de trabalho, nos saberes e desejos. Isso significa que o uso do espaço envolve o indivíduo e seus sentidos, permitindo possibilidades e limitações nas formas de apropriação desse espaço (Figura 13).

Figura 13 – Formas de apropriação do espaço público por comerciantes informais



Fonte: Pesquisa de campo. 2023.

Ao abordar os diferentes sentidos atribuídos ao espaço público, Santos (1988) enfatiza a acumulação de histórias e a atribuição de novos valores aos elementos da cidade, um conjunto de fragmentos com diferentes funções e significados para os sujeitos que constroem e estabelecem vínculos pela vivência ao longo dos tempos. Nesse sentido, o espaço público, como parte do conjunto do espaço urbano, acumulou nítidas alterações com o passar do tempo. Isso levanta reflexões, no contexto contemporâneo, para o valor conferido às ações institucionais de interferência direta nas configurações e dinâmicas de funcionamento dos espaços públicos, sendo que, no caso do camelódromo, as interferências partem, sobretudo, de órgãos e autarquias como a CSURB (Autarquia de Serviços Urbanos do Recife) e EMLURB (Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife).

Ao associar as configurações do espaço urbano e o desenvolvimento do comércio popular, é válido destacar também elementos importantes que caracterizam a rotina de trabalho do camelódromo e como isso impacta a dinâmica, fluxos e movimentos no centro da cidade. A movimentação dos comerciantes começa por volta das seis horas da manhã. Muitos chegam cedo porque precisam organizar suas mercadorias e receber os primeiros clientes. Mas, nas visitas em campo e conversas com os trabalhadores, relatou-se que a “*agitação do comércio*” e a “*gritaria*” dos vendedores só se iniciam, realmente, por volta das oito horas da manhã. Antes disso, é possível encontrar poucos vendedores e clientes circulando na área. Segundo relatos, é no período da manhã também que os camelôs aproveitam para “*bater um papo*” e socializar

com os demais vendedores, geralmente os que ficam mais próximos ao box, “*ler um jornal ou até mesmo resolver algumas coisas pessoais pelo centro da cidade*” (Figura 14).

Figura 14 – Momento de socialização dos camelôs



Fonte: Pesquisa de campo. 2025.

Os fluxos e movimentações no período da tarde já são mais intensos. Pessoas são vistas, em grandes quantidades, entrando e saindo dos boxes, bem como andando pelas calçadas laterais. Alguns comerciantes só abrem seus estabelecimentos à tarde, alegando que apenas nesse horário é que as vendas começam a melhorar. “*Normalmente, entre as treze e quinze horas, as vendas sempre são as melhores*”. Esse grande movimento só chega até o início do segundo módulo. O terceiro módulo permanece quase sem movimentações de clientes, por haver alguns boxes sem funcionamento. O fluxo de automóveis nas laterais do Calçadão parece aumentar a partir das quinze horas. Além dos ônibus que transitam regularmente na área, aparecem bastantes carros e motocicletas estacionados nas zonas exclusivas da Avenida Dantas Barreto.

O centro do Recife se caracteriza pelo lugar das trocas, da forte presença do comércio formal e informal, do consumo, além da variedade de bares, lojas, restaurantes, teatros, armazéns, dentre outros estabelecimentos. A sua organização espacial se desenvolveu por uma diversidade de atividades interrelacionadas e dentro de um processo de produção e consumo. O caráter simbólico e as relações sociais que foram construídas, mediante o reordenamento do centro da cidade, com a instalação do camelódromo, definiram as peculiaridades e singularidades da região no tocante ao aspecto comercial.

Tendo sido organizado sob a lógica de um modo de produção extremamente desigual, o espaço urbano da cidade é caracterizado por apresentar não somente diferenças inerentes a cada território, como também, simultaneamente, por desigualdades sociais oriundas das diferentes trajetórias e experiências dos sujeitos que ocupam. Essa contradição é visível no interior do espaço intraurbano e em sua própria área central, que constitui um espaço de referência da cidade.

No início de 2024, começaram as obras de requalificação do Calçadão, abrangendo os módulos, como parte das ações do Projeto Recentro¹³. A recente intervenção da Prefeitura do Recife nesse equipamento público é parte do plano de recuperação do Centro da cidade, que também prevê um novo plano de circulação viária para Avenida Dantas Barreto. Em entrevista à Central Brasileira de Notícias - CBN Recife, o presidente da CONVIVA¹⁴ Mercados e Feiras destacou os avanços da requalificação: *“as intervenções estão avançando e vão deixar esse espaço, que tem um valor histórico gigante para a cidade, de cara nova tanto para quem trabalha e gera a sua renda quanto para quem frequenta”*.

Da mesma forma, os três relatos a seguir revelam os benefícios e os impactos da obra para a vida no centro da cidade, sobretudo no que tange às rotinas de trabalho, aos aspectos estruturais e as relações sociais e afetivas estabelecidas¹⁵:

“Eu frequento esse camelódromo há três anos, compro algumas mercadorias para revenda como relógios, bolsas e bijuterias. A pintura foi refeita, o telhado mudou totalmente, muita coisa já mudou. As ferragens estavam desgastadas e foram trocadas. Está bem mais protegido agora” (Cliente, 43 anos, 2024).

“Havia muitas goteiras aqui, tinha ferrugens e priorizaram modificar isso na obra. Agora já está ótimo” (Ajudante de camelô, 54 anos, 2024).

“Essa ação fortalece o centro da cidade, fortalece o plano do Programa Recentro e a economia de maneira geral. A economia do Recife tem uma história afetiva, uma ligação com o centro da cidade. A gente fazendo essa obra também está ajudando com a recuperação da pujança do centro do Recife” (Prefeito João Campos, 2024).

As Figuras 15 e 16 exemplificam o processo de realização dos serviços de requalificação do camelódromo, os quais incluem restauros da estrutura e individualização da rede elétrica, a

¹³ Projeto lançado em 2021, é parte dos programas estratégicos da gestão do prefeito João Campos (em exercício) com objetivo de revitalizar o centro de Recife, promovendo infraestrutura e ordenamento do comércio popular e informal na região.

¹⁴ A CONVIVA é a Autarquia Municipal responsável por administrar os mercados públicos e feiras do Recife. Além disso, também é responsável por centros comerciais e praças de alimentação. A Autarquia foi instituída pela lei 19.036, sancionada no último dia 31 de março pelo prefeito João Campos. Disponível em: <https://conviva.recife.pe.gov.br/>. Acesso em 19 mai. 2024.

¹⁵ Relatos extraídos pela busca no sítio da Prefeitura do Recife/Secretaria de Infraestrutura. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/20/04/2024/requalificacao-do-camelodromo-deve-ser-concluida-ate-o-fim-do-ano>. Acesso em: 19 mai. 2024.

concretagem do pavimento interno, a recuperação estrutural de concreto e das estruturas de ferro, substituição das cobertas, além das pinturas e recuperação dos banheiros.

Figura 15 – Pinturas e fachadas com a requalificação em andamento



Fonte: Prefeitura do Recife/Secretaria de Infraestrutura, 2024.

Figura 16 – Recuperação dos pavimentos e fachadas



Fonte: Prefeitura do Recife/Secretaria de Infraestrutura, 2024.

Em visitas periódicas ao campo de pesquisa realizadas em janeiro de 2025, foi possível verificar a finalização das obras do projeto de requalificação do camelódromo, conforme mostrado nas figuras 17 e 18. Nas ocasiões, foram realizadas visitas e conversas com os camelôs a fim de captar as percepções acerca da nova arquitetura do camelódromo e as implicações dessa nas dinâmicas de trabalho local, conforme constam nos relatos a seguir:

[...] a requalificação do camelódromo trouxe um novo visual, principalmente nessa parte interna onde ficam os boxes, os corredores de acesso aos módulos e banheiros. Com as pinturas, a mudança das estruturas do texto fizeram com que as pessoas olhassem para o comércio daqui de uma forma diferente. Isso foi positivo, porque o camelódromo é histórico aqui na cidade, mas ainda tem muito o que investir, principalmente no apoio aos camelôs e na segurança, por

exemplo [...] (Camelô, 46 anos, 2025).

[...] com as mudanças aqui no camelódromo, o que melhorou muito foi essa parte da estrutura, a pintura, o piso dos corredores, a parte dos tetos. Tudo isso fez uma diferença na imagem do camelódromo pra o comércio aqui do centro. A imprensa sempre estava por aqui, o prefeito, a CSURB por conta das obras. Mas, o que os camelôs precisam também é de mais apoio da prefeitura, eles nos ouvirem dos problemas, das dificuldades que a gente enfrenta no dia a dia aqui dentro, investir na segurança, porque tem aumentado os assaltos também. (Camelô, 54, 2025)

Figura 17 – Nova estrutura dos corredores e boxes do camelódromo



Fonte: Pesquisa de campo. 2025.

Figura 18 – Instalação de novos boxes no módulo 2 do camelódromo



Fonte: Pesquisa de campo. 2025.

Diante do exposto, o espaço urbano da cidade que compreende o Calçadão dos Mascates é múltiplo e denso, por concentrar uma variedade de atividades e de perfis de comerciantes e abranger várias significações que, ao mesmo tempo, entrecruzam-se e se complementam. Nesse sentido, pertencer ao espaço e se identificar com ele tem reflexos diretos nas formas como os sujeitos criam laços e sentimentos de pertencimento e afetividade muito ligados pela experiência com o trabalho desempenhado.

3 INFORMALIDADE E PRECARIEDADE: UMA ANÁLISE DO TRABALHO NO NORDESTE DO BRASIL

A realização de uma pesquisa sociológica sobre as configurações socioespaciais, econômicas e laborais assumidas por um tipo específico de informalidade possibilita adentrar em uma infinidade de conceitos polissêmicos e contraditórios e uma diversidade de noções acerca do tema. Nessa perspectiva, estabelecer um caminho por meio dessas interpretações representa uma possibilidade de compreender como os diferentes arcabouços conceituais foram construídos e as suas correlações com as diferentes expressões do fenômeno. As discussões propostas nesta seção se posicionam, inicialmente, com base nos principais conceitos e noções sobre a informalidade e precariedade para compreender como essas relações de trabalho foram analisadas teoricamente e, com isso, estabelecer conexões sobre o desenvolvimento do trabalho informal na cidade de Recife.

A variedade de interpretações sobre essas questões constitui um arcabouço analítico importante para a compreensão das suas mais variadas formas, sendo, portanto, de extrema importância para o reconhecimento das ferramentas conceituais que serão utilizadas na análise. Diante disso, o objetivo central desta seção é construir um percurso teórico que amplie as possibilidades de interpretação sobre a abordagem e análise desse fenômeno, além de quais as potencialidades conceituais e analíticas apresentadas.

Os estudos e as pesquisas sociológicas sobre a informalidade e a precariedade no universo acadêmico brasileiro, sobretudo nas últimas décadas, buscaram estabelecer uma renovação conceitual para obter avanços em diferentes eixos de pesquisa, como gênero, raça, etnia, geração, desigualdade, dentre outras. Nesse sentido, as novas questões sugerem não apenas o reposicionamento do debate, mas também demonstra como os segmentos de trabalhadores, a exemplo dos camelôs, possuem configurações heterogêneas, distintas e complexas. Em razão disso, as pesquisas atuais sobre essas temáticas ligadas ao trabalho se deparam com uma diversidade de ferramentas conceituais que pulverizam diferentes narrativas e argumentos sobre os temas, dando definições ambíguas e, algumas vezes, pouco precisas sobre a complexidade do fenômeno.

Com isso, há uma necessidade, no caso da pesquisa desenvolvida, de precisar os conceitos e noções que possam facilitar a compreensão da informalidade, precariedade e das dinâmicas de trabalho assumidas no comércio popular e informal de Recife. Baseado, então, nessas primeiras considerações introdutórias, o objetivo no desenvolvimento desta seção é apresentar diferentes abordagens teóricas para compor os principais quadros interpretativos

sobre o tema. Com isso, as reflexões desenvolvidas a seguir intentam articular um olhar sobre o problema empírico de modo a possibilitar a compreensão das diferentes dimensões e ferramentas conceituais a serem utilizadas na pesquisa.

3.1 Informalidade e precariedade enquanto parâmetros de análise do mercado de trabalho no Brasil e na região nordeste

3.1.1 Dimensões conceituais sobre informalidade do trabalho

Tendo em vista as ambiguidades conceituais e os enfoques analíticos, até os anos 70, compreendeu-se que a questão da informalidade nos países periféricos foi originária, sobretudo em razão das ofertas de trabalho, oriundas dos processos migratórios e do crescimento demográfico, levando as sociedades a uma intensa urbanização desestruturada.¹⁶ Como consequência desses fatores, surge uma variedade de atividades e ocupações urbanas que possibilitou a subsistência de uma gama de trabalhadores. Com isso, em vez de proporcionar a formação de um excedente relativo da força de trabalho, a informalidade figura como forma de organização da produção e das relações de trabalho para aqueles que não participaram do processo industrial. Isso acabou estabelecendo uma fisionomia específica às grandes cidades brasileiras e suas capitais, sem resultar em uma ampliação das relações assalariadas de trabalho.

Até os anos 1970, o setor informal era tido como um conjunto de atividades e ocupações precárias, as quais ganhavam destaque pelo fraco desempenho da economia, incapaz de empregar um excedente de força de trabalho. Conforme destacam Menezes e Dedecca (2013, p.14), “a informalidade aparecia como uma forma alternativa de sobrevivência para as pessoas ali instaladas, incorporando-se que o desenvolvimento econômico, através de mecanismos de incorporação, se encarregasse de eliminar essa situação nefasta, mas também transitória”. No final dos anos 1970, tal definição foi considerada insatisfatória e/ou inconsistente na medida em que permitia visões e interpretações duais para o mercado de trabalho.

Para Cacciamali (2000), o conceito de setor informal tem sido utilizado para caracterizar dois fenômenos distintos. O primeiro foi identificado nos anos 1970, definindo o setor como o conjunto das atividades econômicas em que não há separação nítida entre capital e trabalho. Sendo assim, nesse grupo, estaria classificado um conjunto diversificado de trabalhadores: por conta própria, autônomos, pequenos produtores e comerciantes, além de prestadores de serviços independentes. A segunda vertente foi lançada no final dos anos 90 nos países industrializados

¹⁶ Especificamente com relação do Brasil, é válido destacar que o modelo de desenvolvimento econômico, sustentado na substituição de importações, não conseguiu gerar postos de trabalho suficientes.

e indica as atividades econômicas que fogem da regulação estatal. Essa forma de condução da atividade econômica se estabeleceu com a denominação de economia subterrânea ou invisível. A autora destaca que essas atividades, por estarem à margem da regulação e da legislação vigente, precisam sonegar informações sobre o número de empregos gerados, o nível de produção, o volume comercializado, levando, portanto, à subestimação desses agregados nas fontes estatísticas oficiais. Nesse caso, acredita-se que a autora esteja se referindo ao que se denomina de uma “nova informalidade”, a qual tem aumentado significativamente a cada dia junto às formas de informalidade consideradas tradicionais.

O termo “setor informal” foi proposto no fim dos anos 60 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre Gana e o Quênia, propostos no âmbito do Programa Mundial do Emprego em 1972¹⁷. Tal programa teve como principal objetivo a avaliação do emprego e da renda nos países em desenvolvimento, principalmente naqueles em que o Estado tinha implementado um rápido processo de industrialização. Esse processo resultou em inúmeras atividades que, embora modernas, possuíam características peculiares: não eram assentadas no trabalho assalariado e os níveis de remuneração se distanciavam da média estipulada para seu setor, situando-se próximos daqueles das atividades tradicionais. Destacam-se no relatório da OIT as ênfases duais da estrutura econômica e dos critérios para reconhecer os setores formal e informal, denominados como setores tradicional e moderno. Com essa primeira abordagem dualista, a informalidade começa a ser classificada como setor informal, sendo vista não mais como uma forma atrasada, mas como um tipo de organização para o trabalho que se distingue do modelo industrial, urbano e assalariado de trabalho.

Segundo estudos realizado pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), da OIT, o setor informal é “composto por atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e com baixo nível de organização, em que se torna difícil a distinção entre capital e trabalho. Essas atividades, de fato, se utilizam, de pouco capital, técnicas rudimentares e mãos-de-obra pouco qualificadas, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e de baixa renda”. Para Cacciamali (2000), com base na caracterização proposta pela OIT, as atividades informais se caracterizam pelos seguintes elementos: 1) baixo

¹⁷ Uma das principais conclusões alcançadas nos relatórios foi que o problema social mais significativo naqueles países não era o desemprego, mas sim a existência de uma grande quantidade de trabalhadores ocupados na produção de bens e serviços sem reconhecimento, proteção e regulamentação das suas atividades pelas autoridades públicas.

requerimento em termos de capital e organização; 2) empresas familiares ou individuais; 3) aporte de recursos de origem doméstica; 4) operações em pequena escala; 5) sistema produtivo e trabalho intensivo, apoiado em tecnologia antiquada e adaptada; 6) mercados competitivos e desregulados; e 7) a mão de obra se qualifica fora do sistema escolar formal.

Como estratégia para medir o trabalho informal, a OIT inicia com a unidade produtiva. Em nível da organização, todos os trabalhadores ocupados tanto em micro quanto em pequenas empresas com menos de cinco empregados são informais. Assim, entram na contagem também o contingente de trabalhadores e seus respectivos familiares que trabalham na produção dessas empresas. Em relação à definição da OIT, é possível questionar que algumas empresas com menos de cinco funcionários empregados fazem parte do setor dinâmico da economia, empregando inclusive tecnologia avançada.

Com o propósito de evidenciar como se constituía o cenário internacional no começo dos anos 1970, Ruy Braga (2017) ressalta que a crise do fordismo e o advento da globalização foram agravantes para a perda gradativa dos mecanismos de regulação do trabalho em todo o mundo, resultando no aumento da informalidade e do desemprego. Desde esse contexto histórico, o trabalho formal assalariado é reconhecido como legítimo para o desenvolvimento do quadro industrial e urbano e para a dinâmica global do trabalho que acompanhava o crescimento dos países. Dessa forma, com a crise do sistema fordista, a informalidade se acentuou, sendo, portanto, interpretada enquanto um setor informal no cenário industrial e urbano.

O setor informal seria o lócus em que se situavam as diferentes dinâmicas de trabalho que ultrapassam as formas de trabalho organizado, sendo assim caracterizado pela sua composição específica e não mais em relação ao modelo formal de trabalho. A distinção do setor formal organizado e do setor informal que transcende as formas de trabalho organizado se assenta em uma relação dicotômica: o setor formal, possuindo o acesso aos recursos produtivos, licenças e estímulos para o seu pleno desenvolvimento; e o setor informal, mesmo à margem dessa relação, mantendo a sua expansão plena e contínua no cenário urbano e industrial. Assim, o desenvolvimento do setor informal esteve ligado à ampliação da pobreza e a sua superação estava na quebra da lógica de racionalização do próprio setor informal. A indústria se coloca como central para o desenvolvimento da sociedade e a tentativa de erradicação à informalidade se torna a opção para propiciar o desenvolvimento das atividades econômicas.

O antropólogo Keit Hart avançou no que tange às barreiras disciplinares ao utilizar estudos da sociologia compreensiva weberiana e estudos antropológicos baseados em Clifford

Geertz (1979) sobre o mercado marroquino, propondo que os indivíduos constroem e territorializam suas relações sociais, suas identidades culturais e subjetividades por meio do trabalho. Um dos pontos cruciais da interpretação de Hart é a superação do olhar ocidentalista, destoando das perspectivas totalizantes da época. A formulação de Hart (1971) acerca da informalidade contribui significativamente para a compreensão das características que compõem as relações de trabalho informais, mas, sobretudo ao associar a informalidade à reprodução da pobreza, enfatiza a perspectiva analítica dos pesquisadores que reconhecem a relação da informalidade com a questão do subdesenvolvimento.

No tocante à estrutura do mercado de trabalho em Gana, segundo a análise de Barbosa (2011), ao referenciar os estudos de Hart (1971), o censo demográfico de 1960 apresentava que 40% da população ativa era masculina e 80%, no caso da população ativa feminina, não se enquadravam nas relações salariais. Conforme esses dados, a presença feminina na informalidade evidenciava que os empregos formais são vistos como atividades estritamente relacionadas ao trabalho masculino, dando às mulheres a posição de trabalhos subalternizados e não assalariados. Com isso, esse primeiro estudo constituiu um marco nas análises e interpretações sobre o ingresso dos trabalhadores no mercado formal e informal de trabalho, bem como sobre as primeiras formulações e ideias do que seria informalidade.

Outras definições assentadas em critérios distintos começaram a emergir, incluindo os trabalhos de Tokmam e Souza (1976), ao destacarem alguns aspectos pouco abordados ou problematizados pela análise hartiana, como o caráter não protegido do setor informal. A repercussão à construção conceitual do setor informal formulada pela OIT teve implicações nos estudos latino-americanos ao ser adotado pelo PREALC, em substituição à noção de marginalidade urbana. A definição do PREALC unifica elementos, dando ao setor informal sua definição:

[...] trabalhadores e/ou empresas em atividades não organizadas, que usam procedimentos tecnológicos simples e trabalham em mercados competitivos e a base da estrutura econômica é caracterizada pela concentração oligopólica (PREALC, 1976, p. 38)

Tal definição abrangia um conjunto de trabalhadores informais, incluindo aqueles que geram sua própria fonte de renda, os trabalhadores por conta própria e patrões e empregados de pequenos empreendimentos. São nesses princípios que a informalidade começa a ser estudada e analisada no cenário latino-americano e abre possibilidades para uma classificação mais precisa do fenômeno.

As análises sobre informalidade que emergiram na década de 1980 demarcaram

distintamente um campo específico para o fenômeno em questão. Os primeiros estudos instituíram análises complexas para as relações de trabalho informal que, a princípio, consolidou uma discussão específica no campo da Economia e, ao assumir uma posição crítica, reverberou por diferentes campos das Ciências Sociais. Uma das importantes contribuições das abordagens socioeconômicas se deu na noção de setor informal. Os primeiros estudos socioeconômicos mantiveram a dualidade (formal/informal), mas houve avanços na reflexão acerca do fenômeno ao afirmar que a expansão do setor formal determinava a existência e a configuração do setor informal, tornando-o subordinado aos limites da dinâmica capitalista. Essa linha interpretativa justifica que o setor informal seria uma forma de organização do trabalho que se insere nas relações produtivas de modo delimitado para a sua existência, ou seja, os espaços reservados à produção informal são criados e delimitados pela expansão hegemônica do setor formal e capitalista.

Um dos estudos mais significativos dessa abordagem é o de Souza (1980). Para o autor, o processo de criação dos espaços econômicos e a gênese dessa dinâmica capitalista fariam o setor informal se fixar nos lugares não ocupados por essa produção industrial e formal. As condições para sua origem estariam ligadas ao excedente de mão de obra que possui um lugar provisório e contingencial, fruto de um processo que configuraria outra lógica de organização da produção. Assim, o setor informal teria uma potencialidade para a dinâmica capitalista, sendo funcional para a produção formal e existindo perante os espaços permissíveis. Em outras palavras, a própria dinâmica capitalista criaria esses espaços socioeconômicos para abarcar a informalidade.

O estudo realizado por Souza (1980) oferece uma contribuição significativa para o desenvolvimento dos estudos sobre informalidade, tendo em vista a sua problematização e discussão acerca da visão dualista alicerçada nos estudos da OIT, evidenciando a relação entre o setor formal e informal e a delimitação do espaço destinado à produção de mão de obra excedente. Ao manterem críticas ao dualismo proposto pela OIT, esses estudos reforçam a premissa de que o setor informal não teria um caráter autônomo, mas dependente do setor formal. Tal premissa evidenciada por Souza (1980) deu abertura às reflexões sobre o cerne das ocupações do setor informal e sobre o estabelecimento dos movimentos da dinâmica capitalista.

Ao levar em consideração as abordagens econômicas que dão continuidade às análises críticas da OIT, destaca-se um marco na literatura brasileira que reverberou em vários campos científicos: o estudo realizado por Cacciamali (1982) intitulado “O setor informal urbano e formas de participação na produção”. Nele a autora lança um olhar crítico sobre esse fenômeno, enfatizando empiricamente a presença do setor informal nos interstícios não ocupados

propriamente pela dinâmica capitalista. É no limiar da dinâmica capitalista que o setor informal encontrará o seu lugar para se desenvolver. Nesse limiar, os trabalhadores criarão suas estratégias para se reproduzirem socialmente e se inserirem no mercado de trabalho informal. Outro ponto importante é que os trabalhadores do setor informal podem obter diferentes níveis de renda e, em algumas situações, chegam a obter níveis de renda mais elevados, se comparados aos assalariados formais que estão na mesma posição ocupacional.

Nesse sentido, a autora consolida um amplo e variado debate sobre informalidade, evidenciando que a sua presença não só se restringe ao excedente de mão de obra, mas se propaga nos mais diferentes eixos de organização do trabalho, tais como a produção, comercialização e a prestação de serviços. Diante dessa complexidade, o estudo desenvolvido por Cacciamali (1982), além de possibilitar análises e compreensões da dinâmica interna do setor informal, apresentou alguns elementos que foram constantes na dinâmica do trabalho informal: flexibilidade nos horários de trabalho, redes de relações familiares, menos burocracia laboral, habilidade individual, rotinização das tarefas, entre outros. Esses elementos adentram o setor informal, reconhecendo os distintos elementos que compõem a capacidade dos trabalhadores informais de conviverem com a imposição capitalista. Segundo a autora, fica notório que:

A produção capitalista como um todo pode ampliar um dado mercado ou, então, plantas adicionais podem ser introduzidas em outros ramos ou mercado. Os trabalhadores informais nessa situação se assalariam, deslocam-se para outra atividade informal, ficam desempregados ou são obrigados a abandonar temporariamente ou definitivamente a produção. Isso depende, principalmente, do rigor do sistema e do padrão de crescimento econômico e, portanto, das opções de postos de trabalho oferecida pelo conjunto dos ramos e atividades econômicas, pelas formas de organização da produção capitalista e pelos espaços econômicos permissíveis às atividades informais (Cacciamali, 1982, p. 30)

Tal debate teórico permeou um movimento estabelecido no debate público brasileiro voltado ao combate ao desemprego na década de 1980. Muitas arenas de governo, que antes encaravam o investimento no setor informal como atraso, começaram a repensar a lógica enquanto possibilidade e alternativa ao desemprego. De fato, tais posicionamentos políticos quanto à informalidade se deram nas décadas de 1980 e 1990, com a diminuição no ritmo de criação de emprego industrial e o endividamento externo. Diante dessa situação, envolvem-se os setores (formal/informal) enquanto alternativa para manutenção da dinâmica capitalista.

A distinção da perspectiva apresentada por Cacciamali (1982) é a forma como ela concebe a relação estabelecida e as possibilidades de ampliação do setor formal e informal.

Com isso, os espaços permissíveis para o estabelecimento do setor informal podem ser criados e modificados de acordo com os espaços e os ritmos da dinâmica capitalista. Por isso, há permanência do caráter dependente e subordinado do setor informal. Outra possibilidade de compreensão da permeabilidade do setor informal perante a dinâmica capitalista é a chance de recriação das atividades informais como novas, ou seja, voltar ao centro da dinâmica capitalista de modo recriado e necessário para a sua reprodução.

As caracterizações sobre setor informal urbano elencadas por Cacciamali (1982) fomentaram um novo debate nos estudos e pesquisas sobre trabalho, ao considerar que, no setor informal, instauram-se restrições e aberturas para o desenvolvimento de algumas características, implicando em diferentes arranjos e formas para o trabalho. As contribuições apresentadas pela autora permitiram resgatar o conceito de setor informal das abordagens que antes se relacionavam ao debate sobre marginalidade, pobreza e subdesenvolvimento, apontando, com isso, avanços nos estudos teóricos e empíricos sobre informalidade.

As discussões e o contexto histórico das relações de trabalho que permearam o final da década de 1980 e o início da década de 1990 se tornaram emblemáticos para pensar a emergência de novas classificações e abordagens para o fenômeno da informalidade. Inicialmente, remete-se a um contexto sócio-histórico muito específico, assumido pela reestruturação das relações de produção, momento que acompanha uma mudança de orientação da informalidade para a reprodução ampliada do capital. Tal cenário colocou diversas questões acerca dos limites e das fronteiras do formal e informal. Ademais, esses elementos tiveram mudanças sob a égide da acumulação flexível. Algumas definições, como nova informalidade, empreendedorismo, empregabilidade e economia informal, constituíram um esforço analítico que possibilitou caracterizações das novas e diferentes dinâmicas assumidas pelo fenômeno.

Uma referência no campo das Ciências Sociais que problematizou a relação dual (formal/informal) é a obra “A crítica a Razão Dualista”, de Francisco de Oliveira. O autor lançou um olhar crítico para o debate acerca da CEPAL instaurado na década de 1970 para propor alternativas para superação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, ele lança mão de um arcabouço analítico para pensar como as relações entre o que se denominava arcaico e moderno se mesclavam e assumiam uma nova configuração no cenário brasileiro. O autor destaca:

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo as novas relações de arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, e que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo

(Oliveira, 2003, p. 60).

A utilização do termo “arcaico” se refere a um traço característico do modelo de acumulação capitalista brasileiro que foi concomitante à acumulação primitiva e resultante da industrialização tardia, sendo, portanto, fundamental para a reprodução do moderno (formal). Tal questão foi retomada nos estudos e pesquisas realizadas por Malaguti (2000) sobre a importância de ampliar a compreensão acerca da relação intrínseca entre o trabalho formal e informal, tendo em vista que essas duas arenas dialogam entre si. Para situar a trajetória de mudança da informalidade apontada brevemente, é necessário esclarecer a particularidade do contexto histórico em que surgiram essas percepções.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com um cenário de crises do desemprego, emanaram estruturas flexíveis de organização do trabalho, tais como a terceirização e a subcontratação, alinhadas ao crescimento da precarização do trabalho. Tal processo foi originado por fortes pressões do empresariado e dos agentes de governo no intuito da desregulamentação das relações de trabalho, diminuição da fiscalização estatal com vistas à legislação do trabalho e, conseqüentemente, a intensificação do processo de privatização das empresas estatais. Com esse cenário, a informalidade ganhou novas configurações no início dos anos 1990.

A desregulamentação das relações de trabalho contribuiu para que os trabalhadores, agora inseridos na arena da flexibilização, fossem inseridos no mercado de trabalho com contratos temporários e com perdas dos direitos trabalhistas. No que tange ao trabalho informal, esse cenário assumiu novas conotações e, em parte, configurou-se dentro de um processo de “formalização da informalidade”. Cacciamali (2000), ao utilizar-se do termo “processo de informalidade”, destaca que as baixas taxas de crescimento dos empregos e o quadro de incertezas perante a economia tiveram implicações no mercado de trabalho. Destacam-se as altas taxas de desemprego, colocando barreiras ao ingresso no mercado de trabalho formal e difundindo formas de trabalho temporárias e parciais. Como conseqüências, houve o aprofundamento das desigualdades sociais e o crescimento da informalidade.

O trabalho formal, entendido como flexível, começa a incorporar elementos da informalidade, aproximando os elementos que fazem parte de sua configuração das principais características da informalidade, mediante a condição de vulnerabilidade, a instabilidade e a crescente perda das leis trabalhistas e garantias sociais. Nessa perspectiva, a informalidade deixa de ocupar uma posição periférica e dual e começa a ganhar espaço no centro da dinâmica capitalista, constituindo, assim, uma nova informalidade, revestida de formas cada vez mais

flexíveis de trabalho.

Um dos segmentos de trabalhadores inseridos nas formas flexíveis de trabalho, aproximando-se da informalidade, são os trabalhadores terceirizados. Segundo Druck (2001), a precariedade se torna elemento fundamental para o desenvolvimento da terceirização em que, além de estabelecerem novas dinâmicas às relações trabalhistas, formam várias teias e redes de contratação, as quais mantêm relações cada vez mais tênues entre o formal e informal. De fato, esse tipo de informalidade se perpetua nos países da periferia do capitalismo mediante os sistemas de subcontratação, transformando-se em formas de precariedade e de flexibilização.

As novas configurações de relações de trabalho com a entrada de novas e modernas tecnologias se tornaram a base para o rompimento de fronteiras geográficas, bem como a eliminação das barreiras temporais (Harvey, 1993). Com isso, a informalidade tem se tornado um fenômeno com força nos países periféricos, integrando as cadeias globais de produção e perpetuando ainda mais a precariedade laboral.

Ao associar e reconhecer a informalidade em determinadas situações, como sinônimo de flexibilização e precarização, outro termo é incorporado: o empreendedorismo. Conforme expõe Machado da Silva (2002), as formas de informalidade, ao serem analisadas e compreendidas sob o viés da flexibilização, perdem força explicativa e a dimensão da realidade social. Com isso, no discurso do empreendedorismo, sob a perspectiva individualista, a dimensão criativa e a capacidade de mobilização do conjunto dos trabalhadores ganharão uma feição emancipadora a favor da flexibilidade das relações trabalhistas.

O empreendedorismo se estabelece e atua dentro da lógica de flexibilização em razão das configurações e dinâmicas do mercado de trabalho. Boltanski e Chiapello (2009) enfatizam que, dentro dessa lógica, o viés legalista é retomado por meio de uma visão ideológica, marcada por uma narrativa justificadora dentro do modelo flexível de trabalho. Destaca-se que, no caso do Brasil, por exemplo, o Microempreendedor Individual (MEI) tem sido uma vertente para o estabelecimento da formalização da informalidade ao impulsionar uma nova lógica de formalização dos negócios e das relações trabalhistas, o que tende cada vez mais a favorecer os mecanismos de controle da informalidade.

O empreendedorismo, enquanto discurso ideológico voltado aos trabalhadores formais e informais, traz uma nova configuração ao estabelecer um viés individualista como possibilidade de emancipação para os trabalhadores. Ao destacar a essência do empreendedorismo, Lima (2010, p. 161) afirma que “a valorização do trabalho empreendedor reinterpreta igualmente o trabalho informal, destacando o seu potencial criador vinculado à predisposição do risco e à inovação”. Com base nessa assertiva, acredita-se que o

empreendedorismo, emergente do modelo de flexibilização, incorpora uma nova lógica e um novo significado à informalidade, tendo em vista que tanto o seu caráter quanto a sua potencialidade criativa estão ligados diretamente à exploração do trabalho.

Uma importante contribuição da sociologia do trabalho aos estudos acerca da informalidade está na obra “Ensaio de Sociologia do Mercado de Trabalho”, de autoria do sociólogo Adalberto Cardoso (2013). Seus apontamentos seguem a linha crítica dos autores que desfazem a versão dual entre o formal e informal, propondo, assim, analisar horizontalmente o “lugar rarefeito” da informalidade com base no núcleo do capitalismo e dos mecanismos que o coordena. Diante disso, quanto mais distante estiverem os trabalhadores desse núcleo do capitalismo, mais rarefeitos seriam os mecanismos de coordenação e de ação do Estado e menos densa seria a malha de regulamentação que está no núcleo central.

Esse “lugar rarefeito” possibilita o desenvolvimento de um tipo de economia informal constituída por uma menor institucionalização do Estado, por informações circulantes rarefeitas e que abrem espaço para ampliação da dimensão cultural e do desenvolvimento da autonomia à ação dos indivíduos. Segundo Cardoso (2013, p. 31), diferente das relações formais de trabalho, a confiança é um tipo de relação social que pode ser rotinizada, mas que pode ser rompida por qualquer dos lados por motivos quase nunca sob seu controle. Sabe-se, portanto, que a confiança perfaz as relações formais. Mas tais relações informais de trabalho se encontram estruturadas no “lugar rarefeito” no qual é concebida a economia informal.

Em relação à participação do Estado na dinâmica de regulação das relações informais, estrutura-se uma condição de ameaça, pois a forma de regulamentação do trabalho na economia informal é construída de forma autoendógena, acompanhando o mínimo de regulação por parte das leis exógenas. Assim, a consequência desse processo de regulação do Estado tem levado à descaracterização das formas de organização do trabalho, à desestruturação dos mecanismos concebidos na “condição rarefeita” e à imposição capitalista nos interstícios nos quais a informalidade criará o seu espaço.

O vasto e amplo arcabouço conceitual sobre informalidade possibilitou ampliar o olhar para as diferentes dimensões desse fenômeno ao longo do tempo. Diante disso, é possível conceber e analisar tal fenômeno conforme sua complexidade e suas mais variadas formas. O desafio colocado nessa primeira parte da seção está na escolha do arcabouço conceitual, sobretudo pelo caminho teórico realizado até aqui, bem como pela particularidade da informalidade apresentada pela pesquisa desenvolvida. Com isso, é importante apresentar algumas ideias básicas para compreensão da informalidade assumida no camelódromo de Recife.

As características assumidas pela informalidade na pesquisa desenvolvida passam pela lógica do lugar que ela ocupa e das condições sociohistóricas pelas quais se deram o seu surgimento e desenvolvimento. Com isso, o conceito de “lugar rarefeito” proposto por Cardoso (2013) levantou a possibilidade de destacar as condições em que se desenvolveu a informalidade no comércio informal de Recife, principalmente no tocante à sua posição de cidade periférica e à ação dos indivíduos para a constituição da dinâmica e da realidade de trabalho. Nesse “lugar rarefeito”, os indivíduos se inseriram continuamente, criando formas de organização de trabalho próprias, apoiadas nas condições estruturais existentes e que, por meio delas, foram desenvolvendo estratégias coletivas de reprodução social.

O camelódromo de Recife se tornou o interstício não ocupado propriamente pela dinâmica capitalista, espaço em que os sujeitos ocuparam e desenvolveram uma lógica própria de funcionamento e de organização para o trabalho. Com isso, desenvolveu-se uma forma de organização endógena com base em iniciativas e ações dos próprios sujeitos, distanciada de alguns mecanismos impostos pela lógica capitalista. Quanto mais distantes os trabalhadores do núcleo coeso do capitalismo, mais rarefeitos seriam os mecanismos de ação do poder público e menos densa seria a estrutura regulatória. Essa ideia remete, portanto, aos limites das estratégias de atuação do capitalismo, no sentido de que, quanto mais rarefeito for o lugar ocupado na lógica sistêmica, mais pontuais serão os seus mecanismos de atuação.

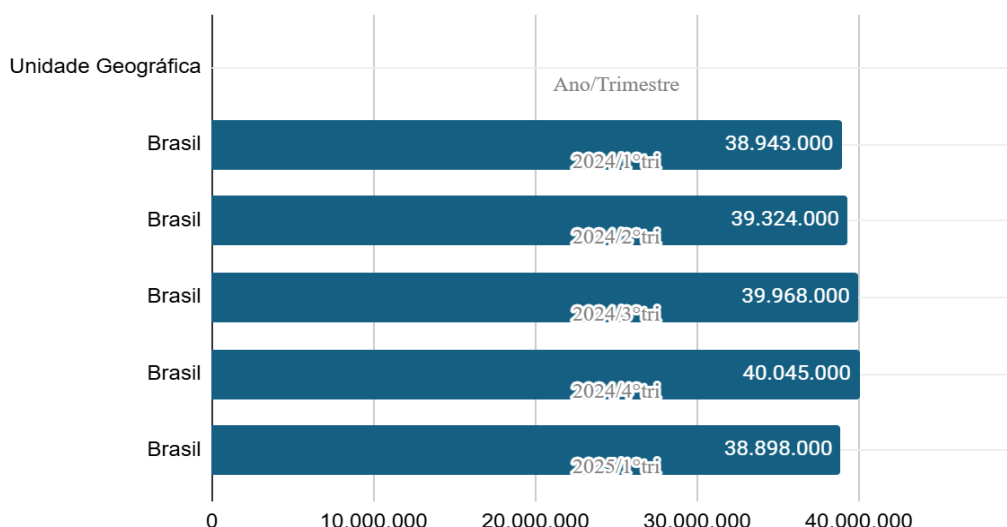
O arcabouço conceitual de Cardoso (2013) possibilitou compreender as singularidades da informalidade no comércio central de Recife. A área central que abarca todo o camelódromo constitui locus importante para reprodução da informalidade. Trata-se do lugar rarefeito em que se estabeleceu a economia do Camelódromo Calçadão dos Mascates, colocando a informalidade como uma característica estruturante para a reprodução social dos trabalhadores. Em relação à aproximação desses sujeitos com a instância pública municipal, há um distanciamento histórico, o que possibilitou a esse espaço de trabalho ganhar uma lógica de atuação e de funcionamento muito específica na cidade. À medida que os espaços comerciais ganharam amplitude, novos sujeitos se inseriram, o que trouxe modificações e reconfigurações ao espaço, implicando em mudanças nas formas de organização e, consequentemente, novos elementos à informalidade.

Diante da singularidade da informalidade no comércio de Recife, utilizou-se o conceito de interstício não propriamente ocupado pela dinâmica capitalista na perspectiva de Cacciamali (1982), com objetivo de compreender o locus e as condições da informalidade nas lacunas existentes na dinâmica capitalista. A autora esclarece que esses lugares trazem contrastes com a dinâmica capitalista, acrescentando que os interstícios não propriamente ocupado pela dinâmica capitalista podem ser recriados ou mantidos. Tal perspectiva não apenas possibilitou

a compreensão do lugar da informalidade, mas também como esse lugar pode ser absorvido por outras dinâmicas socioeconômicas.

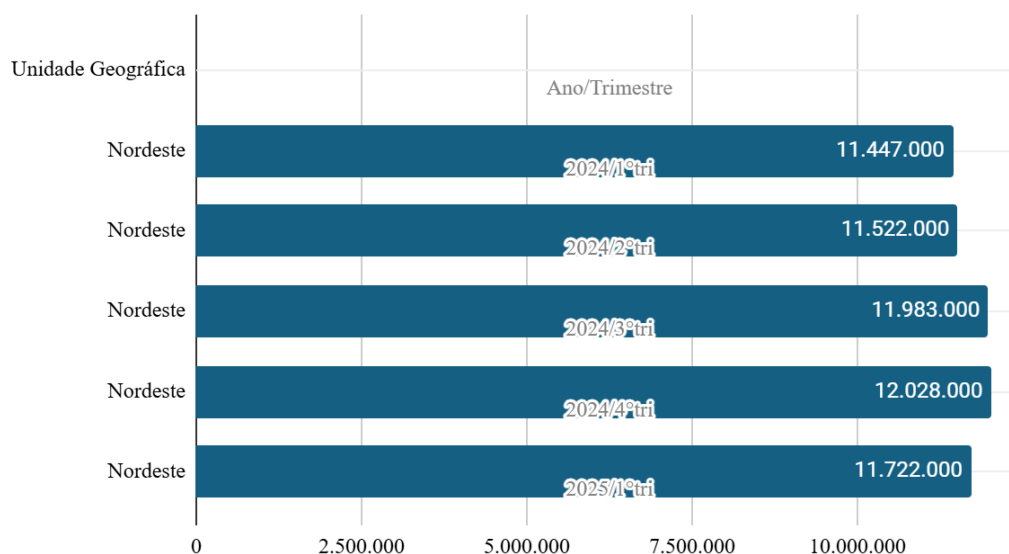
Segundo dados da Pnad Continua apurada pelo IBGE, no primeiro trimestre de 2024, o Brasil havia 38,943 milhões de trabalhadores atuando na informalidade. Em comparação com o segundo trimestre do mesmo ano, esse número aumentou para 39,324 milhões. Quando comparados o quarto trimestre de 2024 e o primeiro trimestre de 2025, destaca-se que houve uma queda acentuada no quantitativo da população ocupada informalmente: 40,405 milhões (4º trimestre/2024) e 38,898 milhões (1º trimestre/2025). Com isso, evidencia-se um crescimento ao longo de 2024, com maior número no 4º trimestre, seguido por uma redução no início de 2025 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Quantidade de pessoas ocupadas informalmente - Brasil



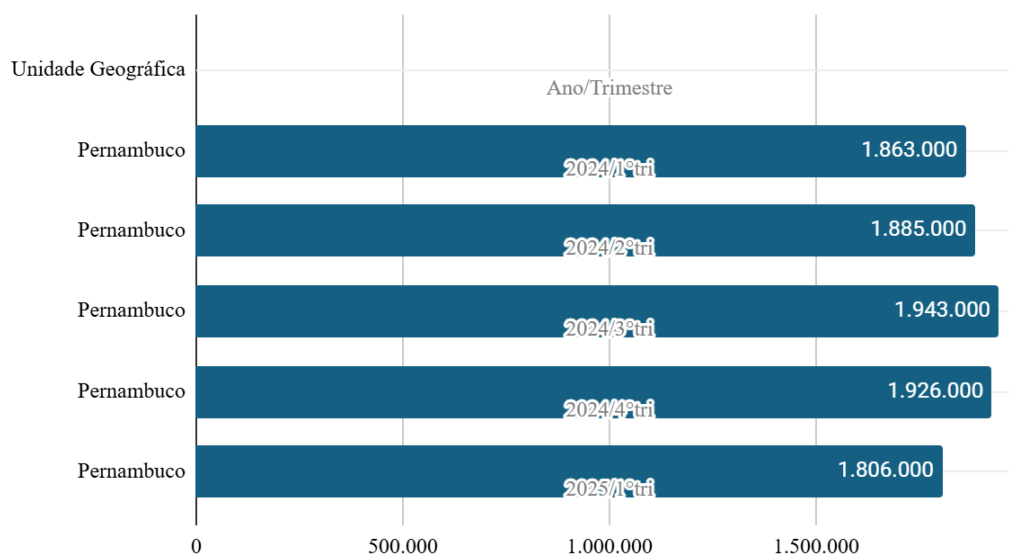
Fonte: IBGE – Pnad Contínua – trimestral.

No tocante aos dados da informalidade na região Nordeste, o comportamento foi similar. No 1º trimestre de 2024, 11,447 milhões de pessoas estiveram inseridas no trabalho informal enquanto que no 2º trimestre do mesmo ano esse quantitativo aumentou para 11,522 milhões. No entanto, quando compara-se o 4º trimestre de 2024 (12,028 milhões) e o 1º trimestre de 2025 (11,722 milhões) percebe-se, também essa tendência de queda acentuada da população ocupada informalmente (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Quantidade de pessoas ocupadas informalmente - Nordeste

Fonte: IBGE – Pnad Contínua – trimestral.

No estado de Pernambuco, os dados indicam uma variação mais acentuada. No primeiro trimestre de 2024 (1,863 milhões de pessoas ocupadas na informalidade), no 2º trimestre de 2024 (1,885 milhões), enquanto que no 3º trimestre do mesmo chegou-se a 1,943 milhões (maior valor do período). Quando comparados o 4º trimestre de 2024 (1,926 milhões) e o 1º trimestre de 2025 (1,806 milhões) verifica-se uma queda mais expressiva (Gráfico 3). De uma forma geral, os dados sugerem que a informalidade no trabalho seguiu uma tendência de alta ao longo de 2024 tanto no Brasil quanto no Nordeste e em Pernambuco. O declínio observado no início de 2025 pode estar associado a fatores sazonais, mudanças econômicas e políticas de formalização do trabalho. Essa dinâmica reforça a importância de políticas públicas voltadas à formalização do trabalho e ao monitoramento contínuo das condições do mercado informal, especialmente em regiões mais vulneráveis como o Nordeste.

Gráfico 3 – Quantidade de pessoas ocupadas informalmente - Pernambuco

Fonte: IBGE – Pnad Contínua – trimestral.

No decorrer da exposição e dos diálogos estabelecidos na pesquisa, novos conceitos basilares serão incorporados com o objetivo de destacar as evidências empíricas encontradas. No tópico a seguir, serão apresentados arcabouços teóricos sobre precariedade no cenário brasileiro, buscando compreender como ele se estruturou no cenário de pesquisa.

3.1.2 Diferentes abordagens teóricas sobre a precariedade: um conceito em construção

A precariedade do trabalho tem sido um dos temas amplamente discutidos e abordados nos estudos e nas agendas de pesquisa no âmbito recente da sociologia do trabalho. Mesmo com a presença nos debates científicos, o uso desse termo nem sempre vem acompanhado de estratégias sistemáticas para defini-lo e delimitá-lo precisamente. No âmbito da sociologia, a abordagem da precariedade do trabalho envolve as condições objetivas de trabalho, as condições subjetivas ou ainda uma interação entre ambas. Ou seja, ela supõe um quadro amplo de referências que enfatiza as dimensões estruturais do fenômeno ou as dimensões ligadas à ação dos sujeitos em suas dimensões concretas de existência.

A importância da aplicação do conceito aos estudos envolvendo o camelódromo e as trajetórias de trabalhadores está na apreensão das definições (objetivas e subjetivas) da precariedade do trabalho como construções particulares, situadas em contextos sociais e relacionais específicos. Sob a perspectiva sociológica, trata-se, assim, de analisar e explicar o processo de formação e desenvolvimento de tais construções, bem como suas implicações na constituição das subjetividades dos camelôs e nas suas respectivas trajetórias e experiências

laborais.

A análise e discussão da precariedade do trabalho tem ligação direta com a importância atribuída e com o lugar que se dá ao trabalho nas sociedades contemporâneas, tendo, com isso, implicações sobre o próprio arcabouço teórico da categoria trabalho (OFFE, 1989). As análises em torno das mudanças no mundo do trabalho têm se apresentado e se caracterizado como análises de transformações estruturais que levam em conta a totalidade da vida social. É nessa perspectiva que a precariedade do trabalho também tem sido considerada.

Se, no âmbito da sociologia e dos discursos correntes, a temática da precariedade é comumente definida nos termos de uma “precariedade social”, dirigindo sua atenção aos grupos sociais em situações de pobreza, vulnerabilidade e exclusão (Appy; Thébaud-Mony, 1997), é no âmbito da sociologia do trabalho, sobretudo desde os anos 1990, que os estudos sobre precarização do trabalho ganham popularidade e se multiplicam, identificando-se, nas mais diferentes formas de organização e de gestão da força de trabalho, os fundamentos de um processo mais amplo de fragilização da classe trabalhadora. Nesses termos, outros autores procuram evidenciar que o trabalho constitui uma ferramenta crucial de integração nas sociedades, apontando a precariedade do trabalho como o resultado de um processo de fragilização do emprego, o que tem levado a uma variedade nas formas atípicas de trabalho. Para Castel (2001), essa seria a centralidade do processo mais amplo de enfraquecimento da coesão social, do fundamento da vulnerabilidade dos trabalhadores e de seus grupos e categorias sociais de pertencimento. Essa seria, de fato, a base da “nova questão social” na contemporaneidade, fundamentada no trabalho como suporte para integração social.

Mediante a utilização da noção de “sociedade salarial”, Castel faz alusão ao sistema de regulação que proporciona proteção aos trabalhadores frente aos riscos e às incertezas da existência. Na perspectiva apresentada pelo autor, é a crise desse trabalho que supõe reconhecimento, ou seja, um modelo de integração próprio da sociedade salarial que está no alicerce da nova questão social na contemporaneidade. A fundamentação está na própria crise capitalista, iniciada nos anos 1970, que culminou no surgimento de um novo modelo de organização baseado na flexibilidade nas relações de trabalho. Esse modelo tem como consequência um processo contínuo de desarticulação da classe trabalhadora, das formas de organização e de seus sistemas de direito e de proteção social. Trata-se, conforme levantado por Castel (2001), de um processo histórico de institucionalização de um novo modelo de regulação denominado “precariado”.

Em sua utilização do conceito de precariedade do trabalho, Castel (2001)¹⁸ abarca a dimensão do trabalho como estatuto assegurado pelos direitos trabalhistas e sociais, destacando-se como um processo de precarização, abordado por outros autores, tais como Druck (2013), Druck e Franco (2011), Hirata (2011), entre outros. Essa configuração da precariedade, que repercute nas dimensões do direito do trabalho e da seguridade social, possibilitaria uma espécie de ruptura na estabilidade do emprego como condição de referência para definir o trabalho como base de representação da noção de precariedade (Demazière, 2009). Nesse sentido, o contrato por tempo indeterminado estaria dando lugar às denominadas “formas atípicas de emprego”.

Alguns autores, distinguindo-se das perspectivas analíticas apresentadas por Castel, apresentam uma definição mais ampla de precariedade do trabalho, ao levar em consideração não apenas o estatuto do emprego, mas a relação com o trabalho propriamente dito. Essa foi a perspectiva assumida por Paugam (2000, 2015). Ao se basear na linhagem durkheimiana, Paugam enfatiza que os “laços de participação orgânica” possibilitam aos indivíduos uma função útil na sociedade mediante a aprendizagem e o exercício de uma atividade profissional. Além das proteções e das garantias cristalizadas na intervenção do Estado social, os “laços de participação orgânica” possibilitam aos indivíduos um lugar no mundo, bem como um reconhecimento pelo que executam e pelo trabalho realizado.

Ao enfatizar a satisfação do trabalho como um dos elementos principais da integração profissional e como expressão do reconhecimento material e simbólico do trabalhador, Paugam destaca a importância da dimensão subjetiva que o trabalhador estabelece com seu trabalho. Nesse sentido, destaca-se que a precariedade não deve ser dimensionada apenas pelos indicadores objetivos, mas também pela experiência e subjetividade do trabalhador. A relação subjetiva com o trabalho se apresenta como uma relação multidimensional, na medida em que o sujeito pode estabelecer uma identificação tanto positiva quanto negativa com o trabalho desempenhado.

Sob a perspectiva da relação com o emprego, a estabilidade constitui elemento-chave para Paugam, entendida enquanto prática regular e contínua do trabalho, que implica duração do vínculo de emprego, permitindo ao trabalhador estabelecer planos e projetos futuros. Com isso, a dimensão subjetiva se torna um importante elemento para ampliação e complexificação

¹⁸ Nesse processo de fragilização das condições sociais, o autor fala de “desfiliação social” em vez de mencionar o termo “exclusão social”, utilizado com frequência recentemente. Com aquela noção, Castel enfatiza a nova questão social como produto de um processo que ocorre no núcleo da dinâmica econômica das sociedades na contemporaneidade.

da análise. Não se trata de estabelecer um parâmetro de análise da precariedade apenas sob o viés da objetividade, mas de identificar o crescimento na insegurança no emprego em virtude da contínua fragilização das relações trabalhistas e da instabilidade das empresas e das atividades econômicas em situações marcadas pelas oscilações do mercado e pela crise econômica. Esses fatores são fundamentais para compreender em que medida os sujeitos trabalhadores interiorizam uma identidade negativa com o trabalho que executam e, assim, flutuam nas incertezas em relação ao seu futuro.

Diante do exposto, a precariedade é caracterizada não apenas pela desestabilização dos vínculos de emprego e insegurança material, mas pelo rompimento de uma identidade e do reconhecimento pela função que desempenha. Dessa forma, ao estarem limitados em sua perspectiva de pensar em um projeto profissional duradouro, os trabalhadores imersos na precariedade não se realizam, não sentem prazer com o trabalho desempenhado e nem com as relações que estabelecem, vivendo, portanto, em um profundo processo de alienação. Para Vargas:

Os trabalhadores mais afetados pela precariedade do trabalho e do emprego tendem a ter maiores dificuldades nos espaços sociais fora do mundo profissional do que os trabalhadores estáveis. Isso implica maiores dificuldades de relacionamento na família e comportamentos mais frequentemente marcados pela apatia, desilusão e impotência em relação à vida social e política (Vargas, 2016, p. 323-324).

Essas relações envolvendo as esferas profissional e extraprofissional não se dão em uma via unilateral. Ainda que a vida profissional tenha grande influência sobre as demais esferas, deve-se considerar o efeito contrário: a integração familiar, política e seus elementos materiais e simbólicos podem favorecer a integração profissional e proteger os indivíduos nos momentos de instabilidade. Com isso, o emprego e a atividade profissional não devem ser vistos apenas em sua dimensão individual, mas também nos contextos dos grupos de pertencimento dos sujeitos e de suas estratégias coletivas.

Em relação ao Brasil, a noção de precariedade do trabalho tem sido relacionada, com certa frequência, àquela de informalidade, ao estabelecer relações tanto com as formas de trabalho não assalariadas, tais como o trabalho autônomo, os pequenos negócios, os ambulantes e camelôs, como também ao trabalho assalariado não protegido, sem carteira assinada. Durante um período, a noção de precariedade do trabalho esteve vinculada aos estudos sobre informalidade e marginalidade propostos pela sociologia latino-americana nos anos 1960 e 1970 (Kowarick, 1975). Ao centralizarem suas abordagens sobre a dinâmica de desenvolvimento capitalista de países periféricos, os estudos procuravam identificar a limitação

da capacidade do processo de modernização em integrar um maior quantitativo da população trabalhadora às modernas relações de trabalho, relegando-a, conforme enfatizado por Nun (2000), à condição de “massa marginal”.

Uma abordagem estrita da precariedade do trabalho, nos termos da marginalidade e informalidade, parece não ganhar mais sustentação na contemporaneidade. Isso porque essa precariedade não estaria mais associada unicamente às atividades marginais e periféricas, mas, conforme exposto por Castel, permearia o núcleo da dinâmica da acumulação capitalista. No Brasil, combinam-se uma velha precariedade e uma nova precarização do trabalho para configurar sua contemporaneidade (Druck, 2011, 2013). Por conta disso, é preciso levar em consideração que um dos aspectos fundamentais da sociedade brasileira é a sua heterogeneidade estrutural, as quais se entrelaçam formas e relações de trabalho muito diversificadas.

No Brasil, coloca-se uma questão social ligada à “desfiliação” nos moldes propostos por Castel, como uma questão de “periferização”, em que significativas camadas sociais são colocadas à margem do desenvolvimento econômico. Essas parcelas da população não estiveram integradas a um conjunto de relações de trabalho estáveis, bem como a um sistema de proteção social. Com isso, a precariedade do trabalho adquire dimensões incertas, uma vez que, no Brasil, não chegou a se constituir a sociedade salarial, caracterizada pela generalização da relação salarial estável e protegida para população trabalhadora.

Em razão da ausência ou do alcance limitado do emprego estável, é possível supor que outros sistemas de referência colaborem para organizar e estruturar as práticas e as relações de trabalho no Brasil. Se a referência à estabilidade no emprego não deixa de existir, outras configurações de trabalho, perpassando tanto pelo emprego instável como pelas formas de trabalho não assalariadas, a exemplo do trabalho autônomo e dos pequenos negócios, têm um papel fundamental na configuração dos padrões normativos de referência dos atores sociais. Diante da pluralidade de configurações e de relações de trabalho, essa elevada multiplicidade se configura, no caso do Brasil, tanto em um assalariamento – marcado por direitos e proteções – como em um tipo de assalariamento, marcado pela instabilidade do trabalho. Segundo Vargas:

[...] se o trabalho remunerado escapa a um quadro homogêneo de regulação de ordem pública, os critérios a partir dos quais se pode medir a precariedade do trabalho tornam-se menos consensuais. Diferentes atores sociais e instituições podem construir, nessa direção, quadros de referência diversos a partir dos quais definem e avaliam o trabalho e sua precariedade (Vargas, 2019, p. 325).

De fato, tal tensão se manifesta em diversos níveis da sociedade, tanto em relação ao plano das instituições responsáveis de regular o trabalho e suas relações como no plano dos

atores sociais nas suas ações no âmbito das relações de trabalho. Nesse sentido, a precariedade do trabalho se torna um fenômeno com dimensões incertas. Mostra-se ainda, segundo Demazière (2003), heterogênea e descontínua tanto em nível das categorizações institucionais como em nível das categorizações subjetivas.

São particulares ao contexto sociopolítico brasileiro as tensões entre modelos de normatividades heterogêneos e distintos, tomando como exemplo tanto o padrão do emprego estável – que prevaleceu na Europa – como o padrão do emprego instável, presente na própria institucionalidade do país em seus parâmetros normativos e legais que orientam as relações de trabalho envolvendo diferentes categorias de trabalhadores não assalariados, tais como os autônomos, profissionais liberais, trabalhadores de comércio popular etc. As recentes políticas públicas de microcrédito, que estimulam o empreendedorismo, também estão inseridas nessa diversidade de modelos normativos de organização das relações de trabalho. Nessas condições, normalizam-se configurações de trabalho estritamente individuais, as quais supõem transformar os sujeitos trabalhadores em empreendedores. Trata-se, com isso, de reconhecer as formas de trabalho estritamente individuais, as quais estimulam a individualização dos riscos e a instabilidade fruto das oscilações no mercado de trabalho.

É nesse quadro mais amplo e complexo que a precariedade do trabalho precisa ser analisada sob a perspectiva sociológica. Conforme destacado por Vargas (2016, p. 326), “ela é uma categoria social que está atravessada pelas tensões inerentes a essa multiplicidade de formas e de relações de trabalho, evidenciando-se uma luta simbólica para definir os limites do trabalho considerado legítimo”. O significado dessa precariedade varia consideravelmente quando se tomam, por exemplo, como parâmetros as condições subjetivas dos próprios sujeitos, na medida em que ela se apresenta como uma “categoria nativa, uma categoria ordinária do senso comum” (2016, p. 326).

No caso do Brasil, uma análise mais detalhada da precariedade, enquanto categoria subjetiva, deve considerar um conjunto de fatores, além dos já apresentados. Se, por um lado, tomando como referências Burawoy (1990) e Dedecca (2006), aqui se estabeleceu um modelo autoritário de relações de trabalho, por outro lado, é necessário considerar que, desde o fim do período de ditadura militar, a emergência de novos movimentos sociais proporcionou um processo de redemocratização e um conjunto de mudanças sociais e políticas que ficaram consolidadas na constituição de 1988, lembrada como “constituição cidadã”. Ela reconhece o “trabalho” como um direito de todos os cidadãos, bem como a obrigação de o Estado em garanti-lo, sobre o qual foi criado e assegurado um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, constituindo-se, portanto, como uma referência para os trabalhadores.

Esse processo, no entanto, deparou-se com a emergência das políticas neoliberais ao longo dos anos 1990 e, conseqüentemente, com a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. Diante desse novo cenário que se apresentava, um crescimento do desemprego, uma ampliação da informalidade e uma crescente instabilidade e insegurança passaram a fazer parte e a dominar a realidade dos trabalhadores, sobretudo daqueles que haviam obtido níveis mais altos de proteção no emprego (Pochmann, 2002). Assim, para compreender o conjunto de condições que interferem na experiência da precariedade, é necessário levar em consideração não apenas as conjunturas política e econômica, mas o tecido social segundo o qual as relações de trabalho se estabelecem, sobretudo aqueles referentes aos modos de vida e à trajetória da classe trabalhadora.

Nos parâmetros apontados por Paugam, é preciso considerar que os laços sociais e a integração dos indivíduos se estabelecem pela articulação das diversas esferas da vida social, entre o público e o privado. Nessa dimensão, o trabalho não se apresenta meramente como uma atividade individual, mas pode se configurar nos mais diferentes arranjos sociais, pelos quais as modalidades coletivas de suporte são criadas. Mediante esses arranjos baseados em formas de solidariedade próximas, o trabalho se apresenta tanto como fonte de recursos materiais quanto de relações sociais específicas.

Sendo assim, os significados do trabalho podem assumir novas dimensões, tendo em vista o contexto social peculiar e os laços que se estabelecem. Para certas categorias sociais, o trabalho pode ser considerado um meio para obtenção de uma remuneração, para assegurar aos sujeitos um lugar no mundo e, assim, proporcionar o acesso ao consumo. No entanto, tal experiência pode variar de acordo com a posição que o sujeito ocupa nas relações das quais participa. Conforme apontado por Vargas (2008), os indivíduos provedores de seus grupos familiares e/ou domiciliares, por exemplo, tendem a se ressentir muito mais em sua dada situação de precariedade em termos de rendimento e de desemprego que os indivíduos que não são ou não se definem como provedores. Desse modo, a precariedade do trabalho pode ser apreendida nos significados das condições objetivas de trabalho para os sujeitos em seu contexto social, variando de acordo com a posição que ocupam em suas redes de pertencimento.

Já o papel do Estado na integração da classe trabalhadora precisa, no entanto, ser novamente analisada e explorada. A atuação do poder público não se estabelece apenas nos direitos e proteções decorrentes do trabalho e dos benefícios dele obtidos. Os serviços públicos são fundamentais na vida dos trabalhadores e podem desenvolver um papel importante na construção de sua condição subjetiva de precariedade, com implicações sobre o trabalho. De fato, esses serviços podem ser lidos como suportes, tais como os direitos sociais para Castels e

as formas de solidariedade próxima para Paugam.

Essa leitura permitiria supor que a precariedade social é tanto mais fortemente ressentida pelo conjunto dos trabalhadores brasileiros em termos subjetivos quanto mais frágeis forem os suportes considerados fundamentais (como educação, saúde, segurança, por exemplo). A precariedade do trabalho pode, por isso, ser menos perceptível quando a relação estabelecida com o trabalho se estabelece enquanto um meio de sobrevivência, bem como uma precariedade, em termos de rendimento salarial, é compensada por outros suportes (Vargas, 2016, p. 327-328). Trata-se, pois, de uma questão a ser analisada e que deve sofrer mudanças significativas segundo a posição dos trabalhadores em meio às relações sociais e, sobretudo, conforme suas trajetórias e experiências de trabalho vivenciadas no camelódromo.

A diversidade de conceitos que buscam caracterizar a precariedade é apresentada diante das transformações no mundo do trabalho vivenciadas nas últimas décadas, as quais trouxeram consigo novas “conformações” para sua estruturação a partir dos processos de globalização e de financeirização do capitalismo globalizado. Na realidade, muitas das modalidades de ocupação precárias que tem surgido não são efetivamente novas. Conforme destacam Nogueira e Carvalho (2021, p. 34) “novo é o fato de que elas passaram a integrar – e adquirindo cada vez mais centralidade – as cadeias de geração de valor dos segmentos mais dinâmicos da economia”. No tocante à dimensão subjetiva, outros autores como Blanco e Julián (2019, p. 101) apontam que:

A precariedade laboral se manifesta no aparecimento de fenômenos de individualidade, risco, incerteza (ausência de certezas) e insegurança. (...) A precariedade se move fluidamente pela estrutura de empregos a partir de uma forma multidimensional de incidência sobre as condições de trabalho, induzindo condições de incerteza e insuficiência que se expressam tanto nos novos modos de gestão empresarial como nas estratégias individuais e coletivas para enfrentar suas consequências.

A partir do exposto, se observa que essas tentativas de definição de precariedade, por mais que se consiga uma delimitação e caracterização conceitual, é muito complexo fazer o mesmo em relação à forma multidimensional em que esta precariedade se materializa na realidade diversa das relações de trabalho, e mais, precisamente como se manifesta nas trajetórias e experiências de vida e trabalho dos trabalhadores que estão no comércio popular e informal. Como consequência, quando são feitas referências a essa discussão, surgem inúmeras denominações distintas com seus respectivos referenciais e interpretações. O quadro a seguir apresenta de forma sintética as principais características que perpassam o conceito de precariedade do trabalho.

Quadro 2 – Características gerais da precariedade do trabalho

- Remuneração abaixo de um patamar “consensual” para uma dada sociedade, como minimamente justo para uma dada sociedade.
- Condições de trabalho precárias, isto é, que não assegurem um ambiente de salubridade e segurança ocupacional.
- Jornadas exaustivas de trabalho.
- Vínculo empregatício real sem a devida proteção da legislação trabalhistas, com níveis de rendimentos que não permitem a compensação individual e privada dessas perdas.
- Realização de atividades laborais de forma completamente subordinada, estando o contratado sujeito a regras ocupacionais estabelecidas pelo contratante.
- Ausência de cobertura da Previdência Social associada a níveis de rendimentos que não permitem a aquisição de previdência privada em níveis de cobertura equivalentes.
- Elevado grau de instabilidade ou insegurança em relação às possibilidades de manutenção futura da ocupação.

Fonte: Elaborado com base em Nogueira e Carvalho (2021).

Destaca-se que a precariedade do trabalho é aquela que incorpora, de modo significativo, ao menos, uma das características descritas no quadro anterior. Entende-se, ainda, que a questão não se refere a uma situação estática, mas sim a um processo. Isto é, não se trata apenas de se identificarem as situações que seriam, *per se*, consideradas como trabalho precário, mas também de se perceber o processo de mudanças, em curso, no mundo do trabalho e na economia global contemporânea e seus reflexos nas realidades de trabalho locais.

3.2 O desenvolvimento do trabalho informal em Recife a partir das experiências dos comerciantes de rua

O comércio informal se encontra incorporado à paisagem da área central do Recife e de outros bairros da cidade, destacando-se no universo da informalidade como sendo o seu ramo e a sua característica mais expressiva. Pela sua contraposição às características da formalidade, a atividade é desenvolvida por trabalhadores conhecidos como comerciantes informais, que atuam vendendo mercadorias diversas nas ruas, avenidas, praças e calçadas. A esses sujeitos, também se atribui a condição de comerciantes de rua, ambulantes e camelôs.

Esse tipo de comércio não é uma particularidade de Recife, embora ele apresente nesta

área dimensões elevadas e até, em alguns casos, relativamente maiores do que em outros centros urbanos e comerciais do país. Em São Paulo, por exemplo, ele ganha dimensões bem expressivas, sendo visto também como um problema secular e que perpassa a história e o desenvolvimento da cidade (Cabanes *et al.*, 2011). No Rio de Janeiro, impera essa mesma lógica. Conforme pesquisa desenvolvida por Ribeiro e Elias (1986), esse tipo de comércio tem enorme dimensão no funcionamento da cidade e nos conflitos a ele relacionados. Também no caso do Rio, o comércio popular e de rua remonta ao período da Colônia, sendo retratado em vários escritos sobre a história da cidade, sobretudo após a chegada da família real ao Brasil.

As análises da dimensão do comércio informal no Recife, bem como em outras capitais latino-americanas, costumam se vincular às explicações dadas para as atividades informais no seu conjunto e, em geral, estão associadas à forma como se desenvolveu o capitalismo periférico, trazendo questões centrais ligadas ao problema do desemprego, aos custos da formalização, à baixa qualificação da força de trabalho e à questão salarial. Assim, para analisar e compreender o desenvolvimento do comércio informal no Recife, é necessário percorrer uma linha de raciocínio baseada em uma perspectiva sócio-histórica, que aponta a necessidade de se lançar o olhar e buscar a raiz dos processos na história social do lugar.

O comércio informal no Recife tem sido associado à história dos mascates, denominação dada aos mercadores ambulantes, árabes, portugueses, estes últimos predominantes, os quais percorriam estradas e vilas vendendo vários objetos manufaturados, entre outros artigos. Esses mercadores ambulantes mais tardiamente constituiriam, juntamente aos homens livres e bem-sucedidos no comércio da praça, uma burguesia comercial que se contrapôs à antiga aristocracia rural concentrada em Olinda, o que resultou em uma revolução conhecida na história como “Guerra dos Mascates”¹⁹. Diferentemente dos homens livres pobres (brancos e negros libertos) e dos escravos de ganho e de aluguel²⁰, que, na época, ficavam nas ruas do Recife prestando serviços e/ou vendendo artigos oriundos dos seus quintais e das redondezas, os mascates já se fixaram aqui com o intuito de ganhar dinheiro.

Devido à sua condição de cidade portuária, o Recife se destacava com as constantes transações comerciais, fato que assegurou a condição de centro comercial importador e

¹⁹ Conflito ocorrido no estado de Pernambuco entre 1710 e 1711, o qual envolveu proprietários de terras de Olinda e a elite comercial de Recife, constituída em grande parte por imigrantes portugueses (Botelho; Reis, 2008, p. 98).

²⁰ Escravos de ganho eram aqueles que desempenhavam funções remuneradas, como a de vendedor ambulante ou prestador de serviços, entregando aos seus respectivos donos uma parte daquilo que recebiam das vendas. Já os escravos de aluguel eram os cedidos por seus donos para os serviços prestados a outros senhores.

exportador da região.²¹ Com o término da ocupação holandesa, a cidade se encontra em outro nível de crescimento, recebendo um número cada vez maior de imigrantes portugueses que chegavam para auferir ganhos e enriquecer. Esses imigrantes se juntavam aos que já estavam fixados, vivendo da venda de mercadorias na cidade. Enquanto se fixava no porto o comércio em grosso que abarcava as importações e exportações, o comércio de varejo era, na sua totalidade, exercido pelos mascates (Fundação Joaquim Nabuco, 1992, p. 38). De fato, as dificuldades relativas ao transporte e à comunicação, bem como o caráter recluso da vida na colônia, conferiram a essa forma de comércio um caráter de atividade essencial.

O comércio de rua na cidade era visto sob a perspectiva da ilegalidade e de sua contraposição ao comércio da praça, onde se fixava o comércio formal, argumentos esses que, somados àqueles que vieram em seguida – violência, higienismo, mobilidade –, continuam em destaque para tratar dos problemas centrais no uso do espaço da cidade e no seu funcionamento. Até hoje, essas problemáticas ainda permeiam a realidade do comércio nas principais ruas e avenidas da cidade, mais diretamente, na área que envolve o camelódromo calçadão dos mascates.

Entre o início da colonização portuguesa e a retirada dos holandeses, a principal atividade econômica do Nordeste, principalmente em Pernambuco, estava diretamente ligada aos engenhos de açúcar, embora o pico da produção ocorrera na fase anterior a 1630. Segundo Mello (2012, p. 57), registra-se que, naquele período, havia 118 engenhos moendo na capitania, os quais, somados aos engenhos da capitania de Tamaracá²², da Paraíba e do Rio Grande do Norte, abarcavam um total de 161 engenhos. Darcy Ribeiro (1995), ao escrever sobre o *Brasil Crioulo*, registrou que os nossos primeiros engenhos surgiram antes de 1520 e se dispersaram por todos os pontos da costa habitados por portugueses, finalmente se concentrando no Nordeste, principalmente em Recife, Olinda e Salvador. Na perspectiva apresentada por Ribeiro, a massa humana organizada em função do açúcar exerce função socioeconômica atípica em relação às americanas e europeias de então, em razão do seu caráter de empresa colonial destinada a lograr propósitos mercantis claramente buscados.

É notório o impacto da abolição da escravidão na província de Pernambuco, mais precisamente, no Recife. Os escravos que viviam no campo sob a proteção e exploração dos ricos, ao se verem na condição de homens livres e pobres, sentiram-se impelidos a buscar meios

²¹ Recife, cujo povoamento foi contemporâneo do de Olinda – centro colonial da capitania –, só começou a se erguer após os holandeses se apoderaram de Pernambuco. Até então, a sua configuração ficava à mercê das atividades do seu porto, onde ancoravam os navios comerciais (Mello, 1981, p. 114).

²² Nomenclatura usada, também, na época para designar a Capitania de Itamaracá.

para sua sobrevivência e, assim, aspirar à autonomia como forma de resistência ao controle externo sobre o trabalho que, no olhar do branco, era visto como uma obrigação de escravo. Esse desejo por autonomia foi enfatizado pelo que Holanda (1995) apontou como um traço da formação do caráter nacional. Tal desejo por autonomia não é compreendido apenas como legado da herança ibérica, como estratégia de resistência ao controle externo sobre a atividade de trabalho. Ele decorre também das explorações presentes nas relações entre senhor e escravo, patrão e empregado, conforme destacado por Barbosa (2011, p. 16):

[...] mesmo após a abolição, o Brasil contaria, quando muito, com mercados de trabalho incompletos e regionalizados, onde as relações de trabalho não capitalistas se destacavam, assim como o autoritarismo dos “empregadores”. [...] a consolidação do mercado de trabalho pós 1930 – mesmo nos momentos de maior crescimento do produto e do emprego e de crescente diversificação das ocupações e das situações de classe – não permitiu superar as características que o marcaram durante a sua construção e regulação.

Até meados do Século XIX, a população de Recife esteve distribuída entre os subúrbios e os arredores, além dos bairros centrais da cidade. Nos engenhos e nos sobrados urbanos, onde estavam as famílias com poder aquisitivo mais elevado na época, ou nos mocambos habitados pela parcela pobre da população, as dificuldades de abastecimento eram grandes. O sistema de comunicação e de transporte precários, além do estilo de vida recolhido e afastado do convívio social, continuamente, transformava os mascates e vendedores ambulantes em importantes agentes no processo de circulação de mercadorias, além de serem os responsáveis pelo abastecimento de grande parcela da população da cidade.

As práticas de fiscalização e policiamento existentes na época eram insuficientes e incapazes de conter a rede de fornecedores que abastecia os ambulantes. O poder público local tentava de inúmeras formas punir os infratores. Porém, as resistências eram fortes, chegando, em meados do Século XIX, a existir em Recife mais de mil mascates (Costa *Apud* Bompastor, 1994). A infraestrutura urbana e os serviços públicos básicos praticamente inexistentes afirmavam ainda mais a crise desses e de outros bairros: problemas ligados aos sistemas e redes de esgoto, habitação, circulação nas vias de acesso ao porto, entre outros.

De fato, o imaginário construído nesse período vinculava as cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife e Salvador, à ideia de atraso e desordem. Ao fugirem dos padrões modernos, as áreas centrais, nas quais se concentrava significativa parcela da população, exibiam aos visitantes problemas estruturais, conforme destacado no parágrafo anterior. Ao apontar alguns desses problemas na área central do Recife naquela época, o relato de Sette é bastante claro:

[...] as vendedoras de bola ou tapiocas sentam-se em plena via pública [...] veem-se com fartura cabras, porcos, cavalos à solta. Um rapo ônibus a mular dobra uma esquina. As pontes são de madeiras [...] negros carregam nas barricas mal cheirosas os dejetos humanos [...] tornara-se usual despejar (as águas servidas) de varanda abaixo, quando se vive em sobrado, o lixo é enterrado no fundo dos quintais ou atirado pelos escravos à maré. As condições higiênicas iam refletindo essa consequência de um péssimo sistema de eliminação de fezes e águas sujas. Sobretudo quando as epidemias assaltavam o Recife (Sette *apud* Bompastor, 1994, p. 33).

Durante esse período, na Europa, nasce uma nova concepção em termos urbanísticos, fruto das discussões de médicos, sanitaristas e reformadores com objetivos de melhorar os inconvenientes da cidade industrial que nascia. Implementadas em meados do Século XIX, tais melhorias englobaram a realização de obras viárias, com a reconstrução de ruas, edificações e moradias e outros espaços públicos, transformando as cidades em referências de modernização e civilização. Com isso, a elite brasileira assimila esse novo ideário e a viabilidade desse novo e moderno projeto de sociedade se apoiava não só em uma ideia de reestruturação dos espaços da cidade, mas, sobretudo, em uma transformação do indivíduo em cidadão “útil”, inserido em um contexto no qual o zelo pelo trabalho representava um caminho único para construção de uma sociedade civilizada e progressista.

Surgem no Recife, em meados do Século XIX, as primeiras iniciativas no sentido de modernizar a cidade e instituir leis disciplinando as práticas e os costumes das camadas populares. Sob o mandato do Conde da Boa Vista (1837 – 1844), foram restauradas calçadas e pontes das principais vias de acesso à cidade, além da construção de praças e da abertura de ruas com a implementação dos serviços de iluminação e água.²³ No entanto, apenas em 1905 os projetos de urbanização de fato começam a se transformar em realidade. No entanto, a população pobre que residia nas principais vias da área central se tornou empecilho à concretização dos objetivos elencados no projeto. Residindo nessas áreas onde se desejava abrir os *boulevards* e desenvolvendo o comércio ambulante, essa parcela da sociedade foi a mais atingida com as leis de moralidade e ordem nas novas cidades. Assim, essa parcela da população foi empurrada para as áreas periféricas da cidade e suas tradições e costumes foram reprimidos em função de um padrão europeu de civilização.

É nessa fase que são elaboradas de forma mais sistemáticas as primeiras leis de repressão aos pequenos ofícios urbanos, como no caso do comércio ambulante. A estrutura imposta pelo Estado às grandes cidades tende a limitar/restringir os locais do comércio de rua, construir grandes centros, a exemplo do camelódromo, objetivando abrigar os ambulantes a se

²³ É válido destacar que nem toda parcela da população foi beneficiada por essas ações e serviços públicos. Como ainda acontece hoje, muitos moradores foram prejudicados.

concentrarem em locais fechados. É dessa época a construção de vários mercados públicos, como o de São José, inaugurado em 1875. É também nesse período que o Estado estipula pontos específicos para o desenvolvimento do trabalho dos ambulantes. Como destacado por Bompastor (1994, p. 36), os locais a serem ocupados por esses trabalhadores seriam o “Bairro de Santo Antônio, largos e praças do Carmo, da Penha, imediações do Bairro do Recife, e no Largo da Matriz da Boa Vista”. Assim, fica proibido a esses ambulantes a comercialização de suas mercadorias em outros locais fixos ou espalhados pelas ruas, sob pena de multas.

Nessa tentativa de organizar e disciplinar o comércio ambulante na cidade, os governantes adotam medidas com objetivo claro de restringir a circulação dos trabalhadores pela cidade, valendo-se da construção dos mercados públicos, das feiras fixas e, posteriormente, da construção do camelódromo. O principal ponto que tem levado os governantes à disciplinar e reprimir o comércio de rua foi compreender que tal tipo de atividade não poderia fazer parte do novo conceito de cidade, por ir de encontro aos padrões de beleza e de desenvolvimento urbano da época, além da concorrência com o comércio formal na localidade.

O maior problema era a concorrência dos ambulantes com os varejistas locais. Em tempos de crise, as tensões aumentavam e o comércio formal travava vários embates contra a atividade dos ambulantes, relegando-os pelos males que afligiam ao Recife na época. Mesmo com as tentativas de disciplinamento e repressão, o comércio ambulante cresceu durante todo o Século XX, ocupando cada vez mais espaços na economia local, principalmente em tempos de crise, incorporando-se às tradições e à paisagem urbana da cidade.

Ao longo dos anos 2000, houve um recuo nas ações de controle do comércio informal, o que propiciou ações de ocupação às ruas. Isso teria estimulado os comerciantes informais a permanecerem nas ruas no aguardo de serem contemplados por qualquer política de proteção do poder público ao setor que, porventura, fosse desfraldada. Araújo (2013, p.32-133) destaca que:

Em 2010, o descontrole urbano mostrou-se insustentável e as críticas à gestão municipal recrudescentes, incitando a necessidade de uma resposta à sociedade, o que resultou na formatação do programa **Recife Nosso Centro**, no âmbito do qual ocorreu uma intervenção no comércio informal das ruas Sete de Setembro e do Hospício e em parte da Avenida Dantas Barreto [...] (Araújo, 2013, p. 32-33, grifo do autor).

As ações previstas para o comércio informal no âmbito desse programa resultaram na diminuição do número de ambulantes nas principais ruas e avenidas da cidade, com destaques expressivos, conforme apontados por Araújo (2013, p. 33): na Rua Sete de Setembro (reduzido para 61, um pouco mais da metade), na Rua do Hospício (reduzido para 61) e no trecho

trabalhado da Avenida Dantas Barreto (reduzido à mais da metade do anterior). O comércio informal, que, ao longo dos anos, desde a sua criação, tem se apresentado em escala aumentada, torna-se uma realidade cada vez mais complexa, exigindo esforços redobrados da parte de quem se aventura nesses espaços, sobretudo dos trabalhadores ambulantes e camelôs. Sendo, portanto, um dos ramos mais expressivos que se sobressai no universo da informalidade, esse tipo de comércio foi visto como expressão da estrutura econômica capitalista. Percebe-se que, ao longo dos anos, apenas os fatores conjunturais isolados não dão conta de explicar a sua permanência em escala tão expressiva no centro da cidade.

No centro do Recife, os comerciantes informais estão em toda parte. No entanto, com a criação e, mais recentemente, a partir de 2024, com a ampliação e requalificação do camelódromo, facilitou-se a fixação de boa parte desses antigos ambulantes, os quais podem praticar livremente o seu comércio, muitos inclusive com licença concedida pela própria prefeitura. Vários desses trabalhadores vêm de outros municípios da região metropolitana, principalmente aqueles mais próximos do Recife, como Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Paulista etc.

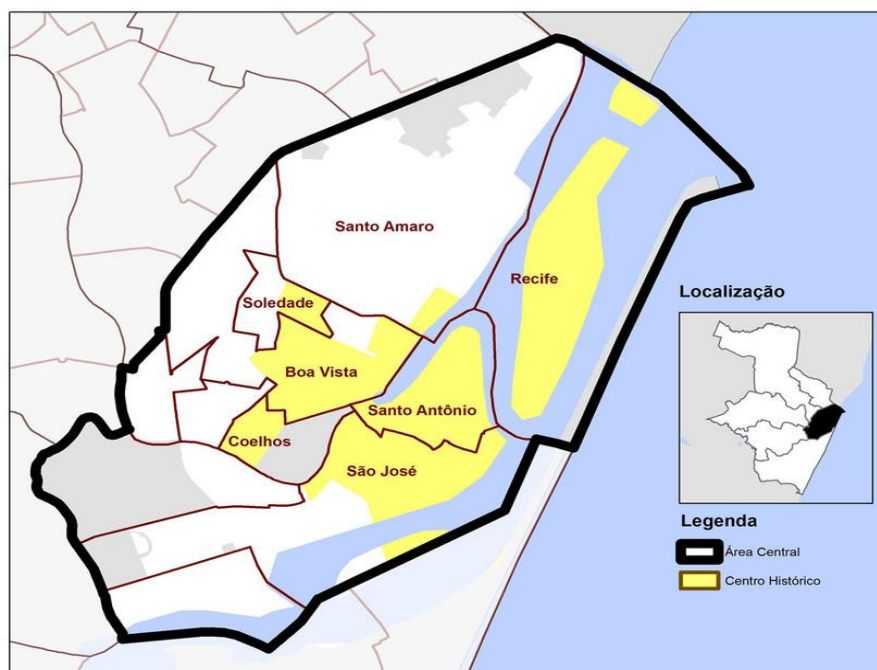
No tocante ao ordenamento do comércio informal, segundo pesquisa realizada por Araújo (2013, p. 67)²⁴, nos últimos anos, essa atribuição ficou mais difícil de cumprir, pois a atividade na região tem se tornado cada vez mais complexa, destacando-se os seguintes fatores: i) ficou mais difícil a identificação dos comerciantes de rua; ii) a reposição dos estoques passou a ser feita com mais rapidez, deixando claros os vínculos existentes entre alguns empresários que utilizam o comércio informal; iii) os produtos importados, sobretudo os chineses, invadiram esse mercado e são comercializados mediante arranjos diversos; e iv) ficou mais difícil controlar o trabalho de fiscalização. Representantes da Prefeitura reconhecem ainda que houve, na última década, uma flexibilização equivocada na forma de lidar com o comércio informal nas ruas centrais da cidade, resultando assim em ocupações desordenadas do espaço público e no fortalecimento das tramas que estão na retaguarda desse comércio.

Na pesquisa realizada por Andrade (2014, p. 94), foram constatadas descontinuidades dos espaços dos comerciantes de rua, sobretudo em relação aos ambulantes. Mesmo sendo encontrados em vários pontos da área central, os espaços produzidos por tais trabalhadores não apresentam uma contiguidade, o que pode ser explicado pelas ruas pouco movimentadas ou pela proibição para se estabelecer em determinados locais, legitimada por uma intensa fiscalização. As principais vias de concentração desses trabalhadores ambulantes são: a

²⁴ Nesta parte da pesquisa realizada por Araújo (2013), na ocasião, foi realizada uma entrevista com um técnico responsável pelo ordenamento do comércio informal na área central do Recife.

Avenida Dantas Barreto (localizada no bairro de Santo Antônio), a Rua Sete de Setembro e Rua do Hospício e a Avenida Conde da Boa Vista (localizadas no bairro da Boa Vista). Essas localidades concentram um intenso fluxo e movimentação de pessoas (Figura 19), refletindo no comércio local.

Figura 19 – Localização das vias com maiores concentrações do comércio informal - área central



Fonte: Prefeitura do Recife, 2018.

A análise das mudanças ocorridas no comércio popular e informal do Recife mostra dois aspectos centrais. O primeiro diz respeito aos impactos e a importância sociohistórica que esse tipo de atividade exerce na dinâmica de trabalho na área central da cidade, e como os trabalhadores desse tipo de comércio lidam com a precariedade e a informalidade nas suas vivências laborais. O segundo aspecto trata da atuação do poder público municipal, que se vê pressionado pelos trabalhadores e outros segmentos da sociedade que cobram a responsabilidade da gestão pública pela organização do comércio popular na cidade e os serviços que ele oferece e, mais precisamente, o apoio sistemático e contínuo aos trabalhadores em meio às suas rotinas e condições de trabalho.

3.3 Desigualdades no trabalho: elementos para análise com base no camelódromo de Recife

A cidade do Recife se caracteriza desde a sua gênese como sendo um lócus propício

para as práticas de transações comerciais. Durante muito tempo, também se configurou no cenário nacional como o principal centro de trocas de mercadorias. Porém, hoje esse papel se reduz à esfera do comércio regional. Construir uma análise social e crítica sobre as desigualdades que permearam e ainda permeiam o comércio informal, mais precisamente o camelódromo, pressupõe lançar olhares para um conjunto contraditório de fenômenos históricos, políticos, culturais e sociais, conforme já apresentados em tópicos anteriores desta seção.

Ao analisar as experiências dos camelôs no centro do Recife e a maneira como as desigualdades sociais no trabalho (em termos das vendas realizadas pelos camelôs, dos tipos de produtos comercializados, da localização dos boxes nos respectivos módulos, os impactos na movimentação dos clientes e a questão da desproteção social) estão presentes nas suas práticas e vivências laborais, destacou-se a relação desses indivíduos com seu espaço de trabalho, entendido como espaço de comercialização. Tal espaço, enquanto território social, econômico e laboral, é um fenômeno que demarcou territórios comerciais e temporalidades específicas para o trabalho. Isso se tornou evidente quando o camelódromo surgiu por intermédio do poder público municipal, reorganizando a atuação dos antigos ambulantes, estabelecendo-os em um ponto fixo, possibilitando a venda de seus produtos.

Alguma pesquisas sobre os trabalhadores informais contribuem significativamente para ampliar os olhares e as discussões acerca das realidades de vida e trabalho dos camelôs de Recife e de como a questão da desigualdade passa a ser um elemento central para ampliar o entendimento acerca do funcionamento do camelódromo. Goulart (2008), ao realizar um estudo sobre a atividade de camelô, direciona suas análises sobre a trajetória e a identidade desses trabalhadores na cidade de Pelotas (RS). Apesar do termo “camelô” impactar amplamente essa atividade de comércio de forma degradante, a autora ressalta que foi possível verificar, ao longo do tempo, uma série de estratégias utilizadas por vários desses sujeitos a fim de se tornarem mais comerciantes do que camelôs. Tais estratégias são pautadas nas tentativas de regularização da atividade por meio de assinatura das carteiras dos funcionários, da formalização da atividade como microempresa e do pagamento de imposto, por exemplo.

A pesquisa desenvolvida pela autora verificou que os camelôs não poderiam, ainda que o quisessem, assumir uma identidade centrada no ser camelô “em tempo integral”, se, por meio dessa palavra, pretende-se associar significados comuns e que são enfrentados em muitas localidades, incluindo precariedade no trabalho, falta de opções, baixo rendimento e ilegalidade em relação aos registros da atividade. A pesquisa conduzida por Goulart (2008) foi realizada em um camelódromo, o que, de certa forma, possibilitou a constatação dessa ampla

ambiguidade entre o que é ser um verdadeiro comerciante ou apenas camelô. Tal constatação mostrou que há, na constituição dos camelódromos, elementos de uma historicidade que ainda vincula os camelôs à questão da informalidade e precariedade, bem como àqueles aspectos ligados à legalidade e formalidade. Ao destacar o processo de aquisição de mercadorias, segundo a autora, os camelôs exercem de forma tradicional. Mas, no processo de comercialização, existem aspectos atrelados à formalidade nas ações com a constituição dos camelódromos, em razão da proibição de venda de alguns produtos, além da necessidade de formalizar o negócio como microempreendedor individual.

A etnografia realizada por Quezada (2008), entre os camelôs de Copacabana, no Rio de Janeiro, evidenciou que, no início do Século XX, esse tipo de atividade era visto como atrasada e insalubre em relação às atividades desenvolvidas e modernas. De certa forma, o trabalho de comercialização tinha importância, apesar da ilegalidade, da informalidade e da grande quantidade de ambulantes predominantes na paisagem urbana da cidade. Apesar de ser considerado um “problema social”, o mercado ambulante no Rio de Janeiro era visto de forma secundária, pela preocupação do poder público ser com a questão da limpeza urbana e modernização da cidade. Ainda que essa atividade gerasse uma interferência negativa no tecido urbano, esse mercado se tornava marginalizado nas preocupações sobre a cidade em si.

Diante dessas considerações, a autora enfatiza que o mercado ambulante, embora considerado uma instituição urbana, tornou-se uma problemática pública e social, dada a relação deste mercado com a pobreza, a marginalidade e a precariedade. Nesse sentido, a imagem do camelô aparece na cidade do Rio de Janeiro vinculada à prática de contrabando e pirataria de produtos. Esses trabalhadores para, então, se furtarem da fiscalização, utilizavam bolsas de viagens ou sacolas na tentativa de conseguirem livre trânsito. Na descrição de sua trajetória etnográfica, Quezada (2008) salienta que existiam camelôs mais dependentes da “camelotagem”, enquanto outros funcionavam mais como “camelôs ambulantes”, os quais procuravam desenvolver a função como uma alternativa para aumentar a renda familiar.

Tendo como base outro trabalho etnográfico realizado entre os camelôs das cidades de Marília, Presidente Prudente e São Paulo, Rodrigues (2008) destaca a questão que os camelôs possuem pontos fixos, em espaços denominados “camelódromos” ou nas ruas, enquanto que os ambulantes não. Ao tomar como referência a ideia de território, a atividade de camelô possui como particularidade o espaço conquistado e dominado para a prática de sua função. Além desse aspecto peculiar, na pesquisa do autor, foi possível identificar diferenças entre o camelô e o sacoleiro. Enquanto o camelô possui um espaço e um ponto fixo para comercialização dos produtos e serviços, o sacoleiro se concentra em locais estratégicos de compras com baixos

preços e, muitas vezes, revende parte das mercadorias para os camelôs locais.

Um destaque à pesquisa de Rodrigues (2008) está no que ele chamou de “camelotagem”. Essa denominação é utilizada para se referir à relação de trabalho desenvolvida pelos camelôs com as atividades conexas, realizadas por outros trabalhadores, mas, que em determinados casos, podem exercer mais de uma atividade. O autor procura destacar que um camelô pode ser, ao mesmo tempo, camelô e sacoleiro, ou camelô e ambulante, ou mesmo possuir um boxe e trabalhar no setor formal sob relação de assalariamento. Mesmo identificando esse circuito da “camelotagem”, as observações e os registros realizados durante a pesquisa constataram que o trabalhador camelô é caracterizado e definido enquanto tal pela posse de um ponto fixo, cuja conquista, disputa e controle são fatores fundamentais para o desenrolar de inúmeros conflitos que perpassam esse tipo de atividade comercial.

As discussões realizadas por diversos autores (Goulart, 2008; Quezada, 2008; Rodrigues, 2008) acerca das atividades dos camelôs em diferentes partes do Brasil são úteis para introduzir e ampliar a compreensão acerca das vivências laborais dos camelôs em Recife, bem como demarcar os principais elementos que perpassam as desigualdades no camelódromo. Percebe-se que, diante do percurso realizado por esses autores, o mercado camelô se constitui como uma atividade disseminada no contexto das cidades, muitas vezes ligada à problemática da precariedade, da informalidade e dos problemas estruturais da absorção de mão de obra.

Diante disso, o trabalho dos camelôs surge, então, como uma prática urbana, dada as condições e as mudanças sociais, econômicas e estruturais que impulsionam novas configurações sobre as relações entre os indivíduos e sobre a dinâmica das ações realizadas no contexto urbano. Nesse sentido, Certeau (1990) enfatiza a necessidade de visualizar e analisar a dinâmica nas cidades segundo as práticas urbanas, que permitem detectar a heterogeneidade das ações urbanas, incluindo as múltiplas realidades de trabalho encontradas no tecido urbano ou, mais precisamente, nas áreas centrais das cidades. Com isso, distanciar-se dessas compreensões generalizantes de cidade permite retirar a atividade laboral dos camelôs do complexo que relaciona essa experiência de trabalho às referências de uma casta social marginalizada, de um trabalho precário ou mesmo de um grupo que procura formas de sobrevivência em meio à informalidade. Para Mendes e Cavedon (2012, p. 139):

Nestas práticas há a filiação dos aspectos simbólicos, como mitos, ritos, crenças, ideias, leis, regras e normas, ao mercado camelô em si e às peculiaridades regionais, da sua história, da forma como esse mercado foi constituído, da estrutura e existência sobre esse mercado, entre tantas outras peculiaridades. São esses aspectos simbólicos que produzem papéis diferenciados aos sujeitos integrantes, com nomes específicos e peculiares em

cada região [...].

Logo, fica claro que esses papéis e valores simbólicos concedidos a esses sujeitos permitiriam verificar e analisar as disposições sociais desiguais de onde as relações de poder estariam manifestas, como nos casos que envolvem os embates diferenciados em cada região e localidade com o poder público e os comerciantes. Então, com base nessas disposições desiguais, entende-se os fios que delimitam as relações entre formal e informal, bem como as possibilidades de um mercado e suas limitações.

Ao propor uma sessão da pesquisa para analisar a questão das desigualdades sociais no camelódromo de Recife, é necessário, antes, traçar, alguns elementos teóricos que demarcam o conceito de “desigualdade” e que serão úteis para compressão acerca dos desafios e das múltiplas realidades vivenciadas pelos camelôs nesse espaço de trabalho. Conforme destacado por Pires (2019, p. 15), o primeiro pilar fundamental para o desenvolvimento de análises e abordagens acerca da temática em questão se relaciona com o desenvolvimento de perspectivas multidimensionais e interseccionais sobre o fenômeno da desigualdade social. Quanto a isso, o autor destaca que esse desenvolvimento tem contribuído para uma ampliação da concepção de desigualdade social até então restrita à ideia de desigualdade de oportunidades, ou seja, diferenças identificadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados. Nesse sentido, as críticas a esse reducionismo teórico têm contribuído para abertura de caminhos a fim de ampliar a compreensão da persistência e das variadas formas de perpetuação da desigualdade.

A definição restrita de desigualdades apresenta, até certo ponto, vantagens práticas por oferecer uma base mensurável para estabelecer comparações entre indivíduos e sociedades nacionais. Porém, não leva em conta outras dimensões consideradas mais complexas. Para Costa (2019, p. 53)²⁵, objeções recentes a essa definição podem ser classificadas em quatro grupos distintos, conforme o aspecto específico: 1) desigualdades de quê; 2) desigualdades entre quem; 3) desigualdades quando; e 4) desigualdades onde. As mudanças observadas recentemente na dinâmica de trabalho no camelódromo de Recife representam um contexto privilegiado para analisar em que medida essas diferentes dimensões das desigualdade no trabalho se perpetuam nas práticas e vivências dos camelôs.

O trabalho do camelô surge como uma alternativa de fonte de renda em períodos de crises econômicas, determinado tanto pela falta de perspectivas profissionais e futuras e baixos

²⁵ Artigo “Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil”, publicado na coletânea “Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas”, organizado por Roberto Rocha Pires (IPEA, 2019).

salários oferecidos pelo trabalho formal ou mesmo informal, quanto por determinações culturais que fazem parte do processo de socialização e da trajetória do trabalhador. Nesse sentido, o trabalho no comércio popular e informal envolve não apenas aspectos e dimensões econômicas e políticas na sua organização, mas também as sociabilidades formadas. Nesse sentido, abordar a discussão acerca das desigualdades no camelódromo de Recife envolve captar, primeiramente, as perspectivas dos trabalhadores acerca das dinâmicas e das experiências no comércio popular e informal, bem como as realidades cotidianas enfrentadas no espaço de trabalho. Com isso, a análise de trajetória de camelôs se configura como um importante recurso metodológico que permite complexificar e captar as variáveis da desigualdade no trabalho as quais envolvem desde aspectos relacionados à localização dos boxes nos respectivos módulos até as relações entre os próprios camelôs em relação à comercialização dos produtos e destes com os comerciantes (formais) da localidade, além da desproteção social.

4 DIMENSÕES DA PRECARIEDADE: AS TRAJETÓRIAS E AS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES DO CENTRO DE RECIFE

Nesta seção, aborda-se a análise das disposições para o trabalho e a relação com a constituição de trajetórias sociais específicas, em que se destacam as trajetórias ocupacionais de trabalhadores que se encontram em situação de informalidade e precariedade. Busca-se, com isso destacar conceitos adotados por Pierre Bourdieu que possibilitam a compreensão das interpretações sobre as dimensões da precariedade vivenciadas pelos camelôs do centro de Recife.

4.1 As disposições sociais no esquema teórico de Bourdieu

Pierre Bourdieu procurou abordar as múltiplas dimensões da desigualdade entre os indivíduos no mundo social e as forças em ação, tanto no sentido de reproduzir como para modificar esse sistema.

Um dos principais arcabouços teóricos que marcaram a tradição sociológica arquitetada por ele, e que ocupa lugar central como instrumental explicativo das relações entre os agentes e o meio social, é o conceito de *habitus*:

Sistemas de disposição duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que por isso sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptada a seu objetivo sem supor a visão consciente dos fins e o domínio expresso das operações [...] (Bourdieu, 1974, p. 40).

O conceito se relaciona com a capacidade de uma dada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir. Desde então, Bourdieu defende que os agentes funcionam de acordo com uma disposição socialmente construída, partilhada e incorporada pelos membros de uma determinada coletividade. Sendo assim, o *habitus* orienta a posição do indivíduo no espaço social e as condições objetivas, formando os princípios geradores que determinam o conjunto de preferências de uma maneira geral.

Por ser produto de um processo histórico, o *habitus* é um sistema de disposições aberto a novas experiências, sendo permanentemente afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável (Bourdieu, 2002). É válido recuperar o pensamento do autor para registrar a centralidade da ideia de disposições:

[...] disposição parece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): com efeito, ele

exprime, em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando então sentido próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, uma maneira de ser, um estado habitual e, em particular, uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação (Bourdieu, 194, p. 61).

Segundo a perspectiva bourdieusiana, é também por meio do *habitus* que os sujeitos se diferenciam de outros indivíduos. Essa distinção sofre variações de acordo com as estruturas e as diversas possibilidades individuais no tecido social (Bourdieu, 1994). Conforme apresentado por Setton (2002), o *habitus* em Bourdieu está relacionado às disposições incorporadas pelos agentes no decorrer do processo de socialização, integrando experiências vividas e agindo como uma matriz de percepções, apreciações e ações. Esse conjunto de disposições fornece os esquemas necessários para a intervenção dos indivíduos na vida cotidiana. Tais disposições não são fixas, não são a personalidade e nem a identidade dos indivíduos: “*habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa” (Bourdieu, 2002, p. 83).

Bourdieu argumenta que cada sujeito, em função de sua posição na estrutura social – definida em termos estáticos, volume e peso relativo dos diferentes capitais possuídos (econômico, cultural, simbólico e social), e dinâmico, trajetória social (ascendente ou declinante) –, vivenciaria uma série de experiências que estruturariam internamente sua subjetividade, constituindo, assim, a matriz que orientaria suas ações em todas as situações subsequentes. Portanto, essa matriz que constituiria o *habitus* não corresponderia, no entanto – conforme enfatizado pelo autor – a um conjunto inflexível de regras de comportamento a serem indefinidamente seguidas pelo sujeito, mas, diferentemente, constituiria um “princípio gerador duravelmente armado de improvisações regradas” (Bourdieu, 1983, p. 65). Nesse sentido, o *habitus* seria formado por um sistema de disposições gerais adaptadas pelo sujeito a cada conjuntura específica da ação.

Bourdieu destaca essa dimensão flexível do *habitus*, o que ele chama de relação dialética ou não mecânica do *habitus* com a situação, inicialmente, como forma de evitar uma recaída no objetivismo. O autor insiste que o *habitus* seria fruto da incorporação da estrutura e da posição social de origem do sujeito. Tal estrutura incorporada seria posta em ação, ou seja, passaria a estruturar as ações e representações dos sujeitos, em situações que diferem, em certa medida, daquelas nas quais o *habitus* foi formado. O sujeito precisaria então ajustar suas disposições duráveis para a ação à conjuntura concreta na qual ele age.

É importante observar que o conceito de *habitus* desempenha, na obra de Bourdieu, o papel de articulador entre três eixos fundamentais de análise: a estrutura das posições objetivas,

a subjetividade dos indivíduos e as situações concretas de ação. É por meio dele que Bourdieu acredita superar os dilemas do subjetivismo e do objetivismo. A posição de cada sujeito na estrutura das relações objetivas possibilitaria um conjunto de vivências que tenderiam a se consolidar na forma de um *habitus* adequado à sua posição social. Esse *habitus* faria esse sujeito agir em diferentes situações sociais, não como indivíduo qualquer, mas como um membro típico de um grupo social que ocupa uma determinada posição na estrutura social. Ao agir assim o sujeito, então, colaboraria, mesmo sem sabê-lo, para reproduzir as propriedades do seu grupo social de origem e a própria estrutura das posições sociais na qual ele foi formado.

A convicção de Bourdieu é a de que as ações dos sujeitos têm um sentido objetivo que lhes escapa. Eles agem como membros de uma classe, mesmo quando não possuem consciência disso; exercem o poder e a dominação, sobretudo, simbólica, frequentemente, de modo não intencional. As marcas de sua posição social, os símbolos que os distinguem e situam na hierarquia das posições sociais, as estratégias de ação e de reprodução que são típicas, os gostos, as preferências que a caracterizam, ou seja, as propriedades associadas a uma certa posição social específica são incorporadas pelos sujeitos, tornando-se parte de sua natureza. Nesse sentido, os sujeitos não precisariam de uma visão de conjunto da estrutura social e um conhecimento pleno das consequências objetivas de suas respectivas ações, no sentido da perpetuação das relações de dominação para, com isso, decidirem ou não agir de acordo com a sua posição social. Eles simplesmente agiriam com base nos aprendizados e trajetórias vivenciadas mediante posições sociais específicas e, conforme exposto por Bourdieu, confeririam às suas ações um sentido objetivo que ultrapassa o sentido puramente subjetivo (percebido e intencionado).

A compreensão do *habitus* não pode ser desconectada do que Bourdieu defende como conhecimento praxiológico (Bourdieu, 200, p. 40). Essa teoria da prática sociológica estaria vinculada a uma forma de superação da visão do objetivismo e do subjetivismo. Em destaque, Bourdieu propôs, ao utilizar o conceito de *habitus*, superar uma visão estritamente estruturalista de que todas as ações dos agentes estariam relacionadas com a estrutura social e cultural. Em contrapartida, opõe-se a uma visão subjetivista que propunha um agente reflexivo que conduziria uma mudança pela interiorização das ideias, conforme exposto por Peters:

Na praxiologia estrutural de Bourdieu, a noção de *habitus*, retrabalhada em relação a suas origens aristotélico-tomistas, desempenha precisamente esse papel de mediação entre o individual e o social, referindo-se a uma ‘subjetividade socializada’ que contribui, por sua vez, para constituir e reconstituir o próprio mundo social objetivo que a envolve quando recursivamente mobilizada na produção das práticas dos indivíduos (Peters,

2013, p. 3).

Para Bourdieu, o *habitus* operaria nos agentes como uma disposição que estruturaria as ações no campo social. Ele estaria apresentado de diferentes maneiras, seja na linguagem, na postura corporal ou mesmo nos dispositivos de valorização no empreendimento de uma aquisição cultural. Ao se servir do conceito, Bourdieu acredita poder explicar, sem precisar recorrer a qualquer teleologia consciente de natureza individual ou coletiva, o fato de a ação dos sujeitos ser, geralmente, adequada em relação às condições macroestruturais nas quais ela ocorre e, mais precisamente, o fato de os sujeitos tenderem a agir de acordo com o objetivamente mais viável para os sujeitos com sua localização social.

Bourdieu se refere, portanto, precisamente a um processo de ajustamento estratégico das ações às condições objetivas nas quais elas se realizam. Esse processo faria os sujeitos tenderem a perseguir os objetivos mais viáveis e a escolher as estratégias objetivamente mais adequadas a sua posição social. De fato, a originalidade na perspectiva de Bourdieu, que a diferencia claramente dos teóricos da escolha racional, seria o fato de esse ajustamento não ser realizado pelos indivíduos, no momento da ação, por meio de um cálculo consciente. Ele seria realizado pelo grupo, pelo conjunto dos indivíduos que ocuparam, no decorrer do tempo, essa posição social, sendo acumulado como conhecimento prático a ser incorporado na forma do *habitus*.

A ideia de um ajustamento estratégico às condições objetivas que se realiza de forma não-consciente e não-deliberada e que se acumula como conhecimento prático incorporado (*habitus*) é fundamental na sociologia de Bourdieu, na medida em que permite ampliar as discussões acerca do funcionamento ideológico dos sistemas simbólicos sem precisar recorrer às teses conspiratórias. Em outras palavras, recorrer à ideia de que as representações e os valores dos grupos sociais são deliberadamente ajustados para atender, de forma dissimulada, seja à necessidade de resignação, seja ao interesse de legitimação. Diferentemente, na perspectiva bourdieusiana, a adequação das construções simbólicas de cada grupo social, dos seus modos de percepção e apreciação e dos seus princípios éticos e estéticos em relação aos interesses ideológicos de resignação e legitimação seria realizada, historicamente, por meio de um ajustamento progressivo e não-deliberado dessas construções às necessidades e possibilidades objetivas de cada grupo.

De fato, o argumento de um ajustamento não-deliberado dos grupos em relação às suas condições objetivas de vida às necessidades, possibilidades e interesses a elas vinculados permite a Bourdieu falar de objetivos e estratégias de classe, de usos ideológicos dos sistemas simbólicos, de luta por distinção (classificação) e dominação, sem a necessidade de adotar a

ilusão individualista, que conceberia os indivíduos como participando conscientemente desses processos, ou a coletivista, que conceberia os grupos e classes sociais como completamente organizados e decididos.

Mais do que uma ação social, uma forma de estabelecimento das relações humanas, o *habitus* possui o princípio gerador de práticas que distingue e promove a distinção. Nesse sentido, ele possui a finalidade de diferenciar o que é valorizado ou não no espaço social, delimitando e definindo os comportamentos e as maneiras de se portarem como aceitas, plausíveis e de bom gosto (Bourdieu, 2011). A produção do *habitus* é constituída pela condição de subordinação às regras familiares associadas aos contextos econômicos e sociais que também possuem relações com as características das classes e que perfazem as relações sociais (Bourdieu, 2011). É válido destacar que sua limitação enquanto conceito aparece para o autor somente enquanto se tenta compreendê-lo segundo as concepções que ele nasceu para superar. Isso porque o *habitus* possibilita formas diversas de reconhecer e produzir as liberdades conforme suas condições sociais e de tal forma que, ao mesmo tempo, ele é condicionado pelas estruturas nas quais socialmente as adquiriu.

Só se pode explica-las, portanto, com a condição de relacionar as condições sociais nas quais se constitui o *habitus* que as engendrou e as condições sociais nas quais ele é posto em ação, ou seja, com a condição de operar pelo trabalho científico a relação desses dois estados do mundo social que o *habitus* efetua, ao ocultá-lo, na e pela prática (Bourdieu, 2011, p. 93).

Se o *habitus* pode ser considerado, conforme lembra Peters (2013), um conceito de classe social, ele deve igualmente ser compreendido como uma classe que não se designa somente em relação aos bens materiais e simbólicos, ou seja, nas relações que imprimem as marcas no corpo e na forma de ser daqueles que dividem as mesmas experiências. Porém, a inculcação aprendida na trajetória histórica dos indivíduos é, no entanto, constitutiva de uma longa história particular e faz parte da história das instituições em que os agentes participam.

As diferentes formas e maneiras de agir são, nesses casos, representações dos agentes que concebem essas instituições e que se apropriam da prática com o objetivo de manter ativo o “espírito” desses espaços. Seria uma espécie de personificação de uma entidade social de modo a incorporar as representações sociais dessas instituições. Na perspectiva de Bourdieu, “a propriedade se apropria de seu proprietário” (Bourdieu, 2011, p. 95). Nesse sentido, a existência de *habitus* individuais de agentes de uma mesma classe social é, na verdade, variantes estruturais. Tais variantes estão relacionadas a características associadas às disposições e a posições desses agentes na classe social, bem como as trajetórias individuais que configuram

habitus distintos dos agentes de classes semelhantes.

A importância dessa noção para o estudo sobre os camelôs de Recife é ela poder nortear certo entendimento sobre como o passado dos agentes se operacionaliza em relação às dimensões da vida prática no presente. No caso dos camelôs que participaram do estudo, suas práticas e vivências são profundamente afetadas por suas trajetórias condicionadas por fatores diversos ligados às dimensões da vida social, familiar, do trabalho dentre outras. Nesse sentido, ao falar de disposições, supõe-se um esforço analítico e interpretativo para dar conta dos comportamentos, práticas, opiniões desses trabalhadores com relação às suas condições de trabalho e proteção social. Trata-se, portanto, de fazer aparecer os princípios que geraram a aparente diversidade das práticas em relação às experiências com a precariedade laboral. Nesse sentido, foram considerados nas análises de trajetórias blocos temáticos²⁶ como: família, formação escolar, trabalho e trajetória ocupacional, amizades e vida social, lazer e religião.

4.2 Contribuições e potencialidades dos estudos de trajetórias

À luz das trajetórias e das experiências de trabalho dos camelôs do centro de Recife, esta parte da seção tem como objetivo principal ampliar a análise acerca das disposições sociais desses trabalhadores e sua inserção no comércio popular e informal, cujo padrão e relações de trabalho, conforme demonstrado nas seções anteriores, é histórico e precário. Nesse sentido, são apresentadas seis trajetórias que expressam como múltiplas vivências e realidades de trabalho no camelódromo tem se estruturado e afetado as maneiras de encarar a precariedade e a rotina laboral dos entrevistados. Desse modo, apreende-se também como determinados dramas pessoais estão socialmente imersos nas contradições inerentes às transformações no mundo do trabalho.

A seleção dos entrevistados se pautou na ocorrência de situações que prefiguram trajetórias ocupacionais marcadas pela precariedade, típicas dos trabalhos em comércio populares e de rua, como no caso dos camelódromos das grandes cidades do país. Com isso, almejou-se estabelecer análises profundas das disposições e das trajetórias dos trabalhadores e verificar as consequências sociais da lógica organizacional desse tipo de trabalho. Não se trata de casos generalizáveis, mas, sobretudo, exemplos de trajetórias implicadas em rotinas laborais vinculadas às dinâmicas próprias de trabalho em um camelódromo de uma grande cidade.

Além disso, com a análise das trajetórias, não se almejou o conhecimento de causalidades harmônicas que pretensamente explicariam as condições laborais e as percepções

²⁶ Conforme constam no apêndice desta tese.

dos entrevistados. O objetivo, nesse caso, consistiu em compreender os níveis de tensão entre as estruturas sociais e as ações individuais e, dentro dessa perspectiva, evidenciar a dimensão social presente nas respectivas trajetórias. Ou seja, trata-se de apreender a construção social das respectivas trajetórias desses trabalhadores. É visando compreender tais tensões que se lançou mão dos conceitos bourdieusianos de *habitus* e trajetória. No que tange ao conceito de trajetória, o autor evidencia que:

Não podemos compreender uma trajetória a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou. Logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço dos possíveis (Bourdieu, 2016, p. 92)

Ao fazer uso dessa perspectiva relacional sobre as trajetórias individuais, objetiva-se apreendê-las no curso de suas articulações às mudanças apresentadas no decorrer das experiências e vivências laborais. Daí a pertinência de considerar não apenas a atividade de camelô, pois é importante analisar a construção social das disposições incorporadas ao longo dos percursos laborais. Nesse caminho, considera-se relevante apreender a construção das disposições e de esquemas de percepção acerca do trabalho desempenhado mediante os diferentes processos socializadores vivenciados nos ambientes familiar, social, entre outros. Dessa forma, enfatiza-se os condicionantes sociais relacionados às trajetórias individuais que sedimentaram disposições incorporadas e sistematizadas na forma de *habitus*, conforme aprofundado no tópico anterior.

Os conceitos bourdieusianos foram utilizados com a finalidade de não tomar o objeto de estudo da pesquisa de maneira estritamente dicotômica, isto é, focando nos aspectos estruturais em detrimento dos inerentes aos indivíduos e vice-versa. Isso porque se buscou conhecer os pontos de intersecção entre esses diferentes aspectos. Com isso, por meio da análise de trajetórias sociais, o esforço consistiu em observar e analisar como pode ocorrer o seu entrelaçamento às persistências e às mudanças decorrentes da precariedade e informalidade laboral na periferia. Seguindo essa perspectiva, o autor destaca:

Toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos (Bourdieu, 1996a).

As entrevistas foram realizadas presencialmente no local de trabalho dos camelôs, ou seja, nos seus respectivos boxes no interior do camelódromo em 2023, 2024 e 2025.

Anteriormente, em 2022, foram iniciadas as conversas com esses trabalhadores e observações sistemáticas do campo de estudo a fim de estabelecer aproximações e possibilitar a imersão do pesquisador no espaço. A despeito de seguir um roteiro de entrevista composto por blocos temáticos durante as conversações, foram necessárias aberturas para os entrevistados apresentarem espontaneamente certos relatos e digressarem acerca da questão levantada. Aliás, na maioria dessas digressões, foi possível conhecer, em certa medida, a percepção dos entrevistados em relação às histórias vivenciadas e ao trabalho desempenhado. A opção de preservar a espontaneidade de certos relatos consistiu em considerá-los mais próximos da realidade dos entrevistados. São relatos cujo entrevistado, por estar mais disponível²⁷ no seu box, evita a moderação baseada no viés que almeja imprimir sobre a sua trajetória. Foi por isso que algumas passagens dos relatos de entrevistas assumem um tom mais coloquial. Essa foi a maneira de conduzi-las sem interferências que provocassem rupturas no estilo de narrativa apresentado pelos entrevistados. Destaca-se que os casos analisados e organizados a seguir estão de acordo com a ordem em que as entrevistas foram realizadas. Foram utilizados nomes fictícios para todos os entrevistados a fim de preservar o seu anonimato e, para cada entrevista, apresenta-se uma análise relacionando à trajetória do camelô frente a diferentes contextos socializadores.

A importância da noção de trajetória para delimitação e definição do espaço social se dá em virtude da evolução de duas propriedades definidoras da classe (volume e estrutura de capital), apreendidas em relação a seu estado passado e potencial. A necessidade de abordar a trajetória dos agentes no espaço social e seus respectivos efeitos sobre as práticas se deu em razão do que Bourdieu (2007a) percebeu por uma relação estatística variável entre capital de origem e capital de chegada e porque, em razão disso, algumas práticas não puderam ser associadas somente às disposições relativas à posição social de origem.

Isso de fato pode ser percebido em razão da heterogeneidade das práticas e da origem social de indivíduos que ocupam a mesma posição no espaço social, tendo em vista que as práticas são resultantes tanto dos efeitos de posição e origem social como também do efeito de trajetória, o que inclui as implicações e influências do sentido da trajetória familiar sobre as disposições dos indivíduos.

[...] Essa distinção impõe-se, com evidência, em todos os casos em que indivíduos oriundos da mesma fração ou da mesma família sentem-se

²⁷ As entrevistas foram realizadas durante o expediente normal de trabalho dos camelôs, ou seja, entre 8 e 17h aproximadamente, que é o horário em que eles começam a organizar seus boxes, guardar as mercadorias e fechar o estabelecimento. Nesse sentido, em alguns momentos das entrevistas, alguns estavam mais disponíveis para conversar com o pesquisador (sem cliente por perto e, consequentemente sem movimentação de vendas).

inclinados a tomadas de posição divergentes em matéria de religião ou política pelas relações diferentes com o mundo social, tributárias de trajetórias individuais divergentes e, por exemplo, segundo o grau de sucesso ou não obtido nas estratégias de reconversão necessárias para escapar ao declínio coletivo de sua classe [...] (Bourdieu, 2007a, p. 105).

A influência da trajetória do grupo de origem sobre a trajetória individual se dá porque o legado transmitido (estrutura de capitais) está ele próprio marcado e tensionado pela evolução desse patrimônio de capitais. Destaca-se que, na trajetória social dos pais, agregam-se as trajetórias individuais dos filhos, marcadas pela evolução e transformação de seu próprio patrimônio de capitais, o que incluiria modificações ou estabilidade do volume global, assim como do volume de uma espécie específica em detrimento de outra.

Se a associação do *habitus* com o passado pode ser percebida na pesquisa empírica desenvolvida no camelódromo a partir da correlação entre a origem social e as disposições sociais dos camelôs, pensar a variação da relação entre o *habitus* e o passado perpassa, também, por ponderar sobre quais elementos podem provocar uma certa indeterminação relativa dessa correlação, no caso, o que poderia se “interpor” na associação direta da origem social dos camelôs às suas respectivas disposições sociais. Nesse sentido, além da importância e da necessária problematização acerca da homogeneidade da origem social desses trabalhadores e, particularmente, de certas classes de agentes, pela consideração de que o *habitus* é resultante da articulação envolvendo o conjunto de capitais dos pais, e dos efeitos do processo de socialização escolar na constituição de disposições sociais, seria importante, então, refletir como o “efeito das trajetórias” tem implicações nas explicações do indicador da origem social.

De acordo com a perspectiva de Bourdieu (2007a), a relação que se estabelece entre as práticas e a origem social não é só fruto do “efeito de inculcação” exercido diretamente pela família e pelas condições de existência. Ela é mediada, também, pelo efeito de trajetória que se exerce sobre as disposições pelas experiências do deslocamento no espaço social. Diante disso, a origem social ou a posição originária no espaço social representaria apenas o início da trajetória social, embora funcione também como uma referência paradigmática para ela.

O processo de individualização da trajetória dos agentes pode estar ligada a elementos e fatores diversos, bem como experiências que incidirão sobre as disposições possuídas, modificando-as. Os efeitos das condições e estruturas profissionais e da carreira podem impor transformações na estrutura do capital, em alguns casos, por exemplo, pela necessidade de aumentar o capital cultural possuído ou por características do meio profissional, como “a forma das relações horizontais ou verticais facilitadas por ele que tendem a exercer efeito sobre as disposições e práticas” (Bourdieu, 2007a, p. 99). O autor ainda enfatiza o fato de que não só a

trajetória realizada exerce efeito sobre as disposições dos indivíduos, mas também a trajetória futura (potencial ou desejada).

A partir do exposto, acredita-se que a noção de trajetória pode complexificar a relação entre a posição social (sincrônica) e disposição, entre as condições de existência e os condicionamentos resultantes, pois ainda que os destinos individuais estejam vinculados e marcados pelos destinos coletivos, a reprodução da posição de origem não é mecânica e dependerá de um conjunto de fatores, dentre eles as estratégias de reconversão de capital, as quais nem sempre se estabelecem no mesmo sentido do destino coletivo do grupo de origem.

4.3 Entre o formal e o informal: a trajetória de Djalma

O primeiro caso analisado é o de Djalma. O contato com ele ocorreu por visitas periódicas ao camelódromo entre 2022-2023. A entrevista aconteceu em diferentes dias: uma na primeira semana de março e a outra na segunda semana, durante o expediente diário de trabalho. Todas ocorreram no período da manhã, logo após a abertura do box e início das atividades laborais.

O entrevistado tem 62 anos e é pai de dois filhos, frutos de dois casamentos. Quando a entrevista foi realizada, ele estava em processo de separação e já estava morando em uma casa sozinho. Sua primeira separação, pouco depois do nascimento do primeiro filho, segundo ele, foi motivada por ciúmes constantes por parte da sua ex esposa.

Se o início de sua vida adulta foi marcado por grandes dificuldades, a fase de infância foi encarada por ele como uma fase alegre e relativamente tranquila. Djalma é o filho mais velho de uma geração de dois irmãos e uma irmã. A socialização logo nos períodos da primeira infância foi caracterizada pela presença forte da mãe e pela ausência do pai. Ele sempre contou com a companhia dos irmãos, que conserva até hoje. Todos moram em Recife: *“A minha fase de infância e adolescência foi bem divertida junto com meus irmãos e meus amigos da época”*. Ele informa ainda que, durante boa parte da vida, sua mãe trabalhou na casa de famílias como cozinheira, faxineira ou ajudante. Houve alguns momentos de dificuldades financeiras.

Eu morei muito tempo com minha mãe e meus irmãos. Desde a gente pequeno que ela é separada do meu pai. Desde cedo que ela trabalha em casa de família. Ela foi muito esforçada pra nos dar o sustento, por mais difícil que fosse sua vida dentro e fora de casa. Algumas pessoas da nossa família chegaram a ajudar quando chegamos um período de muitas dificuldades. Então, conseguimos passar por essa fase e sobrevivemos (Djalma).

A mãe de Djalma ocupa um destaque e tem grande importância para sua vida. Djalma destaca que aprendeu “muita coisa boa”: *“sempre se dedicar”, “procurar sempre ser uma boa*

pessoa”, “sempre fazer o certo”. Segundo ele, “uma boa lembrança que tenho das falas da minha mãe é que sempre devemos se dedicar, se esforçar na vida. Então, sempre levei isso comigo. Carrego essa lembrança dela até hoje, até aqui no meu trabalho como camelô, procuro dar o meu melhor quando vendo” (Djalma). Foi sua mãe quem primeiro lhe ensinou a importância de se dedicar e a ter esforço para obter ou conseguir algo na vida.

Minha mãe conversava muito com a gente sobre muita coisa da vida. Uma dessas coisas foi o ensinamento dela, que, apesar de não ter cursos ou concluído, o que hoje se chama de ensino médio, ela sempre foi dedicada quando fazia suas faxinas, ou algum outro serviço na casa das famílias. Ela sempre dizia que procurava dar o melhor dela. Até nos serviços da nossa casa ela sempre foi dedicada. Quando eu chegava da escola com meus irmãos, já tava tudo limpo e pronto e ela sempre alegre (Djalma).

Ao longo da entrevista, Djalma destaca a importância do exemplo da sua mãe no seu crescimento e no dos irmãos. A mãe de Djalma não concluiu o ensino médio. Hoje ela vive sob os cuidados dos filhos devido à idade avançada e a alguns problemas de saúde física. Ela recebe uma aposentadoria de um salário-mínimo²⁸, mas os filhos ajudam financeiramente para compra de medicamentos e outras despesas. Sobre o trabalho dela, Djalma relata:

Era um trabalho que não era todos os dias. Tinha dia que ela saía de manhã e voltava já a noite, dependia muito dos serviços que apareciam nas casas de famílias. Depois teve um tempo que ela ficou muitos anos na casa de um casal de aposentados na época. Eles gostavam muito da minha mãe e não queriam que ela saísse de lá. Então, ela chegou a ficar uns 6, 7 anos por lá (Djalma).

No que tange à sua trajetória escolar, Djalma destaca que ela foi “difícil”, mas sempre gostou de fazer as atividades escolares e a trabalhar, desde cedo. Com muito esforço, ele conseguiu concluir o ensino básico, sempre com o apoio da sua mãe e dos irmãos, os quais, assim como ele, também concluíram e estão trabalhando, dois deles no ramo de comércio. Segundo ele: “Minha época de escola foi difícil e também foi divertida. Demorei pra aprender a ler. Gostava de ir para escola, encontrar os amigos, fazer as lições que os professores passavam, meus irmãos faziam também juntos” (Djalma). No entanto, as dificuldades financeiras (em um período) da sua mãe fizeram Djalma e dois de seus irmãos irem para feira do bairro ajudar os feirantes (conhecidos) para conseguir algum dinheiro e, assim, ajudar nas despesas de casa, sobretudo para comprar alimentos. Quando isso acontecia, Djalma e seus

²⁸ Djalma destaca que sua mãe mora próximo à sua atual residência (bairro da zona norte de Recife) e seus irmãos moram em bairros próximos, o que facilita as visitas constantes e o apoio à mãe. Do mesmo modo, os netos sempre estão ajudando e ficam uma parte do tempo com ela em casa.

irmãos precisavam faltar à escola no período da manhã.²⁹

Essa mudança de rotina, na época, afetou muito seu rendimento na escola, pois precisava sempre faltar as aulas e não conseguia acompanhar os assuntos e fazer todas as lições. Ele recorda que isso começou a desestimulá-lo nos estudos e nas obrigações escolares, deixando-o cada vez mais triste. Trata-se de uma percepção individual das dificuldades enfrentadas. No relato a seguir, percebe-se a ideia de “retomada do indivíduo como único responsável pela infelicidade e a autoajuda para superação das dificuldades” (Bourdieu, 1998a).

Eu fiquei, nesse período, muito triste, porque não estava mais conseguindo acompanhar os assuntos que os professores estavam passando na escola, e já estava faltando muito as aulas. Os professores chegaram a conversar comigo para saber o que estava acontecendo. Tive que falar para eles as dificuldades que minha mãe estava passando. Mas, ainda assim, continuava indo, nos dias que não ia à feira, e os colegas e os professores me ajudaram muito nessa fase. Lembro que eles me passavam os assuntos no caderno (Djalma).

O processo de socialização de Djalma na escola foi muito importante para organizar sua percepção sobre a vida. De acordo com seu relato, os professores da sua escola, a mesma em que seus irmãos também estudaram, exerceram um papel crucial nessa etapa, trazendo importantes lições.

Aprendemos muito com os professores [ele e os irmãos]. Durante esse período de dificuldades que a gente passou na nossa casa, eles conversavam muito, chegavam até a ir na nossa casa e dar todo apoio nas atividades da escola. Lembro até de uma vez que uma professora, no dia que faltei, levou uma “tarefa” no papel com o assunto que ela deu na aula. Pense como fiquei feliz. (Djalma).

O seu ingresso no mundo do trabalho formal se deu por volta dos 18 anos, quando começou a trabalhar com carteira assinada em uma loja de material de construção no bairro em que morava com a família, na zona norte de Recife. O dono do estabelecimento, que o conhecia desde pequeno, ofereceu a ele a oportunidade. Segundo Djalma, “*não teve dificuldades com esse seu trabalho e com a função de atendente*”. Em função de sua nova condição, ele começou a estimular seus irmãos a correrem atrás de algum emprego na cidade. Para ele, o emprego com carteira assinada era uma garantia de uma vida melhor para sua família. Pouco tempo depois, seus irmãos conseguiram empregos também, dessa vez no comércio do centro da cidade. Fazer algum curso profissionalizante ou superior ainda não era o desejo de Djalma.

²⁹ Segundo o relato de Djalma, nesses dias em que ele e os irmãos precisavam ir à feira ajudar, saíam logo cedo de casa, antes das 6h, para abrir organizar as coisas nas bancadas e iniciar as vendas. Porém, ele relata que não ficava toda a manhã. Geralmente, por volta das dez horas, ele e os irmãos já retornavam para casa e logo entregavam o rendimento para sua mãe.

Observa-se que, na trajetória de Djalma, as dificuldades financeiras produziram, pelo menos até certo momento de sua vida, obstáculos para dedicação aos estudos, o que chegou a atrasar um pouco o término do ensino básico. No entanto, ele encontrou razões em si mesmo para complementar a justificativa de insucesso nesse aspecto, indo da separação dos seus pais logo nos primeiros anos de vida, passando pelo processo de criação apenas sob a responsabilidade da sua mãe³⁰, até a necessidade de ir para feira da cidade, no seu período escolar, para colaborar com sua mãe na alimentação, pois as condições financeiras estavam difíceis. Essas características pessoais se constituem como as principais razões, conforme a percepção de Djalma. Ou seja, as condições socioeconômicas impostas na época sobre a sua trajetória são mencionadas de maneira genérica e apenas para reforçar o discurso de que só *“dependia de cada um conseguir sua independência e ser alguém na vida”* (Djalma).

Sua trajetória de trabalho, antes de ingressar no camelódromo, caracterizou-se por empregos com baixa remuneração, alguns informais e outros formais, mas sempre no ramo de comércio e vendas. Conforme destacado, seu primeiro emprego formal foi em uma loja de material de construção, na qual permaneceu por três anos. Ele deixou esse emprego para trabalhar em uma loja de calçados no centro da cidade de Recife, pois, segundo ele, o salário seria um pouco maior do que recebia. Tanto no seu primeiro quanto no segundo emprego, as experiências lhe propiciaram disciplina, responsabilidade e dedicação, e foi na socialização nesses locais de trabalho que, segundo Djalma, ele incorporou importantes valores, criou vínculos com diferentes pessoas e boas experiências na vida adulta.

O meu segundo trabalho foi em uma loja de sapato, aqui mesmo no centro da cidade, perto do Cais de Santa Rita. Eu era vendedor. Fiquei lá um ano aproximadamente. Foi justamente antes de começar a vida como vendedor ambulante. Nesse trabalho, eu pegava às 8 da manhã e largava às 18h. Só tinha uma folga na semana, que sempre acontecia no domingo, e tinha só uma hora pra almoço. Era uma loja pequena. Então, como vendedor, só tinha eu e mais duas pessoas. Nessa época, todos os meus irmãos já estavam trabalhando com carteira assinada, ajudavam também minha mãe e as coisas já estavam bem melhores. Sim, mas eu só passei um ano nessa loja. Depois eu pedi pra sair. Não estava gostando da cobrança dos donos. Era tudo controlado e, nesse tempo, eu chegava cansado em casa e quase não tinha tempo pra aproveitar a família e o lazer. O domingo passava rápido e eu não conseguia nem aproveitar direito. Foi aí que parei e pensei em trabalhar por conta própria, no centro da cidade, como ambulante (Djalma).

Para Djalma, o novo momento como vendedor ambulante nas ruas do centro de Recife³¹

³⁰ No seu relato, Djalma deixa claro que, quando seus pais se separaram, por volta de seus 3 anos de idade, a responsabilidade e o sustento da sua família ficaram apenas para sua mãe.

³¹ Segundo Djalma, os primeiros produtos que começou a comercializar nas ruas do centro de Recife foram camisas, meias, bonés, bermudas, todos voltadas para o público adulto.

lhe oportunizou “*fugir dos controles dos patrões*” e “*fazer sua própria renda*”. Porém, em sua percepção, ele sentiu dificuldades de adaptação a essa nova realidade nas ruas. Entretanto, ele relata que, após alguns dias, passou a gostar e, com muita persistência, conseguia, no final do mês, tirar seu sustento e pagar suas dívidas. A propósito, em seu relato acerca dessa experiência, mais uma vez, nota-se a persistência pela sua própria responsabilização dos ganhos obtidos. Enquanto lamenta por “*ter parado de estudar*”, desde que concluiu a educação básica (antigo ginásio), ele trata as adversidades que enfrentou de maneira genérica. As experiências anteriores reforçaram, vale destacar, a disposição para o companheirismo e persistência, as quais tiveram influências na sua trajetória de trabalho.

Foram experiências muito boas e que eu sempre lembro. Apreendi muita coisa e até fiz muitos amigos que tenho até hoje. Sempre gostei de fazer amizades com todos por onde eu passava. Nunca deixei marcas negativas nos lugares que eu entrava e saía. Nunca levei punição de patrão ou me envolvi com alguma confusão. Só acho que eu deveria ter continuado a estudar, ter feito algum curso, desses profissionalizantes, ou até quem sabe um superior. Eu acho que, se não tivesse parado, tinha feito administração ou alguma coisa que trabalhasse com o público. Ainda gosto muito. Hoje não penso mais e não tenho fôlego, até porque a idade já vai chegando também. Então, eu acabei seguindo esse ramo como ambulante durante mais de dez anos, depois que a prefeitura construiu o camelódromo foi que conseguir um box até hoje para vender os produtos. Ficou melhor (Djalma).

Sobre a condição de vendedor ambulante, diz ter sido “*muito exaustivo e puxado, dependendo do dia, pois não tinha ponto fixo*”. Djalma relata que sempre estava pelas principais ruas e avenidas do centro da cidade, mais precisamente nas ruas próximas ao Mercado de São José e o Pátio de São Pedro. Durante esse tempo, ele relata que chegava a passar 12 horas para conseguir vender alguns produtos, Porém, em outros dias e em determinadas épocas do ano³² que o movimento era maior e conseguia vender em apenas um horário (pela manhã ou tarde). Ainda durante esse tempo, ajudou seus filhos. Isso para ele foi motivo de satisfação e alegria.

Ele relata ainda que, nesse tempo como ambulante, nos finais de semana, apareciam alguns serviços extras como pintura, encanação e elétrica nas casas de família e conhecidos do bairro. Conforme seu relato, Djalma “*sempre procurou aprender e fazer de tudo um pouco, não só a parte de vendas*”. Para ele, foram também essas experiências informais extras que lhe deram condições de “*juntar um dinheiro e conseguir a reforma de casa e mudar alguns moveis*”. Nesses serviços extras, ele conseguia ganhar em cada um entre R\$ 100,00 a R\$ 150,00, geralmente por uma jornada de 8 horas, a depender do serviço.

³² O relato de Djalma destaca o carnaval, São João, dia das mães, dos pais, das crianças e final de ano como épocas em que o movimento era maior e conseguia vender os produtos com mais facilidade.

Antes de começar como camelô, conheci uma mulher que trabalhava em uma dessas casas em que fazia serviços extras nos finais de semana. Ficamos amigos durante um certo tempo e, depois decidimos morar juntos, na minha casa. Ela continuou como faxineira e eu, ainda como ambulante e pegando os extras nos tempos livres. Ficamos juntos ainda 4 anos. Depois, ela decidiu retornar para o interior, para casa de seus pais, que estavam com problemas de saúde e precisava do seu apoio. Então, a partir daí, decidimos ficar como amigos. Até hoje, tenho contato com ela apenas por telefone. Ela me ajudou muito naquela época dando apoio. Sempre conversava muito comigo (Djalma).

Há dezesseis anos, Djalma é camelô. No momento, tem nesse trabalho a sua única fonte de renda. Ele relata realizar uma jornada de trabalho de aproximadamente 10 horas diárias, de segunda a sábado. Seguindo a perspectiva de Antunes e Filgueiras (2020, p. 36), “(...) devido às baixas remunerações e instabilidades, os trabalhadores são submetidos a longas jornadas”. No entanto, Djalma não reclama da condição de trabalho à qual está submetido. Ele diz que estabelece metas diárias ou semanais: *“Assim, depende da época do ano e da movimentação por aqui no camelódromo, dá pra tirar uns mil e quinhentos, dois mil. Agora varia muito, é muito incerto. Tem semana mesmo que é muito difícil o movimento”*. Logo quando começou a atuar como camelô, ele conseguia atingir as metas com mais tranquilidade, chegando a trabalhar até com uma jornada menor. Todavia, Djalma, atualmente, tem percebido que os rendimentos como camelô estão diminuindo à medida que aumenta a concorrência com as lojas próximas ao camelódromo, bem como com outros camelôs de outros boxes que vendem os mesmos produtos. Como consequência, ele tem se sentido cada vez mais cansado e dedicado mais tempo no tempo ao trabalho.

A sua percepção acerca da condição de camelô consiste mais na insegurança e instabilidade na renda e na concorrência com outros camelôs na venda dos produtos. Apesar disso, ele diz que, depois que começou no camelódromo, recebeu alguns convites para trabalhar com carteira assinada em algumas lojas, mas recusou: *“Me convidaram para ser vendedor de loja aqui do centro para ter os direitos e tudo, mas eu preferi não aceitar, porque aqui se sinto mais confortável, faço meu horário e minhas metas, por mais difícil que seja em alguns períodos do ano”*. Com base nas informações repassadas pelo entrevistado, nota-se que a flexibilidade da jornada de trabalho e o autogerenciamento das rotinas e relações laborais têm se mostrado um aspecto atrativo para os trabalhadores.

Djalma relata, por exemplo, conseguir criar suas rotinas dentro do camelódromo, organizar e estabelecer os preços dos seus produtos com mais facilidade e organizar os horários de início e término da jornada, de acordo com a época do ano. Além disso, para ele, essa

condição lhe possibilita dar mais atenção aos filhos e a sua neta³³ e frequentar as atividades religiosas (cultos evangélicos). Às vezes, consegue fazer alguma programação com seus filhos, noras, neta, irmãos e sua mãe, geralmente no sábado ou domingo. Ele diz ser “*organizado para priorizar também os bons momentos com a família*”.

Quando questionado sobre as diferenças entre os trabalhos anteriores e o atual, Djalma diz: “*a diferença é que, como camelô, você tem um ponto fixo pra vender, pode administrar e controlar seu próprio negócio, não tem um patrão que te controla o tempo todo. Aqui eu faço minha renda, organizo meu tempo*”. Em seguida, ele reforça o argumento de que, no camelódromo, você precisa ter uma disciplina, saber cativar os clientes, além de se organizar para conseguir dar certo nas vendas. Dessa forma, Djalma também percebe que seu trabalho atual depende do seu poder de “autogerenciamento”.

Eu sempre fui uma pessoa muito esforçada na vida. Sempre gostei de trabalhar, ter minhas coisas e não ficar dependendo de ninguém. A maior parte da minha vida foi dedicada ao comércio, desde pequeno, quando precisei ajudar os feirantes para levar dinheiro para dentro de casa e ajudar minha mãe. Sempre batalhei na vida, nunca fiquei parado. Eu sou assim e também sempre procurei passar isso para meus filhos. Eles hoje fizeram cursos, um já tá terminando um curso superior de administração, já trabalha na área e assim tá seguindo na vida. Hoje o que eu ganho aqui dá para me sustentar, pelo menos pagar minhas contas e ainda ter um pouco de lazer. Não é fácil o trabalho de camelô, porque tem período que o movimento tá bem baixo e dificulta pra gente aqui (Djalma).

No decorrer da entrevista, Djalma não enfatizou a questão da precariedade do trabalho como um aspecto diferenciador entre as experiências anteriores e as atuais, embora ela perpassasse a sua trajetória de trabalho. De fato, além de ser algo que estrutura historicamente o mercado de trabalho, a precariedade tem sido encarada com estratégias singulares em cada aspecto. No caso de Djalma, ela é vista, implicitamente, como resultante de escolhas individuais. Com isso, instabilidade, flexibilização e ausência de direitos trabalhistas, bem como as longas jornadas de trabalho, são tratados como desafios a serem enfrentados individualmente. Assim, é possível observar na trajetória de Djalma uma adaptação à lógica de funcionamento dos comércios populares e de rua das grandes cidades mediante sua disposição e percepção de que ele é o responsável pelos resultados alcançados enquanto camelô.

4.4 Marcas da precariedade no percurso: a trajetória de Edson

O segundo caso é o de Edson. Ele tem 57 anos, casado e tem um filho e uma filha, ambos

³³ A neta de Djalma (5 anos de idade) é filha do seu filho mais velho e mora em um bairro da zona norte de Recife. Frequentemente, ela vai a casa de Djalma nos finais de semana para visitá-lo.

casados. Sua filha, atualmente, mora no estado do Espírito Santo e seu filho em Recife. A aproximação com ele se estabeleceu pelas visitas ao camelódromo e compras de alguns produtos³⁴. Após vários momentos de conversas informais e visitas ao seu box, Edson aceitou o convite e concedeu dois momentos diferentes de entrevistas. Depois disso, tornou-se um importante informante sobre algumas realidades no camelódromo, bem como a indicação de outros camelôs, seja para estabelecer conversas ou mesmo para entrevista mais detalhada. Ademais, foi por meio de Edson que os contatos com os outros camelôs foram estabelecidos, sobretudo aqueles que se disponibilizaram para conceder as entrevistas em profundidade.

Durante a entrevista, ele se mostrou “empolgado” e sempre animado para contribuir nos relatos da entrevista, pois *“as pesquisas têm uma importância para o país e têm ajudado em muitas áreas e questões”*. Ele afirma que essa valorização, bem como a importância dos estudos e da educação, advém da sua esposa, mãe dos seus filhos, que é formada em Letras e atua como professora em escolas públicas de Recife. No caso de Djalma, a mãe sempre ocupou destaque em sua socialização, sobretudo na infância e adolescência. Para Edson, sua esposa ocupa essa posição, sobretudo, na fase adulta. Ele relata que:

[...] uma pessoa que admiro muito na vida é a minha esposa. Ela sempre foi uma mulher muito esforçada. Estudou, se formou e hoje é professora. Sempre foi um exemplo para mim e para meus filhos. Lembro quando ela ia pra faculdade à noite, chegava cansada e ainda tinha que estudar, fazer os trabalhos. Hoje gosto muito de ler, muito por causa dela, que me motivou desde que a gente namorava. Ela é uma pessoa muito dedicada ao trabalho. Sempre vejo ela preparando coisas para as escolas com tanto amor e carinho. Quando tivemos nosso primeiro filho e depois a nossa filhona, ela sempre falava que queria muito dar o melhor para eles e eu sempre apoiei no que precisava também. Pagava um curso, materiais e ajudava para eles crescerem na vida. São escola na Boa Vista e, à noite, ainda dá umas aulas em outra escola também estadual. Embora eu não tenha chegado a fazer curso superior, mas ela sempre me incentivou, desde quando a gente ainda namorava. Eu é que, por se dedicar tanto a comércio e a trabalhar, acabei não dando atenção. Talvez hoje eu seria também um professor, será? [tom de risada no entrevistado] (Edson).

As suas famílias, tanto paterna quanto materna, são de *“origem simples”*. Sobre as trajetórias dos seus pais, Edson resumiu que sempre foram *“batalhadores e muito esforçados para trabalhar”*. Em relação a sua mãe, informou que sempre se dedicou ao conserto e costura de roupas, *“desde muito cedo”*. Em relação ao seu pai, trabalhou na roça durante a juventude; depois, quando chegou à vida adulta, mudou-se para cidade de Recife e começou a trabalhar

³⁴ O pesquisador, em suas visitas periódicas ao centro da cidade e ao camelódromo, comprou uma capa de proteção para notebooks, ainda em 2023, quando começou a estabelecer os primeiros contatos e aproximações com Edson, o qual demonstrou interesse e curiosidades em participar da pesquisa.

como “*ajudante de pedreiro*”. Com essa ocupação, o pai de Edson “*começou a fazer serviços de reparos nas casas também por conta própria para ajudar a aumentar a renda no final do mês*”. Edson relata que seu pai ficou nessa ocupação aproximadamente 25 anos, o que “*deixou com sérios problemas de saúde. Como o trabalho sempre pegava peso, ele acabou ficando com problema de coluna*”. Conforme Edson, atualmente, o pai “*está aposentado e morando com sua mãe em uma área rural na cidade de Igarassu*”.

Enquanto detalhava a trajetória laboral do seu pai, Edson enfatizou as dificuldades geradas pela instabilidade dos rendimentos da família, sobretudo no período em que o pai trabalhou na roça, obtendo “*melhoras quando foi para Recife e conseguiu trabalhar como ajudante de pedreiro*”. Ele conta que, devido a essa instabilidade, em um certo período da sua vida, “*nunca pensou que um dia iria trabalhar em comércio e ser um camelô*”. “*Eu logo mais cedo pensava em abrir algo para mim, ter alguma coisa, sem precisar de patrão me controlando o tempo todo. Foi quando, há uns 15 anos atrás, eu consegui aqui um ponto fixo e estou até hoje como camelô*”. Antes de ingressar no camelódromo, Edson teve a influência de um amigo de infância que, na época, já atuava como camelô, o qual o influenciou e orientou sobre essa área e o apoiou inicialmente na fase de adaptação ao novo trabalho. Ele relata que seu amigo “*gostava de ser camelô e foi uma oportunidade que encontrou para ter uma renda e ajudar seus filhos e a esposa*”. Assim, ele relata a trajetória desse seu amigo de infância, o qual teve uma influência significativa para seu ingresso ao camelódromo:

Desde sempre, os pais do meu amigo trabalhavam no comércio. Primeiro eles começaram na rua, vendendo frutas e verduras na feira da cidade. Depois eles conseguiram alugar um espaço bem pequeno perto de casa onde eles moravam [bairro da zona norte de Recife]. Eles sempre foram de trabalhar juntos, se ajudando, e sempre foi nessa parte de comércio. Lembro que ele falava muito que o pai dizia que, nesse espaço, que na época eles conseguiram alugar, vendiam todo tipo de fruta, verdura, até vassoura e produto de limpeza. Eles diziam que colocavam pra vender. Logo, eles ficaram conhecidos no bairro. As pessoas sempre iam lá para comprar e o pai dele dizia que era movimento o tempo todo durante o dia, principalmente no final de semana, que as pessoas tiravam pra comprar as coisas pra passar a semana. Ele e a esposa sempre se dedicavam a dar o melhor para atender os clientes e ser bem falados pelos moradores. Depois de quase dez anos trabalhando nessa, o pai do meu amigo descobriu que tinham alguns boxes disponíveis no camelódromo no centro da cidade de Recife, que, na época, muita gente queria um. Foi quando, no mesmo dia, ele foi e até que conseguiu um que tinha lá. Já era bem no final do camelódromo. Ele me falou que ficou tão feliz porque, naquele momento, poderia se dedicar mais ao seu próprio negócio. Foi quando ele começou a vender roupas. No começo, começou vendendo roupas de criança e depois colocou para adultos também, toalhas de banho. Mas é isso. Através desse meu grande amigo, ele soube de um outro ponto lá que estava disponível. Foi quando eu entrei e estou até hoje como camelô por aqui [fala com risadas] (Edson).

Edson deixa claro o quanto a rotina de trabalho, sobretudo de seu pai, influenciou a sua percepção sobre o mundo do trabalho. Ele usa a rotina e a ocupação do seu pai como argumento para justificar, muitas vezes, as ausências nos encontros de família e de amigos. Conforme será demonstrado a seguir, essa tensão no seio familiar incide na percepção de Edson sobre a realidade de trabalho à qual está submetido atualmente e sobre os desafios que enfrenta enquanto camelô.

[...] Nunca imaginei que um dia estaria trabalhando aqui no camelódromo. Sempre ficava pensando como era lidar com esse mundo aqui dentro, disputando com vários outros comerciantes, sem saber exatamente quais dias conseguiria vender mais, quais outros as vendas não seriam tão boas assim. Sempre ouvia que o trabalho por aqui dependia muito do período do ano, das datas e que era muito instável para conseguir estabelecer uma renda no final do mês. Eu sempre presenciava meu pai trabalhar muito, praticamente todos os dias, porque até no final de semana ele tentava pegar os extras que apareciam. Acabava que nem tinha tempo para família. Lembro que, na maioria das vezes, meu pai nem participava nos momentos de família ou algum encontro com os amigos, porque sempre falava que estava ocupado trabalhando. Meu pai só vivia para o trabalho. Sempre vi, ao longo da minha infância e adolescência, e até um pouco na vida adulta também, a figura do meu pai como alguém que trabalha e chega a noite em casa, cansado e exausto da rotina, com pouco contato com a família nos momentos considerados importantes, como um aniversário, um almoço. De um tempo para cá, eu acho que tenho dedicado muito tempo aqui dentro do camelódromo. Chego muitas vezes cansado, mas tento conversar e dar uma atenção à esposa, à família; com os amigos não muito (Edson).

A trajetória escolar de Edson também foi marcada pela “instabilidade”. Ele afirma que houve um trauma por causa de alguns professores da época de adolescente, que, segundo ele, *“eram muito rigorosos, chegaram a gritar várias vezes porque não consegui fazer algumas atividades, colocavam de castigo em pé na parede”*. Devido a esses acontecimentos, passou a sentir, pelo menos durante um longo período de sua vida, um certo *“receio”* e *“pânico”* na escola. Dessa forma, o seu processo de socialização escolar ficou *“comprometido”*. Ele relata que só conseguiu superar esse *“trauma”* quando conheceu sua atual esposa, que, com muita conversa, fez Edson mudar de percepção. Quando a entrevista foi realizada, em março de 2024, ele estava assistindo aulas no celular em razão de um curso profissionalizante na área de administração de vendas³⁵. Até então, não almejava ingressar no nível superior, por conta *“da rotina de trabalho no camelódromo e do pouco tempo que teria para se dedicar a fazer faculdade”*. Em um certo momento da entrevista, Edson relatou que sua esposa sempre o incentivou a cursar Administração ou Direito: *“ela sempre fala que tenho uma habilidade muito*

³⁵ Segundo Edson, o curso do qual estava participando tinha uma duração de 3 meses e foi uma oportunidade que o governo estadual ofereceu para a população em geral. Foi um curso gratuito, na modalidade EaD.

grande para organização, para argumentar as coisas, defender algo, esses tipos de coisas”. Embora a justificativa mude, a instabilidade e/ou descontinuidade continua a caracterizar a sua trajetória no que tange ao âmbito escolar formal.

Minha vida escolar até um certo período foi muito comprometida, por questões de família, de trabalho. Quando eu era criança ainda, comecei a sofrer perseguições de professores e de colegas. Depois, quando já era adolescente, tive um trauma ainda maior de uma professora, acho que na época ela ensinava matemática. Era uma mulher que todo mundo tinha medo dela na escola. Quando ela entrava na sala, todo mundo já ficava tenso. Era mesmo assim. Tive vários momentos em que chorava em casa e pedia para minha mãe não levar para escola, mas, ainda assim, ela não deixava faltar, só quando estava doente ou se alguma coisa acontecesse muito séria. Eu até gostava dos meus amigos de escola, mas essa professora passou vários anos dando aula. Para ter uma ideia, até quando ela passava pelo corredor, ninguém falava com ela. Lembro que eu tirei algumas notas vermelhas em matemática. Ela gritava na sala quando a gente não estava entendendo o assunto. Eu só comecei a mudar quando já estava adulto e conheci minha esposa, que sempre se dedicou a estudar e tudo mais. Até um dia me indicou alguns cursos que dava para fazer até pelo celular ou computador, sem precisar sair daqui do meu trabalho. Foi quando comecei a estudar EaD [referência ao curso na modalidade a distância] e a fazer cursos extras, até de espanhol e oratória já fiz. Já estou nesse atual, que é profissionalizante em administração. Está me ajudando muito nesse lado profissional. Vejo isso já como um avanço para mim [risos], voltar a estudar, se qualificar, se atualizar em novas áreas e até ocupar meu tempo, principalmente quando as vendas aqui estão paradas, sem movimento algum (Edson).

Ele também se interessou em apresentar a sua posição política/ideológica. Diz que é de “esquerda” e é chamado pelos colegas do camelódromo como “defensor do PT e do Lula”. Informa que tal posicionamento é uma influência da sua família por parte de mãe e também da sua esposa. De toda forma, ele estabelece certa relação entre a sua posição política e a percepção acerca do trabalho de camelô em Recife. No decorrer da entrevista, seu depoimento é marcado com certo teor de críticas ao que chama de “*sociedade do século XXI, altamente devastadora dos valores, insegura e exploradora*”, adjetivos que usa para se referir ao trabalho enquanto camelô. A percepção que apresenta sobre as vivências e as experiências de trabalho no comércio popular se associa àquela exposta por Djalma, sobretudo em relação às categorias que mobiliza para classificar o trabalho do camelô. Além disso, ele convive com períodos de tensão em razão da instabilidade no trabalho, quando, em certos períodos do ano, com o baixo número de vendas, fazem Edson parar e pensar em “*outros meios e alternativas para aumentar sua renda mensal*”. Essa tensão também é reforçada pela convivência com outros camelôs, os quais, segundo ele, “*compartilham dessa mesma sensação*”.

Quanto à sua trajetória laboral de camelô, Edson informa que há quinze anos exerce essa

atividade e tem nela a sua única fonte de renda. Ele tem um carro que utiliza para ir ao trabalho diariamente³⁶. Sua jornada começa às 7 horas da manhã, quando sai de casa, *“enfrento quase uma hora de trânsito, pois preciso passar por avenidas em que o fluxo de carros e ônibus nessas horas da manhã são intensos”*, almoça no seu próprio box³⁷ e realiza a jornada de trabalho de segunda a sábado. Ele, no entanto, deixa claro em seu relato que, no sábado, o camelódromo começa a fechar mais cedo, muitos eles desde as 14h. Por isso que sempre termina seu expediente às 15h, nesse dia especificamente. Ele destaca que, após esse horário, as ruas do centro da cidade começam a ficar pouco movimentadas. O camelódromo começa a *“ficar perigoso e muitos moradores de rua começam a tomar conta das calçadas do entorno”*.

Assim como a trajetória escolar, a sua trajetória ocupacional também é marcada pela instabilidade, sendo, conforme a sua percepção, pouco valorizada. *“Aqui a gente enquanto camelô ainda precisa de mais apoio e atenção da prefeitura. Do ano passado para cá, até que melhorou a questão da infraestrutura daqui depois do projeto de requalificação”*. No relato, Edson destaca que o poder público municipal, quando aparece, é apenas com alguns agentes de fiscalização, mas *“passam rápidos pelos corredores e, geralmente, muitos deles nem param para escutar nossas dificuldades e como tá nosso trabalho aqui”*. Segundo ele, o projeto de requalificação do camelódromo, iniciado em 2023, trouxe uma *“visualização melhor para os boxes, corredores, as fachadas”*, os quais passaram anos sem os cuidados necessários, *“deixando o camelódromo em um abandono total”*. Desde que começou a atuar como camelô, ele verifica que, cada vez mais, essa categoria tem lutado junto ao poder público municipal para conseguir apoio aos comerciantes, o que, para Edson, *“tem contribuído cada vez mais para a instabilidade e até insegurança de todos que estão nessa ocupação”*. Em certo momento, durante a segunda parte da entrevista, Edson – em tom de indignação – enfatizou uma possibilidade de futuramente vir a repassar seu box e tentar trilhar outros projetos: *“Diante de tantos problemas e dificuldades que os camelôs aqui vêm passando, com a queda no movimento, em alguns períodos do ano, confesso que às vezes entristece um pouco tá aqui”*.

Atraído pelas informações e pelo apoio de seu amigo de infância, Edson decidiu ingressar na ocupação de camelô, o que, para ele, na época, *“proporcionava bons rendimentos no final do mês. O tempo era outro para os camelôs, não havia tanta disputa com outros comerciantes como é hoje”*. Ele conta que *“entrou no camelódromo com muita empolgação*

³⁶ Na entrevista, Djalma relatou que seu carro fica estacionado em uma rua próxima ao seu box, o que, segundo ele, *“lhe traz uma certa economia, no mês, por não precisar gastar com estacionamento”*.

³⁷ Conforme seu relato, alguns dias da semana leva para o trabalho o almoço pronto de casa. Em outros dias, prefere comprar em um local próximo ao camelódromo, local esse que *“oferece almoço em quentinhas num preço bastante popular”*.

[...] Lembro que, logo quando entrei, meu box era cheio de gente comprando. O movimento de pessoas aqui pelos corredores era grande”. A entrevista com Edson revela, entre outros aspectos pertinentes, a tensão existente entre a necessidade de continuar trabalhando como camelô e conviver com a instabilidade e a precariedade típica dos trabalhadores informais de comércio de rua. Ao tecer comparações entre o trabalho formal com a ocupação de camelô, Edson relata que:

O trabalho de carteira assinada garante uma certa segurança do trabalhador, no sentido de saber o que e quanto vai receber no final do mês, o que, para mim, o que é mais difícil de trabalhar na informalidade é a insegurança no rendimento quando chega o final do mês. Eu acho que isso preocupa a todos nós que somos camelôs. A minha meta é uns dois mil, dois mil e quinhentos. Mas ultimamente confesso que não tenho conseguido, pelo menos nesses últimos seis meses, o que tem me deixado preocupado todos os dias, porque tenho família, meus custos, minhas contas para pagar. Tudo isso. Minha esposa ajuda também nos custos de casa, mas preciso também contribuir com minha parte. Meu ganho aqui é instável, mas as contas não param de chegar e o custo de vida tem sido cada vez mais alto. Então, assim, a segurança que o trabalho com carteira assinada traz é essa segurança na renda, embora a gente sabe que, quando o patrão quer demitir, ele faz, diferente de uma pessoa que é concursada [faz menção à sua esposa]. Fora isso, tem a questão de, com a carteira assinada, existe o décimo terceiro, as férias, todos esses direitos do trabalhador. O que eu posso fazer é contribuir como MEI. Mas não tenho direito algum. Quando fico doente, às vezes, nem venho pra cá, porque não tenho condições e também não tenho ninguém para ficar no meu lugar. O box acaba ficando fechado e tenho prejuízo, porque deixei de vender. Mas, por outro lado, aqui temos esse poder de controlar nossos horários, nossas rotinas, temos uma liberdade maior, sem um patrão verificando tudo o que você faz. Isso eu vejo como lado bom. Tem esses dois lados que eu vejo sendo um camelô, um positivo e outro negativo (Edson).

Verifica-se, assim, que, a despeito dos esforços de Edson para alcançar certa condição socioeconômica melhor que a de seus pais, ele, de certa forma, segue reproduzindo a trajetória de seu pai e, portanto, convivendo com a instabilidade financeira, com a insegurança e a precariedade laboral, características presentes nos padrões das relações de trabalho da região Nordeste. O diferencial da sua trajetória é a percepção crítica sobre as condições às quais está submetido. Edson relatou também não ter muitos conhecimentos acerca dos movimentos ou associações de camelôs atuantes na cidade de Recife: *“Não vejo que aqui em Recife tenha um movimento organizado em defesa dos nossos direitos ou da nossa causa. Acho que nós, enquanto trabalhadores, precisamos nos organizar mais e procurar lutar. Sobre essa parte, não saberia falar muito”.* Em suma, a trajetória de Edson retrata um quadro de tensões existentes na dinâmica de trabalho no comércio popular: a convivência com as incertezas de rendimentos, a instabilidade e uma rotina laboral marcada pela precariedade.

4.5 Vida de batalhador no comércio: a trajetória de Everaldo

Everaldo é o terceiro caso analisado na pesquisa. Ele tem 45 anos, está casado há 10 anos, tem duas filhas, é religioso – adepto ao protestantismo, participante das atividades religiosas da Igreja Batista – e tem o ensino médio completo. O contato ocorreu por meio de Edson (camelô entrevistado anteriormente). Assim como as demais entrevistas, esta ocorreu presencialmente, no próprio local de trabalho. Contudo, devido à disponibilidade de Everaldo, foi possível concluí-la com duas sessões, que ocorreram em um intervalo de uma semana, no período da manhã. Ele é camelô há pelo menos 10 anos. Assim como os demais trabalhadores entrevistados, ele trabalha de segunda à sábado e administra seu box juntamente com sua esposa.

Ele informa que é de “*origem pobre e humilde*” e morou na cidade de Arcoverde³⁸, em Pernambuco, até a adolescência. O pai estudou até a quarta série do ensino fundamental e sua mãe estudou até a 8ª série do ensino fundamental. Seu pai foi ajudante de supermercado e depois ambulante no centro da cidade. Sua mãe trabalhou como faxineira, mas, depois que os filhos nasceram, dedicou-se apenas aos serviços doméstico e ao cuidado da família. Seus pais se mudaram para Recife quando os filhos estavam na adolescência, “*em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho*”. Ao chegarem a Recife, sua mãe trabalhou em algumas casas de família como faxineira e o “*pai conseguiu trabalhar em uma pequena mercearia que havia próximo a moradia deles em alguns dias na semana*”. Nesse período, segundo Everaldo, a família “*passou por mais dificuldades financeiras para os pais sustentarem os 4 filhos, pagarem aluguel e o conseguir comprar o alimento*”. Notam-se, na trajetória de trabalho dos pais de Everaldo, a condição de precariedade e a inserção no trabalho formal assalariado e o informal.

Antes da minha família se mudar para Recife, a gente morava em Arcoverde. Inclusive, eu e todos os meus irmãos nascemos lá. Ficamos até um certo período da nossa adolescência. Aconteceu que as condições por lá estavam ficando cada vez mais difíceis, sem meus pais conseguirem trabalhar. A gente morava em uma casinha simples, que meus avós na época tinham deixado para os filhos morarem. Os irmãos tanto do meu pai quanto da minha mãe moravam em Recife e naquela região do Cabo de Santo Agostinho. Então, meus pais decidiram deixar o interior e partir pra Recife com mais quatro filhos. Não foi nada fácil pra eles naquela época conseguirem uma nova vida. Foi muito difícil. Lá em Arcoverde, meus pais ficavam mais cuidando das plantações que tinha na nossa casa e algumas vezes chamavam minha mãe para passar roupa nas casas de algumas pessoas e ganhavam alguma coisa, nem sempre era dinheiro. As pessoas entregavam a ela alimentos e até roupas. Então, não

³⁸ Cidade localizada no sertão pernambucano, a cerca de 252 km do Recife.

foi um período fácil pra gente, até quando chegamos em Recife, demorou ainda um tempo para meu pai conseguir trabalhar e ganhar algum dinheiro e minha mãe acabou se dedicando só aos serviços de casa (Everaldo).

No tocante às “dificuldades financeiras” e do período de mudança da sua família, Everaldo destaca que seus pais “*começaram a frequentar os cultos da congregação protestante. Eles se denominavam ‘evangélicos’ e, assim, a família conseguiu entrar em uma religião e passar pelos momentos difíceis naquela época*”. A precariedade do trabalho também ocupa uma centralidade nessa família. A sua percepção acerca da trajetória de trabalho do pai combina admiração e lamento: “*Meu pai sempre gostou de trabalhar, muito tempo nas plantações que fazia na nossa casa do interior e depois que se mudou não gostava de ficar parado, até que conseguiu ajudar em uma mercearia. Ele saía de manhã cedo e só voltava a noite quando fechava. Sempre era preocupado em trazer algo para ajudar dentro de casa e não faltar o alimento da família*”, relata Everaldo. Comparando a sua vida com a do seu pai, ele destaca que:

Eu cheguei a trabalhar também em mercados como embalador, em ajudante de açougue, ajudante de pintor. Fiz e aprendi de tudo um pouco. Sempre gostei de trabalhar com várias coisas antes de entrar aqui no camelódromo e ficar como camelô até hoje. Eu sempre via o esforço do meu pai, e também da minha mãe, para tentarem levar algum dinheiro para dentro de casa e sustentarem eu e meus irmãos. Então, eu também comecei a trabalhar cedo, ainda quando era adolescente. Ia para escola de manhã e, à tarde, saía pelas ruas para ajudar os comerciantes no bairro, nas feiras, no que aparecia, eu oferecia minha ajuda para ganhar alguma coisa e levar para dentro de casa. Então, nisso eu sou muito parecido com meu pai. Nunca fui de tá reclamando muito, tentava sempre correr atrás (Everaldo).

Quanto à trajetória escolar, Everaldo lamenta não ter seguido “*os conselhos dos pais*”. Estudou até o antigo ginásial, o que hoje corresponde ao ensino médio. Relata que se “*arrepente de não ter estudado mais ou ter feito algum curso superior ou técnico profissionalizante*”. Diz que “*não se dedicou muito aos estudos*” e isso “*faz falta hoje para conseguir um trabalho melhor*”. O relato de Everaldo a respeito de sua trajetória escolar evidencia a reprodução da “meritocracia” como justificativa para ocupação de seu lugar no mercado de trabalho. Embora não enfatize a relevância ao longo da entrevista, durante toda a sua formação básica, Everaldo precisou conciliar os estudos com o trabalho. Em seu relato, a sua responsabilização pelo percurso trilhado durante a formação escolar tem muito mais nuances que as contingências que precisou enfrentar.

Por intermédio de alguns amigos, conseguiu trabalhar como embalador nas mercearias do bairro em que morava em Recife. “*Foi um período que conseguia até ajudar dentro de casa.*

Acordava muito cedo para ajudar a abrir a mercearia e ficava direto até fechar, naquela época até umas sete horas da noite. Fiquei pouco tempo até ir pra outra coisa". Nota-se em seu relato que o tempo prolongado no trabalho (no seu relato, ele destaca que passava de 10 a 12 horas por dia na mercearia) era percebido com "naturalidade" e não se constituía como fator de desequilíbrio. Nesse tempo, não vislumbrava outros tipos de trabalho ou mesmo certificações ou diplomas.

Quanto ao trabalho de ajudante no açougue, ele o identifica como um *"trabalho mais tranquilo, porque passava menos tempo, embora ganhasse muito pouco. Mas gostava de ficar cortando as carnes"*. Nessa experiência, ele aponta o tempo de permanência no trabalho como aspecto positivo. Segundo Everaldo, *"trabalhar no açougue era até bom, gostava dos clientes e de ficar ajudando a cortar as peças de carne, de separar, atender os clientes no balcão. Só ficavam eu e o dono do açougue. Só era ruim a remuneração, porque lá eu só ganhava algum dinheiro pelo dia ou pela manhã que trabalhasse. E o dono tinha vezes que não me tratava bem, mas eu ficava calado"* (Everaldo).

Observa-se, assim, que o início da trajetória de Everaldo se assemelha, em certa medida, ao que foi relatado por Djalma e Edson. A socialização de Everaldo e Djalma, por exemplo, nos primeiros contatos com o mercado de trabalho, é marcada pelo não reconhecimento dos respectivos trabalhos realizados, pela precariedade nas condições laborais, transitoriedade entre um trabalho e outro e as dificuldades em conciliar a vida escolar e os momentos fora de casa para conseguir dinheiros e alimento para ajudar a família. No tocante a essas problematizações, Dubar (2020) destaca que o momento de transição que envolve a socialização escolar e a socialização no mercado de trabalho é um dos acontecimentos mais importantes, o qual o autor denomina de "identidade". Embora não seja determinante, tal processo condiciona a autopercepção acerca de uma dada trajetória de trabalho e o pensamento prospectivo sobre ela. Nos casos que envolvem os três entrevistados (Djalma, Edson e Everaldo), observam-se algumas aproximações quanto à percepção contestadora das condições e experiências de trabalho às quais eles foram submetidos ao longo de suas respectivas trajetórias.

As experiências laborais vivenciadas por Everaldo, ao longo de sua trajetória, antes de adentrar no camelódromo, refletem, em alguma medida, o autoritarismo presente nas relações de trabalho no Brasil, em uma dimensão mais geral, e na região Nordeste, em particular. A conformação e o silêncio são dois elementos que caracterizam as formas de evitar perder outras oportunidades de trabalho. Experiências, nesse sentido, são consideradas para justificar ou até motivar a inserção em modos de trabalho informais e precarizados, como é o caso das atividades comerciais desenvolvidas pelos camelôs. E é nesse sentido que se observou em Everaldo uma

percepção ambivalente no que tange à experiência atual de camelô. Por um lado, ele reconhece os pontos positivos presentes nessa atividade, como a liberdade dos horários de trabalho (início e término da jornada) e de gerenciamento de seu box, além da definição dos preços das mercadorias e os tipos de produtos comercializados. Por outro, ele aponta o tratamento desigual e injusto tanto por parte da prefeitura quanto pelos clientes: *“Percebo que, por aqui, a prefeitura não conversa com todos os camelôs. Eles só param em alguns boxes. Deveriam ouvir as dificuldades de cada um. E ainda têm alguns clientes que não respeitam a gente, na hora que estamos oferecendo o produto”* (Everaldo). Desse modo, a percepção de Everaldo em relação à atividade no camelódromo se aproxima daquela apresentada por outros camelôs, a exemplo de Edson.

Everaldo começou a trabalhar como camelô em 2015. Ele relata que começou a trabalhar nessa atividade porque *“não queria mais trabalhar para outra pessoa e, na época, quando estava andando pelo camelódromo e conversando por alguns camelôs, descobri esse box aqui que estava disponível e conseguir ficar até hoje, com todo desafio que é hoje ser camelô, porque a gente concorre muito com as lojas no centro”*³⁹. No que se refere à experiência de camelô, Everaldo aponta como positivo sentir-se *“mais à vontade para cumprir o horário de chegada e saída, além de não precisar sofrer humilhação de patrão e o medo de ser demitido a qualquer momento”*, relata Everaldo. A sensação de autonomia e se perceber *“dono do próprio negócio”* produzem uma satisfação para quem experimentou a condição de subordinado. Para o entrevistado, ser camelô é:

Um tipo de trabalho desafiador. Você tem que gostar de vender, dessa parte de comércio, cativar o cliente, saber os melhores preços para cada produto, além de tá sempre de olho na concorrência, que acontece tanto entre nós camelôs que estamos aqui dentro e também entre os varejistas do centro que também vendem produtos como a gente aqui. Mas, apesar de tudo, de uns cinco anos para cá, eu percebo que tem se tornado mais difícil ser camelô, por causa da variação no movimento. A violência aqui dentro aumentou também. Vez ou outra a gente sabe de assaltos, furtos... tudo isso. Mas posso dizer que ainda gosto de ser comerciante daqui. Até quando não sei [risadas] (Everaldo).

Em relação a essas percepções sobre a experiência de ser camelô, Everaldo também ressalta a ausência de apoio da Prefeitura de Recife, destaca pontos em relação à fragilização dos movimentos e das organizações em defesa dos trabalhadores do camelódromo, o que tem contribuído para fragilização nas condições de trabalho da categoria. Ele argumenta:

³⁹ No tocante a esse depoimento, as lojas a que se refere são as que ficam nas ruas e avenidas adjacentes ao camelódromo que comercializam diferentes tipos de produtos. Muitos desses produtos também são vendidos dentro do camelódromo.

Eu acho que tá um descaso com os camelôs porque a gente praticamente não recebe apoio e não é ouvido pelos representantes da CSURB⁴⁰. Quando um ou outro passa aqui, é pelo corredor. Só param em poucos boxes e é coisa rápida. Não dão a atenção pra gente. Se tiver alguma denúncia ou irregularidade, daí eles já vêm logo. E a gente sabe que tem semana que nem se quer passam no camelódromo. Eu vejo também que nós camelôs de Recife não temos um movimento forte de luta que defendam nossa categoria de comerciante. Vejo tudo muito parado. Daí, eu vejo que dificulta mais pra gente conseguir melhorias (Everaldo).

Quanto ao futuro nessa atividade, ele se mostra mais inseguro, apesar de demonstrar, em alguns momentos da entrevista, traços de positividade com as experiências e trajetórias laborais: *“Hoje em dia, eu fico mais inseguro com as atividades aqui, até porque tem momentos que é bem difícil conseguir ter boas vendas. Têm muitos camelôs aqui que também estão vendendo os mesmos produtos e ainda tem o pessoal das lojas aí fora. Fica melhor nas épocas de festa como carnaval, São João, natal, que o movimento aumenta”*. Não apenas Everaldo, mas também outros entrevistados (Djalma e Edson) passaram a perceber com mais clareza o quanto estão suscetíveis às inseguranças e perdas nos rendimentos e a condições de trabalho precarizadas. O aumento no número de boxes na área interna do camelódromo, além do fator concorrência, impactaram a expectativa desses trabalhadores.

4.6 Ser camelô e a busca por novos projetos: a trajetória de Ester

A quarta trajetória analisada é a de Ester. Ela tem 44 anos, é casada há cinco anos e tem uma filha com quatro anos. Seu esposo é comerciante e, com o salário que recebe, divide as despesas de casa. Eles moram na região metropolitana de Recife. Ester é a filha mais velha entre quatro irmãos. Segundo ela, seus pais sempre *“vieram de família humilde e simples, mas sempre batalharam para não deixar faltar o alimento básico dentro de casa”*. O pai e a mãe não conseguiram concluir o ensino fundamental. Atualmente, os pais dela estão separados e trabalham em serviços gerais. Sobre a trajetória de trabalho dos pais, Ester relata que:

Por muito tempo, a minha mãe foi dona de casa, sempre se dedicando ao cuidado dos filhos e também dos serviços de casa. Ela sempre foi uma mulher muito dedicada à família e, infelizmente, não teve tanta oportunidade para crescer na vida. Às vezes, ia ajudar a passar roupas nas casas das pessoas. Depois, ela trabalhou ajudando uma costureira. Já o meu pai chegou a ter algumas oportunidades, mas não investiu nos estudos. Ele trabalhou durante muitos anos como porteiro de um conjunto residencial e agora ainda continua trabalhando, mas tá como auxiliar de serviços gerais em uma galeria. Não sei por que ele deixou de ser porteiro para trabalhar com serviços gerais. Mas, pelo que eu lembre, ele uma vez disse que chegou um momento que pediu

⁴⁰ CSURB – Companhia de Serviços Urbanos do Recife – é uma autarquia ligada à Prefeitura do Recife responsável pela organização dos mercados públicos e do camelódromo.

para sair, porque passava muitas horas acordado. Ele na época recebeu um convite para fazer um curso de segurança, mas não aceitou. Hoje ele tá lá nessa galeria, trabalhando o dia todo limpando tudo, só tem folga uma vez na semana. Não sei quanto tempo ele ainda quer ficar, até por causa da idade que vai avançando também (Ester).

O contato com Ester ocorreu também por intermédio de outro camelô. Ela, no primeiro momento, demonstrou resistência para participar da entrevista e contribuir com a pesquisa. A entrevista com ela foi realizada em três momentos distintos, todas dentro do seu box, sempre no horário da manhã, enquanto organizava os produtos e não estava atendendo. Em alguns momentos, foi necessário parar a entrevista e depois retomar, pois surgia algum cliente para perguntar os preços ou comprar algum produto.

Sua trajetória escolar, conforme relatado, ficou marcada por mudanças em sua “dedicação e prazer pelos estudos”: *“Quando concluí o ensino médio, consegui ainda fazer um curso técnico de segurança do trabalho, mas não segui na área porque não me identificava. Só fiz por incentivo de alguns amigos e irmãos”*. Apesar de possuir uma formação básica e a formação técnica completa, de acordo com a sua percepção, conseguiu concluir o curso técnico em uma instituição de excelência em Pernambuco, o antigo CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica), *“com muito esforço, apesar de depois não ter se identificado com o curso”*. Ela relata que:

[...] passou por diferentes experiências. O meu comportamento foi diferente em cada uma das experiências que passei na vida. Durante uma boa parte do meu período escolar, não levava muito a sério as atividades da escola, não dava muita atenção, chegava até a faltar aulas pra ficar em casa. Chegava a tirar nota baixas, fazia as provas de recuperação e depois melhorava. Mas, assim, não era algo que levava a sério... depois me arrependo, que poderia ter sido uma aluna melhor e me dedicado pra crescer profissionalmente. Já durante o tempo que fiquei no CEFET, eu até que tirava umas notas boas, frequentava as aulas, gostava muito das amizades de lá, a gente sempre se ajudava nas provas, trabalhos. Até hoje tenho amigos desse tempo. O problema foi que o curso não era o que eu queria seguir. Demorei ainda um pouco pra terminar o curso. E depois disso parei, não estudei nem fiz outro curso (Ester).

O seu primeiro contato com o mundo do trabalho ocorreu por necessidade da família. Ester começou a trabalhar, ainda quando era adolescente. Ela ajudava a avó nas costuras: *“Foi nesse período que aprendi com minha avó a recortar tecidos, fazer ajustes nas peças de roupas, a fazer crochê. Aprendi muito com ela toda essa parte. Até hoje eu consigo fazer algumas coisas com crochê até pra mim, pra usar em casa”*. Observa-se que a socialização de Ester no âmbito familiar traz a questão da centralidade da precariedade do trabalho dos adultos da família.

[...] comecei a trabalhar muito cedo, ainda quando era adolescente, e frequentava escola. Lá em casa, desde muito cedo, a gente [incluindo os irmãos] sempre foi de ajudar, e não ficar parado. Lembro que eu e minha irmã, a gente gostava de ir pra casa de uma vizinha ajudar a fazer os doces que ela vendia, e ali a gente já ganhava um trocado e ficava tão feliz [risos]. Ela sempre dava um trocado. Mas primeiro a gente tinha que ir pra escola e depois que ia pra lá ajudar essa senhora, mas ainda assim conseguimos concluir os estudos, o que hoje se chama de ensino médio. Essa senhora também sempre conversava comigo e com minha irmã para não deixar de estudar, não seguir caminhos errados. Ela foi uma pessoa muito boa pra gente. Ela fazia os doces e a gente ajudava na embalagem, a separar, a ralar o coco, colocar nas bandejas. O que a gente ganhava já ajudava a comprar alguma coisinha pra gente e ajudar até em casa em alguma coisa (Ester).

Quando se tornou adulto, a sua trajetória de trabalho, antes de se inserir na atividade de camelô, caracteriza-se por ocupações de baixa remuneração. Segundo ela, começou “*a trabalhar como manicure e pedicure, e vendendo roupas femininas em sua casa e a domicílio*”. Após essa experiência, ainda trabalhou como telefonista no bairro de Santo Amaro, zona norte de Recife durante três anos. Devido às dificuldades da empresa, foi dispensada junto a outra colega que também atuava como telefonista. Diz ainda que não se sentia valorizada pelos donos e que “*era controlada o tempo todo pelos donos do consultório, além de muitas vezes não ser bem atendida pelos pacientes. Muitos eram arrogantes na ligação. A partir daí, comecei a pensar em seguir algo por conta própria*”. Mais uma vez, nota-se que a busca por uma condição de trabalho por conta própria tem uma relação com a desvalorização percebida pela trabalhadora em ocupações de emprego assalariadas.

Ela trabalha como camelô há seis anos. Começou depois que foi demitida do emprego de telefonista. Passou um “*tempo parada em casa, apenas vendendo umas roupas e produtos da Natura*”. Nesse período, realizava as vendas tanto na sua casa como ia até a casa dos clientes mostrar as peças de roupas e os produtos de beleza, o que ocorreria em qualquer dia da semana, sem horário específico: “*Às vezes, me ligavam e eu ia até a residência levar o produto, mostrar alguma peça de roupa. Acontecia assim. Ou eles iam até a minha casa também*”. Com o dinheiro que conseguiu juntar, durante esse período, comprou várias peças de roupas (shorts, blusas e calças), decidindo também ampliar os produtos para o público masculino. Durante esse tempo, soube por uma amiga que um camelô precisava repassar o seu box, pois estava passando por problemas pessoais. Nessa ocasião, foi até o camelódromo, estabeleceu contato com este camelô e se fixou no estabelecimento. Ester relata que “*aproveitou as roupas que tinha comprado no período que estava em casa e começou a comercializar no camelódromo. Já comecei vendendo aqui roupas tanto pra homens quanto para mulheres*”.

O caso de Ester é emblemático em relação à inserção em atividades diversificadas e

diferentes, intercalando entre aquelas informais e formais até o seu ingresso no camelódromo calçadão dos mascates. É um perfil de trabalhador característico da realidade do trabalho no Brasil e, em específico, da região nordeste, marcado por ciclos constantes de instabilidade, insegurança e precariedade, conforme problematizados na terceira seção desta tese. Sobre a sua experiência de camelô em Recife, Ester relata que:

[...] minha luta começa bem cedo. Levanto às cinco horas da manhã para preparar almoço, deixar as coisas da casa organizada e depois ir para o camelódromo. Saio de casa geralmente por volta de sete da manhã, pego o ônibus, as vezes vou de uber também. Chego aqui por volta de oito horas. Abro o box, organizo as peças, converso um pouco com os camelôs aqui de perto [referindo-se ao seu box]. O movimento por aqui começa mais a partir de nove da manhã, quando pelo corredor começam a circulação de pessoas olhando as peças, perguntando os preços, entrando. O que me deixa mais triste é que tem dia e semana que as vendas são muito fracas, e me deixa preocupada porque tenho contas pra pagar. Sempre tô comprando novas peças pra renovar o estoque. Então, se não tem movimento, não consigo comprar também. Geralmente, fico aqui até umas cinco, seis horas da tarde. Já no dia de sábado, o movimento por aqui só vai até umas 16h, às vezes um pouco antes disso. Muitos aqui só ficam pela manhã. Eu ainda vou até mais um pouco (Ester).

A propósito, os mecanismos de remuneração por quantidades de peças vendidas alinhadas ao tempo de permanência de trabalho (quantidade de horas por dia) combinados a uma dada flexibilidade dos horários possibilitam uma rotina laboral diferenciada para esses trabalhadores. Quando comparados a experiências anteriores, tais aspectos aparecem como pontos positivos em relação às atividades de trabalho. A dinâmica de trabalho no camelódromo possibilita o estabelecimento de horários, o que sofre mudanças a depender do período do ano, a exemplos das datas comemorativas, tensionando à elaboração de estratégias para se adaptar a eles. Desse modo, quando foram entrevistados, bem como aqueles camelôs que participaram apenas dos momentos de conversas, esse ponto foi recorrente nas falas.

[...] quando chega o período de carnaval, dia das mães, dos pais, são joão, dia das crianças, natal, o movimento por aqui melhora muito, porque as pessoas vem aqui no camelódromo comprar os presentes. Então, pra os camelôs, isso é muito bom, porque consegue vender mais rápido e conseguir atingir a meta da renda da semana e do mês [...] Nesses períodos, eu chego até mais cedo aqui para aproveitar as vendas e fico até mais um pouco além do horário que normalmente fico (Ester).

Ao comparar a trajetória de Ester com a de seus pais, nota-se que ela conseguiu construir sua casa: *“Minha casinha é pequena, simples, mas foi com todo meu esforço de trabalho e as economias que consegui fazer durante uns anos. Me liberei de aluguel”*. Além disso, Ester ressalta que conseguiu adquirir os utensílios e móveis de sua preferência: *“Minha casa tá bem organizada, toda na cerâmica, pintada, tudo conquistado com muito sacrifício, fruto dos meus*

trabalhos e do dinheiro que juntei”. Nesse sentido, percebe-se que houve certa mobilidade ascendente na vida de Ester. Isso certamente ajuda a explicar o seu engajamento nas atividades que envolvem vendas e comércio. Apesar da condição de trabalho precária a que está submetida, bem como das vivências e experiências no camelódromo, ela relata o que espera com esse tipo de trabalho:

[...] minhas expectativas é que ainda penso em estudar e passar em algum concurso. O problema é que não tenho muitas condições pra tá estudando. Tem vezes que até fico olhando algum concurso de nível médio pra fazer. Penso até em me inscrever, mas depois desisto, porque sei que não vou conseguir me dedicar a estudar os assuntos. Por enquanto, eu vou continuar aqui no camelódromo, mas futuramente eu ainda penso também em investir nas vendas online, ter uma lojinha virtual com as roupas que vendo aqui no camelódromo. Vejo que tem crescido muito o número de lojas virtuais e as pessoas falam que muitas vezes tem dado certo. Então, eu posso ficar aqui e também vendendo de forma virtual. É mais uma forma de aumentar a renda. Quem sabe no próximo ano ou depois eu já comece a investir nisso [risos] (Ester).

Apesar de estar nas atividades de camelô há seis anos, a trajetória de Ester elenca aspectos cruciais a serem considerados sobre a informalidade e precariedade do trabalho nos comércios de rua em uma região cujo padrão de relações de trabalho é historicamente precário e instáveis. Observando o caso de Ester, tal ocupação a tem proporcionado um padrão de vida ou condição econômica relativamente melhor e diferente da vivenciada pelos seus pais ao longo de suas trajetórias. Contudo, ela percebe a “condição de vulnerabilidade” a qual está submetida, sobretudo no que se refere aos direitos trabalhistas: *“Aqui eu preciso contribuir à parte com a previdência. Não tenho meus direitos, como férias, décimo, como os trabalhadores com carteira assinada tem. E tem outra coisa: se eu adoecer ou acontecer algo, não tenho ninguém pra ficar aqui, a não ser que eu pague”*. Esse perfil de trabalhador se identifica com a atividade desempenhada, mas almeja trilhar futuramente novos projetos profissionais.

4.7 Entre incertezas e vulnerabilidades: a trajetória de Elza

A aproximação com Elza ocorreu pela indicação de Ester. Era meado do mês de janeiro de 2025 quando ocorreram os primeiros diálogos com a entrevistada. Nessa ocasião, o pesquisador conversou sobre a pesquisa realizada e a convidou para uma entrevista com ele no próprio estabelecimento de trabalho, e ela aceitou prontamente. A entrevista foi realizada em dois momentos: no dia 18 de janeiro de 2025, em um sábado pela manhã, e no dia 25 de janeiro, também no sábado pela manhã. Os dois momentos de entrevista ocorreram com o box em funcionamento normal e com a entrevistada realizando sua rotina diária de trabalho

(organizando os produtos e atendendo aos clientes no balcão). Em todas as ocasiões em que foram realizados os contatos e as entrevistas, Elza se mostrou disposta a colaborar com a pesquisa.

Ela tem 51 anos. Mora em Igarassu, região metropolitana de Recife, com o esposo, aposentado do comércio, com quem compartilha os momentos de trabalho no box no camelódromo⁴¹. Tem dois filhos (16 e 21 anos), os quais moram em sua atual residência. Aliás, segundo Elza, uma das motivações para continuar trabalhando de camelô é *“continuar arcando com os custos dos filhos que ainda não trabalham. Só estão estudando, por enquanto. Então, preciso das vendas aqui para pagar um curso pra eles, as passagens de ônibus, todos os custos junto com meu esposo”*. Seu esposo é aposentado do comércio, tem 67 anos. Ambos são católicos e, no momento, frequentam as missas com regularidade, *“geralmente no sábado ou domingo à noite, na igreja que fica próxima de casa”*. A igreja que frequentam realiza missas durante a semana e nos finais de semana. Mas, *“por conta da correria da semana aqui no camelódromo e com os serviços quando chego em casa, só conseguimos ir à missa no fim de semana. Gosto de ir mais no domingo, porque no sábado ainda trabalho aqui. Ainda tento ajudar na praça de alimentação e na acolhida da igreja”*. A religião ocupa um destaque na vida dela, em relação aos valores e à crença. Todavia, ela ressalta os desafios e conflitos travados com os filhos em relação a disciplinamento e valores religiosos, destacando que *“essa geração dos meus filhos é difícil de educar para seguir uma religião, irem pra missa. Eles têm uma mente muito diferente para essa parte”*.

Em relação ao pai, Elza relata que ele passou por algumas ocupações. Estudou até o antigo 2º grau, foi mecânico de automóveis. Porém, aposentou-se na função de motorista de ônibus em uma empresa de transporte coletivo em Recife, a qual exerceu por dezesseis anos. Ela relata que seu pai *“sempre gostou muito de carros e ônibus”*, trabalhou por aproximadamente nove anos. Nesse período, passou por duas oficinas de carro: *“Meu pai entende muito de peças, serviços, consertos de carro. Na época em que ele trabalhava, os clientes só queriam que ele consertasse os carros, pra você ter uma ideia de como ele era bom nisso”*. A experiência acumulada durante as ocupações de mecânico e motorista de ônibus fez do seu pai um *“exemplo de esforço e dedicação para os filhos”*.

Em relação à sua mãe, Elza destaca que *“sempre foi uma mulher dedicada ao lar, aos filhos e à família”*. Ela estudou até a antiga 4ª série, foi criada no interior, na cidade de Belo

⁴¹ A entrevistada relatou que o esposo fica no box alguns dias na semana, quando ela precisa resolver algumas demandas pessoais externas (consultas, exames, por motivo de doença dentre outros).

Jardim⁴², e se mudou para a capital pernambucana na fase da adolescência. Nesse período, meados dos anos 1970, ao chegar à capital, morou na casa de parentes maternos: *“Minha mãe também sempre foi uma mulher dedicada, mas ela não chegou a trabalhar com carteira assinada. Ela naquela época só ajudava nas casas de família, lavava roupas do povo, cozinava quando chamavam, mas não teve condições de estudar, arrumar emprego de carteira assinada”*. Depois que chegou a Recife, sua mãe passou aproximadamente quatro anos para conhecer seu pai. Sobre a trajetória dos seus pais, Elza relata:

[...] meus pais, antes de se conhecerem, passaram por realidades e condições de vida muito diferentes. Meu pai sempre foi criado aqui mesmo em Recife, enquanto minha mãe teve uma vida sofrida e de muita dificuldade junto a seus 7 irmãos em Belo Jardim. Meu pai desde cedo trabalhou com carteira assinada e hoje tá aposentado. Quando conheceu minha mãe, ele já fazia consertos nos carros, quando conheceu e namorou com minha mãe, e depois nasceu minha irmã, a mais velha, depois meu irmão e por último eu, que sou a mais nova dos três. Então, minha mãe, além de não estudar, só chegou a fazer até a 4ª série, mas ela ainda sabe ler, com dificuldade, mas sabe. Já meu pai, ele trabalhou muito e sempre foi quem arcou com todo custo da casa, além de sustentar os três filhos. Então, imagino como foi difícil para meu pai passar anos nessa situação, até o dia em que minha irmã mais velha conseguiu trabalhar e ajudar dentro de casa (Elza).

A despeito da trajetória laboral de seu pai, por apresentar a inserção em duas ocupações centrais, segundo Elza, grande parte da *“trajetória do pai foi com carteira assinada, pois, antes de trabalhar na primeira oficina de carros, ele ainda pegava e fazia uns consertos de carros por conta própria, apenas para alguns conhecidos do bairro, e não tinha uma renda fixa”*. Tal perfil corresponde à maioria dos trabalhadores brasileiros, que entram nesse ciclo de rotatividade em diferentes atividades informais e precarizadas antes de conseguirem se fixar em um emprego formal. Essa é uma característica presente no padrão precário das relações de trabalho no Brasil, inclusive no Nordeste. Como será apresentado a seguir, a trajetória de Elza representa esse perfil de trabalhadora que permeou diferentes atividades informais e instáveis antes do ingresso nas atividades comerciais de camelô.

Sobre a personalidade de sua mãe, Elza diz admirar pelo exemplo de *“dedicação”* e *“cuidado”* pelos filhos e pela família: *“Uma mulher com uma personalidade forte, humilde, pobre, mas que sempre nos ensinou a ser alguém melhor na vida, a sempre batalhar, trabalhar com honestidade”*. No tocante ao seu pai, ela relata que *“também sempre foi um homem dedicado à família, trabalhador desde cedo. Com todo esforço, conseguiu construir uma casinha onde moram até hoje e criou seus três filhos com esforço”*. Ao fazer menção às

⁴² Belo Jardim é uma cidade do estado de Pernambuco situada a 183 km de Recife.

trajetórias do seu pai e da sua mãe, Elza relata que:

[...] por mais simples e humildes que meus pais sejam, eu agradeço muito pelos ensinamentos que eles me passaram desde criança. Vejo tanto meu pai quanto minha mãe como dois guerreiros, que sempre se doaram para família. Minha mãe, mesmo sabendo ler pouco e não ter trabalhado com carteira assinada, sempre falava para mim e meus irmãos serem pessoas do bem e trabalhar. Meu pai era mais rigoroso comigo e meus irmãos na época de escola. Lembro que ele ia levar e buscar a gente, perguntava sobre as atividades, ajudava também. Então, o que hoje eu tenho pra falar sobre meus pais é isso, que eles são exemplos até hoje. Quando sentamos em casa para conversar, sempre relembram a história, o que passaram, como foi a nossa infância. Minha mãe relembra quando ela saiu do interior. Conversamos muito sobre tudo isso (Elza).

Ela também fala com empolgação e entusiasmo sobre a trajetória da sua irmã mais velha. Para Elza, sua irmã é *“um exemplo de dedicação e estudo”*. Ela fala com orgulho sobre o esforço da irmã em conciliar o trabalho e o estudo até conseguir a conclusão do curso superior de Administração, depois de muito esforço e dedicação. Durante o dia, trabalhava e, à noite, frequentava as aulas em uma faculdade privada. Atualmente, ela coordena o setor administrativo de uma empresa de produtos químicos em Recife. Elza destaca que sua irmã *“se esforçou muito para encarar o dia todo de trabalho e ainda a noite ir para as aulas na faculdade. Lembro que ela chegava tão cansada, mas tinha o sonho de concluir o curso superior. Acho que ela passou uns seis anos para terminar o curso”*. Quanto ao seu irmão, Elza relata que não tem muita aproximação, desde quando ele se casou e se mudou para o Cabo de Santo Agostinho há aproximadamente cinco anos. Mas, ainda assim, *“mantemos contato via Whatsapp. Sempre envio mensagem e ele responde. Em algumas datas, ele vem pra cá, a gente se reúne na casa dos nossos pais. Mas eu tenho uma aproximação maior com minha irmã. Acho que é porque ela é a mais velha [risos]”*. A família ocupa uma centralidade na construção de disposições incorporadas por Elza em seu cotidiano. Isso pode ser evidenciado mediante empenho no trabalho, no companheirismo com os demais camelôs, sobretudo os que são próximos ao seu box, além do esforço para poupar recursos a serem investidos na educação dos filhos e na visão prospectiva, inspirada, sobretudo, na trajetória de sua irmã.

Ainda jovem, Elza acumula apenas duas experiências de ocupação no mercado de trabalho. Ela iniciou a sua trajetória laboral como cuidadora de idosos, função em que passou dez anos atuando nas residências das famílias. Nessa primeira experiência, enfrentou dificuldades no relacionamento com os filhos dos idosos: *“Muitas vezes não tinham modos de falar, ou exploravam muito, pois queriam que fizessem coisas que não me cabiam, e eu acabei passando muitos anos aguentando isso, além da minha saúde que ficou afetada”*, relata Elza.

É possível perceber, nessa primeira experiência da entrevistada, a sua indignação perante o tratamento que recebia, além da sobrecarga de trabalho à qual era submetida. Sobre a experiência de cuidadora de idosos, Elza destaca:

[...] cheguei a passar aproximadamente dez anos como cuidadora de idosos. Trabalhei em várias casas e sempre quis ficar apenas durante o dia. Quando aparecia alguma oportunidade para ficar como cuidadora à noite, eu não aceitava. À noite, sempre preferia tá em casa, cuidando das coisas e dando uma atenção ao esposo e filhos. Eu até que gostava do que fazia. O problema não era nem os idosos, porque eles gostavam muito de mim e eu cuidava com todo carinho e atenção. O que eu não gostava era como os filhos desses idosos me tratavam. Não era todos, mas alguns não tinham formas de falar comigo, mandavam eu fazer coisas que não me cabiam como cuidadora. Eles se aproveitavam muito do tempo que estava dentro da casa. Sempre ficava em uma jornada de doze horas, das sete da manhã às sete da noite. Esses filhos pagavam meu salário. Eles tinham até condição boa, mas eles gostavam de tá pedindo para eu fazer muitas coisas que não era da minha função, coisas de limpar alguma coisa da casa, está comprando coisas no mercado. Eu já tinha minhas obrigações que era só com o idoso. Isso eu fiquei aguentando durante anos e não batia de frente nem reclamava. Na época, eu conversava em casa sobre essas situações, mas nunca chegava pra os filhos desses idosos que eu cuidava para reclamar ou dizer algo. Até que chegou um momento que decidi não seguir mais nessa área. Me revoltei de vez e não quis mais [...].

Diante dessa situação à qual estava submetida – relata com certa revolta –, Elza reitera que, se fosse atualmente, não teria se comportado de forma silenciosa nessas situações de desrespeito e humilhação perante os patrões: *“Se eu tivesse o pensamento que tenho hoje, eu não passaria por tudo aquilo que passei. Falaria com todo respeito o que aceitaria ou não, deixando claro quais eram as minhas obrigações”*. Quando relatou essa condição, a entrevistada se expressou com certo teor de indignação, pois, segundo ela, são posturas de muitos patrões o *“tratamento arrogante”* e *“desrespeitoso”* e, sobretudo, para aqueles e aquelas que exercem a função dentro das residências, tais como *“cuidador de idoso”* e *“empregada doméstica”*, destaca Elza. Essa disposição é desencadeada no contexto em que ela estava participando da entrevista.

No tocante à sua segunda experiência profissional, a entrevistada pontua que exerceu a função de atendente de padaria em uma rede de supermercado na zona sul de Recife, ocasião em que passou cinco anos. Elza destaca que soube da oportunidade da vaga por meio de uma amiga que trabalhava no mesmo estabelecimento como operadora de caixa: *“Assim que minha amiga soube da vaga, pediu meu currículo e entregou na loja, me indicou e entraram em contato comigo. Fiz todo o processo, entreguei os documentos e comecei a trabalhar poucos dias depois. Foi tudo rápido”*. Sobre a rotina de trabalho nessa segunda experiência, ela destaca:

[..] eu trabalhava de segunda à sábado, sempre pegava de oito da manhã e largava às seis horas da tarde. Como precisava pegar dois ônibus para ir trabalhar, eu acordava muito cedo, pouco antes das cinco da manhã para organizar meu almoço, deixar as coisas em casa pronta e sair. Lá eu tinha uma hora de repouso que era no horário do almoço. Depois seguia até o horário de largar. Como eu trabalhava diretamente no balcão da padaria, tinha uma outra pessoa que também fazia o mesmo serviço que o meu. Não era só atender os clientes, mas a gente embalava, pesava, organizava os doces, bolos nas prateleiras, porque sempre tinha vistoria pra saber se estava tudo organizado e limpo. Então, quando dava seis horas, eu largava. Pegava dois ônibus também pra voltar pra casa. Na volta, eu já estava muito cansada, porque passava muito tempo em pé no supermercado. Quando tinha sorte de pegar ônibus com cadeira livre, ainda conseguia sentar, quando não ia em pé. Passei cinco anos nessa rotina [...] (Elza).

Elza relata que, durante o tempo em que trabalhou como cuidadora de idoso e como atendente de padaria, seu esposo exercia as atividades de vendedor. Passou por alguns estabelecimentos comerciais, incluindo algumas lojas de calçados e depois uma loja de materiais plásticos, em que se aposentou na função de vendedor: *“Tanto eu como meu esposo sempre gostamos de trabalhar e dar o melhor para nossos filhos. Mesmo depois de aposentado, ele não parou. Passou alguns anos em casa parado, mas depois acabou voltando ao ramo de comércio. Foi quando abriu esse box aqui pra vender materiais plásticos como sacolas, embalagens, sacos”*. Então, ela destaca que sua inserção no camelódromo se deu, inicialmente, pelo esposo. Nesse período, Elza estava desempregada e comparecia ao box a fim de ajudar seu esposo. Foi nesse momento em que os dois acabaram se tornando proprietários do box.

No que se refere à experiência de camelô, o exemplo da trajetória de Elza apresenta dois momentos distintos. O primeiro foi quando ela inicia a atividade laboral em 2016, por intermédio do esposo, marcado pelo entusiasmo e a *“necessidade de ocupar o tempo”*. O segundo começou em 2022, após o adoecimento do esposo e posterior afastamento definitivo do camelódromo, quando Elza precisou assumir o controle e as responsabilidades do comércio. Sobre o primeiro momento, ela relata:

Depois que pedir pra sair do supermercado, fiquei vários anos parada em casa. Ainda cheguei a fazer unhas em casa e vender docinhos. Eu até tinha uns clientes que sempre faziam comigo as unhas e os docinhos eu vendia rápido. Todos gostavam. Vendia brigadeiro, surpresas de uva, empadinhas doces e outras coisas. Então, o que conseguia apurar, ajudava também com as despesas de casa. Cheguei a ficar ainda uns três, quatro anos assim, enquanto meu esposo ficava no camelódromo. Depois, a movimentação de clientes para fazer as unhas caíram muito, raramente aparecia um ou outro. Então, foi quando comecei a ajudar meu esposo no box algumas vezes na semana. E, quando ele não podia ir, eu ficava lá também. Logo no começo, ainda levava os docinhos de casa e vendia lá. Os clientes que chegavam eu oferecia e compravam. Todos os dias eu levava, fazia docinhos de vários tipos e vendia a um, dois reais dependendo do sabor e do tipo. Aqui a gente sempre vendeu isso [acena para

mostrar os produtos expostos], vários tipos e tamanhos de sacola, sacos para guardar diferentes produtos. Então, aqui a gente sempre vendeu essa variedade de sacos e sacolas. Vendemos por quilo e outros por unidade. Depois que entrei, senti a necessidade de inovar, colocando à venda descartáveis, embalagens para presentes. Então, a variedade de produtos da gente aqui aumentou [...] Como meu esposo já é aposentado, eu pago a minha previdência por fora, todo mês para depois quando se aposentar ter direito a pelo menos um salário-mínimo. Vejo que nós camelôs daqui de Recife deveríamos receber mais atenção por parte da CSURB, da prefeitura. Só agora do início de 2024 pra cá que vieram mudar a estrutura do camelódromo com esse projeto da prefeitura de requalificação. Melhorou muito porque mudaram as fachadas, a pintura, os banheiros, o piso dos corredores dos módulos, mas ainda nos sentimos sem apoio para ouvir nossas dificuldades, colocar mais seguranças por aqui, porque vez ou outra têm uns assaltos. Toda semana a gente fica sabendo. Vejo também que não temos uma mobilização para lutar por nossas melhorias. Os próprios camelôs não se juntam para lutar, ir as ruas, até a prefeitura esse tipo de coisa [...] (Elza)

O entusiasmo com a atividade de camelô diminuiu quando seu esposo teve problemas de saúde e precisou se ausentar definitivamente das atividades no camelódromo em 2022. Desde esse momento, Elza passou a administrar sozinha o box. Consequentemente, a jornada e a rotina de trabalho sofreram alterações, pois Elza precisava estar sempre no box de segunda a sábado, além de resolver outras demandas, tais como a compra dos produtos (quinzenalmente) para colocar à venda, organizar, atender os clientes, além de “*cumprir com as obrigações de dona de casa à noite*”. Notam-se as diferentes obrigações às quais está submetida no trabalho de camelô atualmente e nos serviços domésticos. Quanto aos padrões e condições de trabalho no camelódromo aos quais está submetida, Elza destaca:

[...] hoje em dia minha rotina tem sido muito corrida, porque, além de dar conta durante o dia dos trabalhos aqui no camelódromo, quando chego em casa à noite, tenho que dar conta das coisas em casa, fazer comida, dar um apoio ao meu esposo, uma atenção aos filhos. Minha jornada de trabalho começa por volta de quatro e meia da manhã. Quando vou dormir, já é bem meia noite... muito cansada. Aqui no camelódromo, tem dia que é muito tranquilo, quase sem movimento de clientes. Às vezes aparece um, depois outro pergunta o preço, compra algumas coisas, mas nada de movimento muito intenso. Já tem dia que a movimentação é grande. Como vendo também sacolas, as pessoas compram por quilo. Tem outras que, dependendo do tamanho, escolhem comprar por quantidade. Mas já tenho meus clientes certos. A maioria é daqui mesmo das lojas e pontos comerciais do centro da cidade. Como aqui vendo também descartáveis, pratos, copos, bandejas, acaba saindo muito também dia de sábado. Geralmente as pessoas compram mais pra passarem a semana, principalmente quem tem lanchonete, bares e usam descartáveis. Então, posso falar que observo diferenças nas movimentações aqui dentro do camelódromo. Como tem vários boxes e cada um vendendo diferentes produtos e serviços, acaba que a movimentação varia muito. O que predomina aqui dentro são os boxes de roupas, brinquedos, produtos eletrônicos, relógios e sapatos. Então, acaba gerando uma concorrência muito grande entre esses camelôs. No meu caso, acho que só tem eu aqui no módulo

2 e mais outro camelô que também trabalha com sacolas, sacos e embalagens. Mas eu acabo concorrendo com várias lojas nas ruas aqui perto que vendem as mesmas coisas que eu. Sempre falo que ser camelô é um desafio diário. Você convive com muitas incertezas: se vai conseguir a renda no fim do mês, se durante a semana o movimento vai ser bom ou não, além da falta de apoio da prefeitura. Quando passa alguém da CSURB por aqui, nem sequer param pra saber como estamos, nossas reivindicações. Só passam pra fiscalizar como os produtos estão expostos ou, se há alguma denúncia, eles veem... esse tipo de coisa. Hoje em dia, é mais fácil você encontrar boxes que não estão mais em funcionamento, porque alguns estão desistindo de ser camelô aqui. Têm aparecido muitas lojas por aqui vendendo as mesmas coisas que a gente. Então, acaba dificultando o trabalho do camelô. Sigo aqui ainda por conta das necessidades e que preciso ter alguma renda, ainda que tem mês que não consigo nem tirar um salário. Já têm outros que consigo, quando é mês de festa ou de alguma data como dia de criança, natal e outras (Elza).

A trajetória de Elza na atividade de camelô representa mais um caso paradigmático que evidencia as vivências, os desafios e a realidade laboral dessa categoria de trabalhadores na área central de Recife. Assim como os demais camelôs entrevistados, depara-se com a real vulnerabilidade à qual se está submetido. Afinal, conforme se evidenciou nas entrevistas, eles seguem trabalhando de camelô em razão das necessidades financeiras ou porque já estão na atividade há vários anos e não conseguem encontrar outra oportunidade de trabalho no momento, ainda que estejam cada vez mais angustiados, convivendo com sentimentos incertezas e submetidos às condições de precariedade.

4.8 Velhas e novas experiências no comércio: a trajetória de Eunice

O sexto caso analisado é o de Eunice. O contato com ela ocorreu por ocasião das visitas periódicas e das observações ao campo, em novembro de 2024. Na ocasião, o pesquisador visitou o box durante alguns dias e estabeleceu os primeiros diálogos com a trabalhadora sobre a pesquisa desenvolvida. Após um período de dois meses de aproximações e visitas constantes ao camelódromo e ao box de Eunice, ela aceitou contribuir com a pesquisa e participar da entrevista. A entrevista aconteceu em três sessões, em virtude da disponibilidade de Eunice e do horário sugerido por ela para a realização das entrevistas. Nesse sentido, as sessões ocorreram em dias alternados: 18, 22 e 25 de janeiro de 2025 no período da manhã.

A entrevistada tem 39 anos, solteira e tem uma filha de 10 anos de idade. Já passou por um casamento com duração de cinco anos, ocasião na qual teve sua filha. A separação ocorreu logo após o nascimento da menor. Após a separação, ela ficou morando sozinha com a filha na cidade de Paulista, região metropolitana de Recife, próximo à residência de seus pais.

Se o início da vida adulta de Eunice foi marcado por algumas dificuldades específicas

nos aspectos emocionais⁴³ e quanto à busca e inserção no mercado de trabalho, a sua infância e adolescência foram marcadas, *“por momentos felizes, onde consegui frequentar a escola, estudar e ainda concluir um curso superior de marketing”*. Eunice é filha única e teve, no processo de socialização, durante a fase de primeira infância e adolescência, as marcas da presença dos pais, sobretudo no tocante ao incentivo ao processo de escolarização. Mesmo sem irmãos, contou com a companhia de primos e das redes de amizade, cujas relações mantém até o presente momento (janeiro de 2025): *“Sou filha única, mas sempre tive apoio, atenção e carinho dos meus pais, dos meus primos, e sempre tive amigos desde quando era pequena. Só não fui muito de tá na casa dos outros, meus pais não deixavam. Mas brincava na rua, na praça. Até hoje tenho esses amigos”*.

Os pais de Eunice ocupam uma centralidade em sua trajetória. Sobre eles, Eunice destaca: *“Herdei dos meus pais essa vontade de trabalhar e querer conquistar as coisas com força e humildade. Lembro que meus pais sempre falavam isso para mim: ‘Lute, filha, para conseguir suas coisas’”*. Para a entrevistada, seus pais foram os primeiros a lhe ensinarem a ter dedicação, foco e *“trabalhar de forma honesta”*:

[...] lembro sempre da minha mãe e do meu pai dizendo “filha, na vida, pra gente conseguir conquistar alguma coisa, uma casinha pra morar, um carro ou trabalhar em algum lugar, precisamos de muita dedicação, foco e não esquecer de sempre trabalhar de forma honesta. Até no tempo em que eu ia pra escola, minha mãe nunca deixou de me apoiar nas atividades. Meu pai sempre perguntava como foi meu dia. Às vezes, me ajudava também nas atividades, iam para as festas da escola. Eles sempre foram presentes para mim. Até hoje recebo o apoio deles. Mesmo estando aqui trabalhando como camelô e fazendo outros trabalhos por fora na área de eventos, eles me apoiam, ficam com minha filha durante o dia e ainda, quando pego algum serviço extra à noite, eles ajudam também (Eunice).

Durante a realização da entrevista, Eunice deixou evidente a importância dos pais ao longo da sua trajetória, bem como o apoio que recebe deles no atual momento em que se encontra enquanto trabalhadora camelô, mãe solteira e ainda quando é chamada, algumas vezes, para trabalhar como recepcionista de eventos ou garçoneiro. A mãe de Eunice concluiu o ensino médio, tem o curso técnico de enfermagem e trabalha como agente de saúde. Sobre o trabalho dela, Eunice relata que:

[...] minha mãe trabalha como agente de saúde lá no bairro que a gente mora. Então, fica bem mais fácil pra ela, porque já que tá perto de casa, não precisa pegar ônibus. As visitas que ela faz nas casas que ficam nas ruas próximas à que ela mora. A maioria dos moradores já conhecem ela. Então, minha mãe

⁴³ Relata problemas emocionais (ansiedade e depressão), sobretudo quando saiu do emprego como vendedora em loja de roupas femininas, não obtendo posterior inserção no mercado de trabalho.

gosta do trabalho, ela acha tranquilo. Ela faz as visitas. Às vezes, tem alguma atividade no posto de saúde do bairro, ela participa. Têm dias que ela trabalha umas três, quatro horas. Ela faz as obrigações dela na parte da manhã. Mas têm vezes que volta cedo, antes de meio-dia ela já tá em casa. Ela gosta do que faz. Além disso, ela ainda me ajuda a olhar minha filha à tarde, porque pela manhã já saio e deixo ela na escola que fica lá mesmo no bairro. Então, já ajuda no deslocamento da minha mãe até a escola [...]. Minha filha fica na casa dos meus pais até a noite. Passo lá, pego e vou para casa [...] (Eunice).

O seu pai tem uma mercearia ao lado da casa em que mora. Depois que trabalhou durante dezesseis anos como vendedor de lojas de móveis, decidiu abrir algo e administrar. Após sair do último emprego com carteira assinada em 2015, o pai de Eunice, aproveitando-se do pequeno galpão (que faz parte da residência), começou a montar a mercearia com alguns produtos alimentícios: *“Meu pai, com o dinheiro que tinha juntado, conseguiu comprar as prateleiras, os produtos, organizar tudo e começar esse novo empreendimento. Ele começou vendendo arroz, feijão, macarrão... esses tipos de produtos”*. Até o momento, o pai de Eunice trabalha como autônomo: *“É uma atividade que ele gosta muito, pois sempre gostou de trabalhar com vendas e comércio durante muitos anos”*. Sobre o trabalho do pai, Eunice relata que:

[...] meu pai trabalhou quase quinze anos como vendedor. Ele já passou por várias lojas de móveis do centro do Recife. A última que ele trabalhou acabou fechando em meados de 2015. Daí, ele aproveitou um espaço, tipo galpão, que tenha ao lado da casa dele, onde ele guardava materiais, e o carro e aproveitou para abrir uma mercearia. Ele tinha um dinheiro guardado no banco. Então, aproveitou esse momento para investir no seu negócio. Foi quando comprou todas as prateleiras, pintou, comprou os materiais necessários, os alimentos... tudo que precisava para começar a funcionar. Foi rápido. Ele trabalha sozinho na mercearia, durante o dia, fecha por volta de sete da noite e, no domingo, fecha ao meio-dia. Meu pai até que gosta do que faz. Só percebo que, por conta da idade avançando, ele já se sente muito cansado [...] Como ele ainda não completou o tempo para aposentadoria, ele contribui com a previdência por fora (Eunice).

Eunice afirma que sua trajetória escolar foi “tranquila”. Até a conclusão do ensino médio, *“sempre fui uma aluna presente na escola, sempre fazia as atividades e estudava para tirar notas boas. Só não fui muito boa na parte de matemática”*. Ressalta também os estímulos que sempre recebeu dos pais durante as fases de infância e adolescência, bem como durante os anos que cursou marketing em uma instituição de ensino superior privada: *“Posso dizer que não me faltou apoio dentro de casa. Só não consegui me estabilizar muito tempo em emprego com carteira assinada. Acabei vindo trabalhar aqui como camelô, mas também pego uns extras por fora [...] Não exerci essa parte de marketing. Só fiz o curso”* (Eunice). Ela estudou em escola particular até o ensino fundamental. Depois, seus pais colocaram na rede estadual de ensino, quando cursou todo o ensino médio. Esse processo de mudança proporcionou a Eunice

relações sociais com colegas oriundos de diferentes realidades e classes sociais.

Estudei a vida toda em escola particular. Acho que estudei em duas lá mesmo perto da casa onde meus pais moram. Antes de começar o ensino médio, meus pais decidiram colocar na escola pública, porque eles diziam que os custos com a escola estavam aumentando muito. Foi difícil aceitar essa mudança, porque eu queria continuar de todo jeito na escola particular. Mas, depois que entrei, me deparei com outra realidade. Levou um tempo para me acostumar, mas depois deu certo. Fiz muitos amigos, tive bons professores, tirei notas boas [risos]. Meus amigos tinham condições bem diferentes. Tinha alunos como eu que saíram da escola particular, outros sempre foram da escola pública, mas eu sempre me dei bem com todos na sala, na hora do recreio. Tem uns que lembro até hoje, encontro na rua ou em algum evento que vou à noite trabalhar como garçonne ou recepcionista, sempre me deparo com um e outro. Até aqui passando pelo camelódromo já encontrei. Então, foi um período bom da minha vida [...] (Eunice).

Esse aspecto relativo à mudança para uma escola pública, no início, afetou a autoestima de Eunice. Desse período, ela lembra uma lição que toma como exemplo para as suas práticas. Trata-se de uma perspectiva individualista acerca das dificuldades enfrentadas, sobretudo no tocante à adaptação. No relato de Eunice a seguir, percebe-se a questão do retorno ao indivíduo como responsável pela sua infelicidade, ou ainda, a autoajuda como tática para superação de tais dificuldades (Bourdieu, 1998b)

O processo de socialização de Eunice na escola foi fundamental para organizar sua percepção. Conforme relata, foram os professores e a rede de amigos que construiu que lhe proporcionaram novos olhares e novas interpretações da realidade.

[...] aprendi muito nos três anos que passei na escola pública. No começo, foi um choque de realidade, porque eu vim de muitos anos só estudando em particular. Então, quando meus pais falaram que eu iria para outra escola, eu chorei e não queria de jeito nenhum. Mas, depois que passaram os meses, fui conhecendo os amigos, os professores e tudo, comecei a mudar minha visão sobre aquela realidade. Comecei a ter muitos amigos bons, fora os professores que lembro até hoje, das aulas, do quanto eles nos motivavam a não desistir, estudar. Eles fizeram parte da minha história. No final do meu ensino médio eu nem sabia o curso que faria. Então, acabei fazendo marketing, porque fui pesquisar um pouco e gostei de algumas coisas, das matérias que estudava [risos]. Fiz o curso, cheguei a terminar, mas acabei não seguindo na profissão. Meus pais, com todo esforço, ainda conseguiram pagar as mensalidades do curso. Acho que era pra ter feito outro curso, ido pra outra área. Mas depois comecei a trabalhar com outras coisas e acabei não fazendo outro curso e estudando. Casei, tive uma filha [...] (Eunice).

O seu ingresso em uma faculdade privada, no curso de marketing, após suas pesquisas sobre a área e orientações recebidas dos professores no final do ensino médio, revelam essa disposição: *“Eu não tive dificuldades de acompanhar o curso. A maioria das matérias envolvia leitura. Eu sempre gostei de ler. Então, tirava notas boas também. Então, foi tranquilo o tempo*

que passei no curso de marketing”. Ela destaca que, ao longo do curso, os pais arcaram, além dos custos referentes à mensalidade, com “*passagens de ônibus*”, “*lanches*” e “*cópias e impressões de materiais do curso*”. Observa-se que, na trajetória de Eunice, as dificuldades financeiras não foram obstáculos reais para a continuação e finalização tanto do processo de escolarização na educação básica quanto do superior, diferentemente da realidade enfrentada por Djalma e Edson, por exemplo. Nesse sentido, ela teve na figura dos pais o apoio (material e simbólico) necessário para trilhar um caminho de êxito ao longo da educação básica, bem como na formação superior: “*Sem o apoio dos meus pais, talvez eu nem chegasse a fazer e concluir um curso superior em uma faculdade particular*”.

A sua trajetória de trabalho, antes de ingressar no camelódromo, caracterizou-se por empregos de baixa remuneração, embora formalizados. O primeiro emprego foi de “*demonstradora de vendas*”, visitando redes de supermercados para “*fazer a demonstração e oferecer o produto aos clientes, no caso biscoitos e bolachas*”. Foi um emprego formalizado em que passou dois anos. Deixou esse emprego para exercer a função e “*vendedora*” em uma loja de roupas femininas, cuja supervisora era sua amiga: “*Entrei nesse novo emprego a convite de uma grande amiga que, na época, era supervisora. Então, estava precisando de mais uma pessoa no quadro. Ela entrou em contato comigo e aceitei. Recebia até mais um pouco que demonstradora*”, rendendo ainda “*novas experiências*”. É na socialização vivenciada no segundo emprego que, segundo a percepção de Eunice, ela agrega e incorpora valores centrais e importantes para suas experiências na vida adulta.

O meu primeiro emprego com carteira assinada foi como demonstradora de vendas. O que eu fazia era visitar redes de supermercado para fazer a demonstração dos biscoitos e das bolachas, oferecer aos clientes esses produtos e as novidades que estavam surgindo, principalmente os sabores. Era um trabalho que pegava às oito da manhã e largava às seis horas da tarde. Na semana, eu chegava a passar por uns três ou quatro supermercados. Eu até gostava do que fazia. O que o era mais difícil era o deslocamento, tinha que tá sempre pegando vários ônibus, metrô por dia para chegar nos supermercados. Ganhava por volta de mil e seiscentos reais e só tinha direito a folgar no domingo. Passei ainda dois anos nesse trabalho. Foi quando uma amiga minha, que na época era supervisora de uma loja de roupas femininas, me falou de uma vaga na mesma loja em que ela trabalhava. A vaga era para vendedora. O salário era uns mil e oitocentos, com direito a vale refeição, passagens, mas só tinha direito a uma folga na semana, variando de acordo com a semana. Nesse segundo emprego, eu tive uma boa experiência, atendia os clientes, aprendi muito com essa minha amiga que era supervisora sobre técnicas de vendas, o tratamento aos clientes, coisas sobre comunicação. Aprendi bastante. Então, foram experiências muito boas para meu crescimento. Depois de ter passado quase cinco anos, a loja foi fechada por dificuldades e problemas financeiros. Foi quando eu sai e fiquei desempregada (Eunice).

Para Eunice, as experiências adquiridas no segundo emprego lhe oportunizaram “um aumento salarial” e “novos aprendizados”. A propósito, em seu relato acerca das vivências como vendedora, notam-se a dedicação ao trabalho e a disposição aos novos aprendizados. Fica assim expresso o papel da amiga (supervisora) nessa fase da sua vida, na medida em que foi por meio dela que Eunice “*aprendeu*” e “*pôs em prática*” temas ligados à área de vendas, além das “*amizades*” construídas durante esse período, as quais influenciaram a sua trajetória de trabalho. Nesse sentido, ela destaca:

[...] foram quase cinco que passei na loja, mas aprendi muito com a supervisora, que ainda hoje é uma grande amiga. A gente já se conhecia desde o tempo da faculdade, mas eu fazia marketing e ela fazia administração. Pegamos uma amizade nos corredores da faculdade, na parada de ônibus. Ela sempre foi uma pessoa muito esforçada. Já trabalhou como supervisora em várias lojas. Então, quando comecei como vendedora na loja, ela me passava muitas dicas, me explicava muitas coisas sobre vendas. Nossa amizade se estreitou ainda mais. Por meio dela, também conheci novas pessoas [de outras lojas], clientes muito bons, tudo isso. Quando precisava me atrasar por algum motivo ou sair mais cedo, ela sempre me ajudava também e ajustava os horários. Ela sempre foi uma supervisora de conversar e fazer os acordos junto com as vendedoras. Foi uma experiência que não esqueci (Eunice).

Depois que saiu do emprego de vendedora de loja, Eunice passou um período de dois anos desempregada (2016-2018). Durante esses anos, ela destaca que entregou “*currículo em vários lugares, chamavam pra realizar a entrevista e pediam pra aguardar e não tinha retorno. Fui em várias lojas entregar currículo, entregava também aos conhecidos*”. Para conseguir obter alguma renda e não ficar sob a dependência financeira dos pais, ela decidiu vender capas de celular, carregadores, além de produtos de higiene pessoal, tais como hidratantes, perfumes. Durante esse tempo, ela aproveitou um espaço na mercearia do pai para expor esses produtos: “*Coloquei uma bancada em um espaço onde fica a mercearia do meu pai e organizei os produtos para vender*”. Eunice destaca que comprou esses produtos com o dinheiro que juntou enquanto trabalhava como demonstradora e vendedora.

Há sete anos, Eunice é camelô e tem nesse trabalho a sua única fonte de renda. Segundo ela, em meados de 2018, um pai de uma amiga que trabalhava como camelô em um box localizado no segundo módulo decidiu finalizar suas atividades devido à idade e aos problemas de saúde. Assim, Eunice aproveitou a oportunidade e recebeu o repasse do respectivo box. Desde então, ela passou a comercializar vários modelos de capas e carregadores de celular, além de capas de notebook: “*Depois comecei a inovar nos meus produtos e passei a vender caixinhas de som, fones de ouvido. Achei melhor diversificar os produtos aqui*”. Ela afirma realizar uma jornada de trabalho de 10 horas diárias aproximadamente, de segunda à sábado.

Eunice destaca que a renda como camelô é “*muito variável, depende da época do ano, se tem alguma data comemorativa ou do dia da semana. Começo de mês geralmente o movimento é maior, porque as pessoas recebem dinheiro*”. Em determinados meses, a “*renda chega a aproximadamente R\$ 1.500,00 - R\$ 2.000,00*”. Todavia, atualmente, Eunice tem percebido uma diminuição na renda obtida como camelô, na medida em que têm aumentado o número de lojas e outros estabelecimentos comerciais locais que comercializam os mesmos produtos encontrados dentro do camelódromo. Sobre a trajetória de trabalho como camelô, ela destaca:

[...] o comércio aqui no camelódromo é muito variável e muito... eu acho que tem desmotivado os camelôs, principalmente aqueles que só tem aqui como principal fonte de renda. Daqui eu preciso tirar o meu sustento e o da minha filha [...] O pai da minha filha ainda paga a escola dela e dá uma quantia que ajuda a comprar alguma coisa que ela esteja precisando, os lanches no mês ou algum passeio para ela. Mas é como camelô que me sustento. Não quero mais tá recebendo ajuda financeira dos meus pais. Eles já me ajudam muito, principalmente minha mãe, quando olha minha filha, leva para escola ou, quando preciso fazer alguma outra coisa, ela também fica. O que impacta também, no meu caso, é que tem muitos outros camelôs aqui dentro que acabam vendendo os mesmos produtos que eu, o que acabam aumentando ainda mais a concorrência. Têm momentos que eu fico pensando se continuo aqui ou não. Além da jornada de trabalho aqui, tem a outra jornada de dona de casa, cuidar de filha. Quando estou doente ou preciso resolver alguma coisa minha, eu tenho que deixar o box fechado [...] (Eunice).

Eunice relata, por exemplo, que tem conseguido guardar os domingos para aproveitar os momentos de lazer com sua filha e sua família. Às vezes, ela consegue levar a filha ao parque, à sorveteria, a algum aniversário ao qual é convidada ou ainda almoça na casa de seus pais e, algumas vezes no mês, frequenta a missa com a filha aos domingos pela manhã. Quando questionada sobre as diferenças entre os trabalhos anteriores com o de camelô, Eunice diz que “*a diferença é que, como camelô, eu sou uma trabalhadora informal, não tenho meus direitos garantidos, carteira assinada. Então, eu contribuo por fora para ter direito lá na frente quando chegar o tempo. Nos outros trabalhos, eu tinha meus direitos e a carteira assinada*”. Além desses fatores mencionados pela entrevistada relativos à proteção social, Eunice percebe que seu trabalho atual depende da sua organização do tempo e do seu autogerenciamento. Questões ligadas à instabilidade, flexibilização ou mesmo à ausência de proteção social, bem como às incertezas em relação à renda, são alguns temas mencionados em alguns momentos de fala da entrevistada, além de serem tratados como desafios a serem superados individualmente.

4.9 As experiências de precariedade à luz das trajetórias de trabalho

Os exemplos das trajetórias analisadas apontam particularidades, sobretudo no que tange

ao aspecto motivacional para a inserção na atividade comercial de camelô e alguns dos caminhos utilizados. Conforme observado, os entrevistados ingressaram nessa atividade em um contexto de desemprego, crises e dificuldades financeiras. Com o aumento da informalidade e dos elevados índices de desemprego, notadamente na região Nordeste do país, um contingente considerável de trabalhadores desempregados ou subempregados, bem como aqueles que participaram da pesquisa, encontraram, no comércio popular e informal, uma maneira para se (re)inserirem no mercado de trabalho informal, ou algo menos, como uma estratégia para a obtenção de uma renda. Isso ajuda a explicar o crescimento do número de “ambulantes e “camelôs” nas grandes cidades do país, a exemplo da cidade de Recife.

Ao analisar as trajetórias, notam-se as marcas da precariedade laboral pelas quais esses trabalhadores passaram ao longo da vida, sobretudo, no que tange às atuais experiências e vivências no camelódromo de Recife. Com efeito, esses trabalhadores acabam estabelecendo algumas estratégias de sobrevivência e adaptação, visando adequar-se à forma como o trabalho é organizado no comércio popular. Essa condição produz, portanto, tensão e insegurança permanente entre os trabalhadores. Por um lado, a percepção do “autoemprego” e “autogerenciamento” condiciona a concepção e reforça o discurso do “empresariamento de si”, conforme destacado por Foucault (2008). Por outro lado, essa percepção dos trabalhadores está em conflito permanente com a Prefeitura e as secretárias e setores responsáveis pelo camelódromo no que tange ao apoio à categoria, para além das fiscalizações esporádicas. No entanto, há críticas e descontentamentos sobre a instabilidade salarial, insegurança e concorrências entre outros grupos de trabalhadores do comércio que perpassam outros espaços na área central da cidade. Um exemplo disso está no depoimento de Djalma, quando relata sobre as vivências, perspectivas e desafios do ser camelô:

[...] bem, essa é uma atividade no ramo de comércio. Então, depende de muitos fatores para acontecer, como os preços, o tipo de produto, as vendas, as promoções e a concorrência. Então, posso dizer que ser camelô é estar no meio desses desafios todos. Além do mais, que tem a questão dos embates com a prefeitura, que, pelo menos aqui, os fiscais só passam algumas vezes na semana só para vistoriar. Falta apoio, diálogo com esses trabalhadores para nos ouvirem das nossas dificuldades. Falta também um movimento de luta. Não vejo, pelo menos aqui durante esse tempo, uma união dos camelôs para se juntarem e irem às ruas lutarem, irem até a prefeitura. Só no começo do ano de 2024 quando começaram os trabalhos de requalificação foi que a gente viu uma movimentação maior da prefeitura, da CSURB por aqui pelos corredores (Djalma).

Outro depoimento que destaca pontos de tensão nas atividades laborais dos camelôs é o de Edson. Segundo ele, uma dessas tensões tem sido na relação entre os próprios camelôs, bem

como entre outros trabalhadores locais e externos ao camelódromo que atuam no ramo de comércio:

[...] aqui, como são muitos camelôs e tem muitos boxes em funcionamento, acaba gerando muitas tensões e disputas com relação à venda dos produtos. Por exemplo, eu aqui comercializo esses produtos aqui. No mesmo módulo, têm outros que também vendem a mesma coisa, como têm também as lojas e outros estabelecimentos aqui perto que também vendem. Então, isso acaba gerando uma disputa para atrair clientes, estabelecer os preços, a qualidade do produto. Hoje você pode perceber também que têm os ambulantes pelas ruas que vendem também produtos que a gente vende também. A diferença é que a gente tá aqui dentro e eles ficam pelas ruas vendendo. Quando um cliente vem aqui, eu procuro dar toda atenção, mostrar as opções, fazer as testagens no aparelho, se comprar carregador ou capinha de celular. Eu gosto de atrair o cliente para não perder, porque senão ele vai ali no outro box e compra. Então, é preciso ter toda essa atenção com o cliente (Edson).

Os demais entrevistados abordam, de alguma forma, essas tensões nas suas experiências de trabalho, ressaltando o aspecto da sobrecarga, que está para além das atividades desenvolvidas no comércio, sobretudo às mães de família. Como reflexo da percepção acerca do ser o “dono do próprio negócio”, as vantagens e desvantagens, sobretudo as desvantagens desse tipo de atividade, são relacionadas às estratégias e práticas individuais adotadas em suas rotinas de trabalho ligadas à área de venda. Ademais, a questão da autorresponsabilização pelo gerenciamento das atividades (sucessos, dificuldades, desafios, incertezas e perspectivas futuras) é uma característica comum entre os entrevistados.

Também merece destaque a individualização engendrada ao longo do processo histórico de experiências dos camelôs. Esse processo, de fato, tem desestimulado ações coletivas organizadas de luta pelas condições de trabalho. Dos casos analisados, percebe-se que os entrevistados até têm algum conhecimento básico sobre o tema, fora os que desconhecem ou não participam desse movimento em prol da categoria na cidade de Recife. Além disso, durante as visitas e conversas com os outros camelôs (além daqueles que participaram das entrevistas em profundidade), eles desconhecem ou não participaram de entidades coletivas da categoria, tais como sindicato, cooperativa, associação ou movimento.

Se, entre os exemplos de trajetórias analisados, há pontos de aproximação que levaram os camelôs ao engajamento e inserção na atividade e algumas das estratégias realizadas em suas rotinas de trabalho, pode-se perceber algumas diferenças acerca das perspectivas sobre o futuro e, principalmente, nos processos de socialização que os entrevistados vivenciaram e incorporaram determinadas disposições. No que tange à origem de classe, todos são filhos da classe trabalhadora. Mas as trajetórias escolares mostram certas diferenças relevantes. Everaldo, por exemplo, relatou uma vivência escolar com dificuldades, sem conseguir prosseguir e finalizar o

ciclo da educação básica, além de precisar trabalhar desde cedo para ajudar nas despesas de casa. Nesse sentido, expressa arrependimento por não ter estudado mais. Ester, por sua vez, apresentou uma formação escolar básica e técnica completas. Porém, não se identificou e não exerceu profissionalmente o curso de segurança do trabalho. Eunice representa um caso de ascensão nos estudos quando comparada às trajetórias de outros entrevistados. Ela foi a única que conseguiu concluir um curso superior. Porém, não demonstrou interesse em prosseguir nos estudos na área ou não se identificou, embora tenha relatado uma disposição para estudar e concluir com êxito a formação superior.

No que se refere à rotina laboral dos entrevistados, é válido destacar ainda que toda percepção acerca da realidade é relacional. Isso se justifica que, quando os camelôs foram questionados sobre os desafios e dificuldades que enfrentam no cotidiano de trabalho, eles os relacionam com as experiências e vivências passadas e, em alguma medida, com as trajetórias dos pais. Estabelecem ainda relações com a forma operacional e a rotina de trabalho entre as diferentes atividades, os rendimentos alcançados, o tempo disponível para o lazer, a família e a religião. Nota-se, portanto, os efeitos das trajetórias sobre as práticas e perspectivas de futuro desses trabalhadores.

Quando foram estimulados a comparar a condição de trabalho de camelô com as ocupações precedentes, a falta de proteção social do trabalho e a instabilidade no rendimento se destacaram como aspectos negativos e preocupantes entre os entrevistados. Já no tocante à flexibilidade da jornada de trabalho – outro aspecto que se destacou em tal comparação –, notou-se que os entrevistados o encaram como um aspecto positivo. Ao compará-la com as experiências de trabalho anteriores, a sua rotina de trabalho atual lhe possibilita administrar o tempo de início e término das atividades no camelódromo e aproveitar o tempo para outras atividades, como lazer e atividades religiosas, conforme destacado nos relatos de Djalma, Everaldo e Elza. Percebe-se que os entrevistados encaram a flexibilidade como uma das características que tornam a atividade de camelô atraente, mas aponta as dificuldades, de acordo com o período ano, em relação ao rendimento mensal, além do fator “concorrência” com outros camelôs e outros comerciantes das ruas e avenidas adjacentes ao camelódromo (figuras 20 e 21).

Figura 20 – Outros pontos de comercialização nas calçadas do camelódromo



Fonte: Trabalho de campo. 2024.

Figura 21 – Tendas com vendas de produtos ao lado do camelódromo



Fonte: Trabalho de campo. 2024.

Logo, as percepções dos entrevistados também expuseram certa relativização da condição de trabalho a qual estão vivenciando. No caso de Djalma, por exemplo, ele pontua que o trabalho do camelô “*não é fácil*”. Mas enfatiza que a renda lhe permite se sustentar e ainda investir em tempo para lazer. Já Edson demonstra o desejo de deixar a ocupação diante de um cenário que favorece o sentimento de indignação e revolta perante as condições de instabilidade e insegurança no trabalho. Nesse sentido, há a pretensão de repassar o box e trilhar outros projetos. Elza informa a pretensão de continuar nas atividades laborais, embora destaque expectativas para os estudos e a possibilidade de prestar concurso público de nível médio. Ela ainda almeja trilhar outros projetos profissionais com foco em vendas virtuais. As particularidades, no caso de Ester, Elza e Eunice, superaram a sobrecarga diária de trabalho, considerando as demandas, para além do

trabalho como camelôs, que envolvem os serviços domésticos e o cuidado com filhos e esposos, por exemplo. Um aspecto comum relatado pelos entrevistados é a questão da autonomia na dinâmica de trabalho no comércio popular e informal. No tocante a esse ponto, Eunice relata:

Durante esse tempo que estou aqui trabalhando como camelô, eu percebo que aqui a gente tem um pouco mais de liberdade para o trabalho, o que não acontece muito quando a pessoa está como empregado em uma empresa privada, porque você é controlado em tudo e tem que obedecer às regras da empresa. Isso gera muita tensão e o medo de perder o emprego. Aqui no camelódromo, eu posso definir meus horários, os preços que quero colocar nos meus produtos, as promoções. [...] Aqui também podemos conversar mais com nossos amigos de trabalho no tempo livre. Eu vou até o box de outro colega camelô, eles vem aqui, conversamos sobre as vendas, o movimento, nossas dificuldades. Quando tá sem movimento nenhum, ficamos sentados na frente do box conversando, rindo [...] Esses momentos também são bons aqui no camelódromo (Eunice).

A origem socioeconômica das famílias e, de maneira geral, as trajetórias dos pais também se mostram presentes nas percepções dos entrevistados acerca das próprias trajetórias. Em que pese a reprodução das experiências de trabalho envolvendo as famílias, nota-se que os filhos, camelôs, acham-se em uma condição que ao menos lhes permite obter uma renda e garantir a sua sobrevivência e da família. Everaldo e Ester, por exemplo, encontram-se em uma situação melhor que a dos pais, pelo menos no que se refere ao nível de escolaridade. A flexibilidade da rotina de trabalho, ainda que represente a precariedade, tem permitido aos entrevistados mais presença nas relações com a família.

Como foi demonstrado, a trajetória dos pais dos entrevistados é marcada pela precariedade do trabalho típica da região Nordeste. Até mesmo entre aqueles cujo pai ou mãe estava com emprego estável, como pai de Elza (aposentado) e a mãe de Eunice (agente de saúde), em seus depoimentos, observaram-se os esforços e caminhos trilhados para conseguir criar os filhos. Nos demais casos analisados, a trajetória dos pais traz situações da passagem por empregos informais e com baixos rendimentos. Frente a isso, a trajetória dos filhos não representa uma piora, mas em alguma medida se reproduz em condições similares. Entre os seis casos analisados, o que mudou de uma geração para outra foi a forma de exploração da força de trabalho e os estímulos para o engajamento no trabalho realizado.

A atualização dos mecanismos de exploração da força de trabalho no comércio popular e informal tem se articulado com certa eficácia às aspirações subjetivas dos indivíduos. Entre os exemplos entrevistados, nota-se o anseio para garantia das vendas e, consequentemente, a obtenção de uma renda mensal suficiente para arcar com os custos de vida, além da preocupação em contribuir com a previdência social na condição de trabalhador informal. Todavia, esse aspecto não representa o interesse de retornar ao modelo de regulação com base na Consolidação

das Leis Trabalhistas - CLT, com jornadas de trabalho fixas.

Evidenciar tais nuances é fundamental para compreensão da maneira como as diferentes perspectivas dos sujeitos acerca das práticas e experiências laborais estão integradas à dinâmica de trabalho regional e local. Constatase, nesse sentido, um processo de articulação caracterizado pela reprodução de condições de trabalho precarizadas e que atualiza os mecanismos de inclusão do trabalhador ao mercado de trabalho informal. Além disso, frente a uma conjuntura de crise e elevação das taxas de desemprego, a atividade de camelô, por exemplo, tornou-se uma alternativa atraente de autoemprego, principalmente em virtude da flexibilidade e da condição de autogerenciamento no trabalho desempenhado.

Ao mencionar as dimensões das desigualdades atreladas às trajetórias e experiências dos trabalhadores do camelódromo, verificou-se sua maior ligação entre as práticas e vivências dos próprios trabalhadores em termos de localização dos boxes nos respectivos módulos (se no primeiro, segundo ou terceiro módulo que totalizam a estrutura física do camelódromo), os quais, segundo relatos dos entrevistados, têm impactos na movimentação de clientes e nas respectivas vendas. Além disso, nas análises das entrevistas, foi possível constatar a desigualdade quando estabelecem comparações com os trabalhadores formais nas principais ruas e avenidas que dão acesso ao camelódromo, disputando as vendas de produtos no centro da cidade. Ainda assim, foi possível verificar condições desiguais das mulheres em relação aos homens camelôs em razão das obrigações que exercem nas suas respectivas residências após a jornada diária de trabalho no comércio. Essas trabalhadoras, além de camelôs, exercem os papéis de mãe e esposas, as quais demandam rotinas e jornadas que se prolongam ao longo da noite, gerando, com isso, sobrecargas e intensificações na rotina de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada nesta tese de doutoramento vai além de ressaltar a presença estruturante da precariedade e da informalidade no comércio popular e informal do centro de Recife - Camelódromo Calçadão dos Mascates. Ela ressalta um tipo de informalidade e condições de precariedade que ganhou força e se tornou central para o desenvolvimento do comércio local, bem como permeou as trajetórias e as experiências dos trabalhadores. Esse fenômeno social e laboral demarcou temporalidades, imprimiu materialidades e fortaleceu vínculos sociais que, ao longo do tempo, deram formas ao camelódromo. Iniciou-se este estudo por uma intuição sociológica que levou a acreditar que a magnitude do comércio informal no Recife tem outras explicações que se juntam àquelas, de caráter mais geral, pensadas para o conjunto das atividades informais, ou seja, que elas resultam das características do capitalismo nas regiões periféricas.

Nesse espaço comercial, habita um tipo de mecanismo que renova, reconstrói e atualiza o trabalho informal ao longo do tempo, assim como possibilita análises de como as distintas trajetórias sociais de camelôs influenciam na conformação de disposições sociais que implicam em diferentes formas para lidar com a precariedade laboral. É nesse campo de ações sociais que a informalidade assume a sua singularidade e traz nas suas configurações os elementos centrais da vida e do trabalho no centro de Recife. A pesquisa apontou para as condições de emergência desse território comercial e realçou como a informalidade e a precariedade tem tomado forma e se constituído em elementos de ação de diferentes atores sociais que adentram nesse espaço social e laboral. Os comerciantes significam sua condição laboral mediante as múltiplas experiências e vivências desempenhadas no camelódromo, e os fatores que influenciam na adaptabilidade e inadaptabilidade dos camelôs ao comércio popular estão ligados, sobretudo, às suas trajetórias pessoais e profissionais anteriores às quais têm implicações nas percepções acerca do trabalho desempenhado, assim como impacta nas perspectivas pessoais e profissionais desses sujeitos.

À medida que o comércio popular se amplia, diferentes atores sociais acessam e se aproximam desse espaço laboral com o objetivo de institucionalizá-los e dar sentido à dinâmica de trabalho local. Frente a essas ações, há disposições para agir, pensar e sentir que deslegitimam os mecanismos regulatórios que se colocam de fora para dentro. Os principais protagonistas desse espaço são os próprios camelôs que, ao mobilizarem condições objetivas e subjetivas de trabalho, encontram na informalidade a possibilidade de ação econômica, social e laboral.

Em várias partes desta tese, destacou-se que, observando o comércio popular e informal de forma ampla, complexa e objetiva e em um contexto sócio-histórico em que se vê o caráter predatório do capitalismo na forma como utiliza e explora os trabalhadores, não há, portanto, como dissociar-lo da submissão ao capital. Quando se direciona o foco do estudo para os trabalhadores camelôs, para as suas disposições, para o que é possível ver e o que não ver, e refletir sobre os arcabouços teórico-metodológicos que fundamentaram este estudo, principalmente Pierre Bourdieu, com os conceitos interligados de *habitus*, disposição e trajetórias, convencem de que as ações dos sujeitos não podem ser reduzidas à objetividade, pois os mesmos incorporam valores que vêm sendo transmitido de geração em geração, e de que destoam dos valores próprios de sociedades que viveram processos históricos diferenciados e distanciados no tempo.

Constatou-se ainda a confluência de mudanças no padrão das relações de trabalho com a emergência do neoliberalismo em meados dos anos 1970 e sua disseminação nos anos seguintes. Tais confluências se encontram tanto no que diz respeito ao processo de desmantelamento do Estado de bem-estar social e flexibilização que outrora protegia o conjunto da força de trabalho, quanto na constituição de uma nova racionalidade que se impôs como única forma de inteligibilidade sobre a conduta humana. De fato, destaca-se que essa nova racionalidade neoliberal se expressa na autorresponsabilização dos indivíduos pelos desafios e dramas vivenciados no mundo do trabalho, bem como na autoimagem de “empresários de si”.

Analizou-se tal aspecto com base na sociabilidade capitalista no Brasil e sua articulação com um padrão de relações de trabalho precárias e flexíveis. A precariedade nas condições e relações de trabalho é retomada nos países centrais do capitalismo com o fim do Estado de bem-estar social e o estabelecimento do neoliberalismo. No entanto, tal mudança se configurou e ganhou expressão com o processo de reestruturação produtiva, o qual engendrou transformações no regime de acumulação. Contudo, na periferia do capitalismo, ressalta-se que a precariedade do trabalho é um aspecto estruturante do padrão das relações de trabalho, e a sua articulação com os aspectos da reestruturação produtiva, nas últimas décadas, agravou as condições de trabalho, sobretudo para as classes subalternas. Essa observação baseou a hipótese de que as dinâmicas de trabalho existentes no comércio popular e informal de Recife e as experiências dos trabalhadores atualizam o padrão de relações de trabalho historicamente precárias e flexíveis existentes no Brasil e na região Nordeste.

Em razão dos aspectos históricos e estruturais das condições de trabalho no Brasil, a adesão de parcelas significativas da força de trabalho no comércio informal não se explica apenas em virtude da sua expansão nas principais cidades do país em uma conjuntura de crises.

É preciso considerar também que as condições e as dinâmicas de trabalho desenvolvidas nos camelódromos não se distinguem substancialmente do padrão das relações de trabalho no Brasil, em geral, e, no Nordeste, em particular. Durante a realização do trabalho de campo e pela análise das trajetórias de camelôs, notou-se a ênfase nos aspectos relativos às instabilidades e inseguranças no rendimento alcançado com a atividade, as oscilações nas vendas dos produtos em determinados períodos do ano as quais impactam na movimentação e, consequentemente, na renda, a desproteção em relação à legislação trabalhista, além da flexibilidade na jornada de trabalho. Desse modo, os camelôs alegaram desfrutar de mais autonomia na atividade quando comparada à ocupação que tinham anteriormente. Dessa forma, cada um tem lidado com ela a seu próprio modo. Esse é um ponto crucial no que se refere à tendência do regime de trabalho: a autorresponsabilização quanto aos resultados objetivos com o trabalho, a individualização das estratégias, bem como as formas de enfrentamento das dificuldades.

A informalidade no comércio popular da área central do Recife tem atingido novos patamares, sendo um fenômeno atualmente presente e historicamente estruturante no seu desenvolvimento socioeconômico. Porém, há outras entradas nessa dimensão e com impactos nas dinâmicas de trabalho locais, bem como na vida e na sobrevivência dos camelôs, conforme relatado pelos entrevistados: a falta de apoio e atenção por parte do Poder Público Municipal às reivindicações e condições de trabalho da categoria tem sido uma questão recorrente nas falas, o que tem gerado insatisfações, assim como tem implicações no desconhecimento e fragilização nas estratégias de organização coletiva, o que, para os entrevistados, não ocorre na prática, ou mesmo eles não têm conhecimento acerca das atuações ligadas ao movimento de luta e defesa da categoria na cidade. É necessário criar espaços de participação dos camelôs na esfera pública para garantia de diálogos sistemáticos em defesa de suas condições de trabalho.

Segundo as análises das trajetórias foi possível observar que, para alguns camelôs, a posse de um box no camelódromo para trabalhar como comerciante informal representa uma simples garantia de sobrevivência, uma oportunidade para viver em melhores condições ou mesmo uma ocasião para outras investidas – e nesses casos o ponto não passa de um território, um espaço de resistências –, para outros a importância do box ultrapassa as questões práticas da vida. Para esses últimos, o ponto deixa de ser apenas um território e se torna um lugar relativo à sua própria trajetória de vida. Por isso, o lugar de trabalho é o seu lugar no mundo, o lugar onde assegura suas necessidades materiais, mas também lhes permite reproduzir o passado que tem ligação com as trajetórias pessoais e os laços familiares e sociais. Destaca-se, assim, que o passado desses trabalhadores influencia em como eles estão inclinados a ver e enfrentar o trabalho na atualidade.

A pesquisa também procurou mostrar que as relações sociais são fundamentais para inserção no camelódromo. Adquirir um box e nele permanecer constitui um processo no qual as trocas simbólicas se intensificam no âmbito de uma rede de solidariedade que envolvem os demais camelôs nesse espaço, os lojistas que estão nas principais ruas adjacentes, além dos embates com os fiscais da autarquia da prefeitura (CSURB), a qual foi recentemente alterada para CONVIVA. Às vezes, essas relações parecem tênues, como no caso das que se estabelecem entre os comerciantes do camelódromo e os lojistas que, ao mesmo tempo, tecem críticas à concorrência desleal.

Além dessas considerações finais, essa tese tem como objetivo deixar uma contribuição para o entendimento do comércio popular e informal enquanto expressão da vida e do trabalho em sociedade, principalmente no que tange ao camelódromo que estrutura a vida econômica, social e laboral na área central da cidade. Sugere-se que se realizem diagnósticos regulares sobre os espaços que delimitam o camelódromo com o intuito de subsidiar novos estudos e pesquisas e, assim, fomentar políticas públicas direcionadas para os trabalhadores que estão nesses espaços comerciais.

As conclusões desse estudo foram alcançadas mediante a busca do entendimento de uma área e região culturalmente marcada por uma forma de organização do trabalho informal e precário. Os conceitos básicos resgatados na pesquisa para o entendimento desse fenômeno social ainda são insuficientes para compreensão desse tipo de informalidade e precariedade que, atualmente, ainda persiste e se metamorfoseia ao longo do tempo. Apresentou-se nessa tese um retrato de como esses conceitos se configuram na área central da cidade. Para mais, acredita-se que as reflexões e considerações aqui apresentadas pode desmembrar e revelar novos caminhos e novas agendas de pesquisa.

A compreensão sobre o trabalho no Camelódromo Calçadão dos Mascates passa essencialmente pelas atividades comerciais, tendo em vista que esse espaço de comercialização foi e ainda se constitui como elemento fundamental para a dinâmica de trabalho local e para o desenvolvimento da região. Sendo assim, não se remete apenas a sua dimensão socioeconômica, mas, sobretudo, a sua dimensão simbólica, à possibilidade de agregar relações sociais em um mesmo espaço, bem como ao desenvolvimento de diferentes experiências laborais pela constituição de disposições sociais para o trabalho e o desenvolvimento de trajetórias ocupacionais.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, E. S.; GOMES, E. T. A. O estudo do comércio informal ao longo dos principais eixos de circulação da cidade do Recife - Brasil: a moradia como local de (re)produção do capital, o caso da avenida Recife. **Scripta Nova – Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 7, n. 146, p. 44, 2003.
- ANDRADE, J. G. N. **Trabalho informal e território**: aportes sobre o comércio ambulante na área central do Recife-PE. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE, M. C. **Recife**: uma problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida. Recife: Universitária, 1979. 120p.
- ARAÚJO, Â. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 452-477, mai/ago. 2013.
- ARAÚJO, M. S. P. O comércio informal no centro expandido do Recife. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, n. 1, p. 29-48, jan./jun. 2012.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. **Revista Teoria e Debate**, n. 77, mai./jun. 2000.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução à uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BARBOSA, A. F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011, p. 105-159.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BEAUD, S.; PIALOUX, M. **Retorno à condição operária**: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BELLUZZO, L. G. Informalidade formalizada. **Instituto Humanitas Unisinos**, 10 set. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/602702-informalidade-formalizada-artigo-de-luiz-gonzaga-belluzzo>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- BLANCO, O; JULIÁN, D. Una tipología de precariedad laboral: la precariedad como fenómeno transclasista. **Revista Cepal**, n. 129, p. 99-137, dez. 2019.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b.

BOURDIEU, Pierre *et al.* **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas. Papirus, 2005.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**: trabalho e Neoliberalismo no Sul Global. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. doi:10.11606/T.12.1982.tde-06102006-120930. Acesso em: 12 maio 2024.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, n.14, p. 153-174, jun. 2000.

CANCLINI, N. G. A culture of informality. **Urban Studies**, v. 56, n. (3), p. 488-493, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0042098018782635>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CARDOSO, A. M. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 31.

CARDOSO, A. Informality and public policies to overcome it: the case of Brazil. **Sociologia & Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 321-349, 2016.

CARDOSO, A.; AZAIS, C. Reformas Trabalhistas e seus mercados: uma comparação Brasil-França. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 307-323, maio/ago. 2019.

CARNEIRO, F. G. Informalidade e terceirização: duas tendências opostas? **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 4, p. 56, out./dez. 1994.

- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: USP, 2007.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001. 615 p.
- CASTELLS, Manuel. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1975.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CATANI, A. M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan./mar. 2011.
- CAVALCANTI, C. **A viabilidade do setor informal**: a demanda de pequenos serviços no grande Recife. 2. ed. Recife: Massagana, 1983.
- CERTEAU, M. L. **Invention du quotidien**. Paris: Gallimard, 1990.
- CLEPS, G. D. G. Comércio Informal e a Produção do Espaço Urbano em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, v. 21, n. 3, p. 327-339, dez. 2009.
- CORRÊA, R. L. **Comércio e espaço**: uma retrospectiva e algumas questões. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2000.
- COSTA, A. M. **Calçadão dos Mascates**: promessas e decepções de uma intervenção urbana – o olhar dos comerciantes informais. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas públicas. In: PIRES, Roberto Rocha (org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.
- DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, v. 27, n. especial, p. 65-84, set./dez. 1997.
- DEMAZIÈRE, D. Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego: o caso francês. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. (Org.). **Trabalho flexível, empregos precários?**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 101-122.
- DRUCK, M. G. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, p. 65-103, 2011.
- DRUCK, M. G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica. São Paulo: Boitempo, 2001.
- DUBAR, C. **A socialização**: construção de identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- DURÃES, B. J. R. Trabalho de rua em Salvador e sua contribuição para acumulação capitalista: o trabalhador gratuito. **Temáticas**, ano 13, n. 25/26, p. 217- 238, 2005.

DURÃES, B. J. R. **Trabalhadores de rua de Salvador**: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. 2006. 237f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

DURÃES, B. **Camelôs globais ou de tecnologia**: novos proletários da acumulação. Salvador: EDUFBA, 2013.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAGUNDES, M. E. M. **Informalidade na região metropolitana de Salvador**: um estudo exploratório. 1992. 201f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. **O conceito de informalidade**: problema ou solução? Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas, 2000.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978 – 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE DA SILVA, C. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. *In*: CABANES, R. *et al.* (Orgs). **Saídas de Emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.

FREIRE DA SILVA, C. Mercado informal e Estado: jogos de poder entre tolerância e repressão. *In*: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V. S. **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Ed. Finos Traços, 2012.

FREIRE DA SILVA, C. **Das calçadas às galerias**: mercados populares do centro de São Paulo. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2014.

FURTADO, C. Novos exercícios de demiurgia: a questão do Nordeste. *In*: OLIVEIRA, F. (org.). **Celso Furtado**. São Paulo: Ática, 1983.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GAGO, V. **A Razão Neoliberal**: economias barrocas e gramática neoliberal. São Paulo: Ed. Elefante, 2018.

GEERTZ, Clifford. Suq: the bazaar economy in Sefrou. *In*: GEERTZ, C. *et al.* **Meaning and order in Moroccan society**: three essays in cultural analysis. New York: Cambridge University Press, 1979.

GODOY, T. P. P. Territorialidade do trabalho informal: a centralidade periférica dos vendedores ambulantes. *In*: MARQUES, L. **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021, p. 81-94.

GOMES, P. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / CUT Nacional, 2000.

JOAS, H.; KNOBL, W. Entre estruturalismo e teoria da prática: a sociologia cultural de Pierre Bourdieu (cap. XV). In: JOAS, H.; KNOBL, W. **Teoria Social: vinte lições introdutórias**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KOPPER, M. De camelôs a lojistas: a transição do mercado de rua para um shopping em Porto Alegre. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 591-605, 2015.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1975. 187 p.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010.

LAUTIER, B. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Cad. CRH**, n. 18, p. 5-48, 1993.

LAVAL, C. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

LEFÈBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Edição 19, jun, 2002.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, J. C. Nova Informalidade. In: IVO, A. B. L. (Org.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2013, p. 330-336.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, ano 12, n. 25, p. 158-198, set./dez. 2010.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. Trabalho Flexível e Novo Informal. **Caderno do CRH**, n. 37, p. 163-180, 2002.

LIMA, J.; RANGEL, F. Dimensões da nova informalidade no Brasil: considerações sobre o trabalho em polos industriais e no comércio popular. In: RODRIGUES, I. **Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)**. São Paulo: Anablume, 2019.

LIMA, J. P. R. Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 36, n. 1, p. 20-42, 2005.

LOPES, E. A. Informalidade: um debate sobre seus Distintos Usos e Significados. **BIB**, n. 65, p. 49-70, 1. Sem. 2003.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, n. 37, p. 81-109, jul/dez. 2002.

MALAGUTI, L. M. **Crítica a razão informal**: a imaterialidade do salário. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARQUES, L. (org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

MATELA, I. P.; HIRT, C. A construção do “Camelódromo” de Porto Alegre e suas implicações na reorganização espacial do centro da cidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., Montevideu, 2009. **Anais [...]** Montevideu: EGAL, 2009.

MELLO, Edvaldo Cabral. **A fronda dos mazombos**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 1, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec-Abrasco, 1992.

MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MORSE, R. **Rethinking the Latin American City**. Washington: Woodrow Wilson Center, 1992

NÓBREGA, M. L. C. C. **Um estudo sobre as formas de apropriação do espaço público urbano pelos comerciantes de rua na cidade do Recife**. 2002. 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NOGUEIRA, M. O.; CARVALHO, S. S. **Trabalho precário e informalidade**: desprecariando suas relações conceituais e esquemas analíticos – Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea. 2021.

NORONHA, E. G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 111-129, out. 2003.

NUN, J. O futuro do emprego e a tese da massa marginal. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 56, p. 43-62, mar. 2000.

OLIVEIRA, F. A Metamorfose da arribação: Fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. In: OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. **Noiva da revolução: elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, R. V. Trabalho no nordeste em perspectiva histórica. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, 2016.
- OLIVEIRA, R. V.; RODGERS, G. **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2021.
- OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.
- PAUGAM, S. (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- PAUGAM, S. **Le salarié de la précarité: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle**. Paris: PUF, 2000. 444p.
- PETERS, G. Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, 2013.
- PIRES, R. R. C. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.
- POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.
- POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1., p. 89-99, 2020.
- PORTES, A.; CASTELLS, M. World underneath: the origins, dynamics and effects of the informal economy. In: PORTES, A; CASTELLS, M; BENTON, L. A (orgs.). **Informal economy: studies in advanced and less developed countries**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- QUIJOUX, M. Reprodução, habitus, campo: como Bourdieu pensa o trabalho? **Política e Trabalho Revista de Ciências Sociais**, n. 54, p.220-236, jan./jun. 2021.
- REVEL, J. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIBEIRO, A. C. T.; SILVA, C. A. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, A. C. T. (org.). **El rostro urbano de America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROMBALDI, M.; TOMIZAKI, K. T. A “distinção”: contribuições da sociologia bourdieusiana aos estudos das relações de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, R. V.;

RAMALHO, J. R.; SANSON, C. **Diálogos críticos**: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil. São Paulo: Annablume, 2023, p. 543-564.

SÁ, M. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2018.

SÁ, M. **Filhos da feira**: uma composição do campo de negócios agreste. Recife: Editora Massangana, 2018.

SALLUM, B. Classes, cultura e ação coletiva. **Revista Lua Nova**, n. 65, p. 11-42, 2005.

SALVITTI, A. *et al.* O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 1, n. 2, p. 1-23, 1999.

SANTOS, B. S. Entrevista. **Diversa**, ano 3, n. 8, 2005.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. **Contexto**, n. 4, nov. 1977.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia à geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: impactos pessoais no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Ed. Record, 1999.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, maio/ago. 2002.

SILVA, M. G.; PEREIRA, W. E. N. A questão regional e as relações de trabalho no Nordeste brasileiro. **Revista de Economia Regional Urbana e Trabalho**, v. 2, n. 2, p. 7-18, 2016.

SILVA, R. O. **Formas de uso e apropriação do espaço urbano coletivo**: o caso do bairro Jardins em Aracajú/SE. 2003. Dissertação (Mestrado) – MDU, UFPE, 2003.

SILVEIRA, C. B. Projetos urbanos culturais na cidade do Rio de Janeiro. In: JEVEY, H. P.; JACQUES, P. B. (orgs.). **Corpos e cenários urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1978.

SOUZA, Paulo Renato de. **Emprego, Salários e Pobreza**. Editora Hucitec/Funcamp, Campinas, 1980.

SOUZA, J. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TELES, A. O. **O comércio informal em Feira de Santana (BA)**: Permanências e mudanças. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o legal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, 2007.

TELLES, V. Mutações no Trabalho e Experiência Urbana. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, 2006.

TELLES, V. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estudos**, n. 84, p. 153-173, 2009.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007

VARGAS, F. B. Trabalho, emprego e precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, n. 77, maio/ago. 2016.

VARGAS, H. C. **Comércio e Cidade**: uma relação de origem. 2000. Disponível em: www.estadao.com.br/ext/eleicoes/artigos31/08/2000. Acesso em: 14 maio 2024.

VAHDAT, V. S. *et al.* **Retrato do Trabalho Informal no Brasil**: desafios e caminhos de solução. São Paulo: Fundação Arymax / B3 Social / Instituto Veredas, 2022.

VILAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Lincoln Institut, 1998.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Ordem da entrevista:

Local:

Dia e Horário:

BLOCO 1 - FAMÍLIA

Como a família influenciou você em termos de trabalho? Como seus pais conciliavam a rotina de estudo e trabalho?

A sua trajetória pessoal ou profissional foi parecida com a de seus pais? Por quê?

Tem algum parente próximo ou distante que foi inspiração para você? Você acha que sofreu alguma influência familiar sobre sua escolha profissional?

Como você vê a sua condição socioeconômica hoje em comparação com a vivenciada pelos seus pais?

Como você avalia a sua infância e juventude?

BLOCO 2 – ESCOLA/FORMAÇÃO ESCOLAR

Você estudou em escola particular ou pública?

Qual a sua escolaridade? Se interrompeu os estudos, o fez por qual razão?

Qual a sua relação com a escola? E com professores, colegas etc.? Tem lembranças positivas da escola? Tem lembranças negativas?

Seus pais incentivavam que você estudasse? Ajudavam com as tarefas? Como era?

O ambiente em casa era propício aos estudos?

Você tinha o hábito de ler? (livros, jornais, bíblia etc.). Como adquiriu o hábito?

Você tinha alguma atividade formativa fora da escola?

(por exemplo: religiosa ou profissionalizante, cursos). Como passou a desenvolvê-la?

Qual a relação entre a sua trajetória no mundo do trabalho e a sua formação escolar, na sua opinião?

Em algum momento na sua trajetória escolar, você precisou trabalhar? Se sim, como você conciliava trabalho e escola?

A(s) escola(s) que você frequentou ficava(m) longe de sua casa? Qual o meio de transporte que mais você utilizava para ir à escola?

Você participou de algum movimento estudantil, como o grêmio estudantil, por exemplo?

Você sonha/sonhava em ter diploma universitário? Se sim, qual? Há planos para conquistá-lo?

BLOCO 3 – TRABALHO/TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

Com quantos anos você começou a trabalhar? Por quê? Por quais tipos de trabalho você já passou?

Considera que a sua renda é suficiente? Você trabalha quantas horas por dia?

Você contribui a Previdência Social? Por quê? Em caso afirmativo, há quanto tempo?

Quais principais diferenças você percebe entre suas experiências anteriores de trabalho e o atual como comerciante de camelódromo?

O que mais lhe impactou quando começou a trabalhar como camelô?

A partir do momento em que você começou a trabalhar como camelô, o que mudou em relação à sua vida (familiar, social, etc.)?

Você encontrou alguma dificuldade para ingressar no camelódromo? Se sim, qual(is)?

Você contou com ajuda de alguém para iniciar a atividade no camelódromo? Se sim, quem e qual tipo de ajuda?

Antes de exercer a atividade de camelô já havia desempenhado alguma outra atividade informal? Se sim, qual? onde? Por quanto tempo?

Por que você ingressou no comércio informal de camelódromo? Quais produtos você comercializa?

Qual a característica do ponto em que você comercializa? Se próprio, cedido, compartilhado ou outra.

Você considera algum(ns) ponto(s) positivo(s) em relação à atividade desempenhada no camelódromo? Se sim, qual(is)?

Você considera algum(ns) ponto(s) negativo(s) em relação à atividade desempenhada no camelódromo? Se sim, qual(is)?

Ocorre fiscalização por parte da Prefeitura nas áreas que compõem o camelódromo? Se sim ou raramente como ocorre e com qual frequência?

Relate um dia comum de trabalho no camelódromo.

Como é sua relação com os demais comerciantes do camelódromo? Relate-a. Como você tem conciliado a rotina de trabalho com a vida familiar?

Quais são as suas expectativas pessoais e profissionais para os próximos anos?

Você já experimentou o desemprego? Como foi isso?

BLOCO 4 – AMIZADES/VIDA SOCIAL

Para você qual a importância dos ciclos e das redes de amizade(s) na vida de uma pessoa? Onde e como você geralmente se encontra com os amigos?

Algum amigo/a influenciou na sua vida de estudos e/ou trabalho? Se sim, como foi essa influência? E você já influenciou algum amigo em relação aos estudos ou à vida profissional? Relate.

Como você avalia a sua relação com os clientes que frequentam o camelódromo?

BLOCO 5 – LAZER

Como você brincava na sua infância?

Você viajava/passeava com a família na infância?

E hoje, o que você gosta de fazer quando não está trabalhando? O que você faz para se distrair ou se divertir?

Você separa dinheiro do salário para gastar no lazer?

Você costuma encontrar os colegas de camelódromo fora dos dias e horários de trabalho? Depois que você passou a exercer a atividade de camelô, o que mudou em relação ao seu lazer?

BLOCO 6 – CULTURA E IDENTIDADE

Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação? Se sim, como foi?

Geralmente, qual(is) perfil(is) de cliente(s) que frequentam o camelódromo? (classe social, gênero, geração etc.)

Você acha que existe preconceito e desigualdade entre as classes sociais? Por quê? Exemplo entre um indivíduo pobre e um da classe média alta.

Você já presenciou ou passou por alguma situação de preconceito ou discriminação envolvendo cliente(s) ou colega(s) no camelódromo?

BLOCO 7 - RELIGIÃO

Você tem alguma religião? Se sim, qual é? (Se não, pular para questão do bloco abaixo*) Como começou o seu envolvimento com essa religião?

Qual a importância da religião para você?

Com que frequência você participa dos cultos/missas/encontros? Você exerce alguma função na igreja?

Com quem você costuma ir à igreja?


Qual(is) outra(s) atividade(s) religiosa(s) você tem praticado fora da igreja?

Em que medida a sua religião influencia/colabora com o seu trabalho no camelódromo? Você tem parentes e amigos religiosos? Se sim, como é a sua relação com eles?

*Você já teve alguma religião?

Por que você decidiu sair dessa religião?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
---	---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e participar da pesquisa intitulada desenvolvida pelo doutorando Gilberto Romeiro de Souza Júnior, matrícula 20211010601, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – Campus I – João Pessoa.

Fui informado(a) de que a pesquisa é orientada pelo professor Dr. Maurício Rombaldi, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e ao Departamento de Ciências Sociais na Universidade Federal da Paraíba - Campus I. Poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário o pesquisador responsável pela pesquisa através do telefone (81) 988431914 ou pelo e-mail gilbertorsjr@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, é analisar a relação entre a incorporação de disposições, a constituição das trajetórias de trabalhadores e a reprodução da precariedade laboral em meio ao mercado de trabalho brasileiro. Para realização desta pesquisa serão convidados os trabalhadores/as que estão inseridos/as no Camelódromo Calçadão dos Mascates em Recife.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista em profundidade, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e seu respectivo orientador. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Recife, ____ de _____ de ____ .

Nome do participante: _____

Assinatura do(a) participante: